



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE DIREITO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO**

ARIANE PEREIRA SANTOS

**TERRA, TRABALHO E MEMÓRIA:
O TRABALHO INFORMAL NA CIDADE DE ALAGOINHAS/BA NAS
NARRATIVAS DOS(AS) TRABALHADORES(AS) FEIRANTES**

Salvador
2021

ARIANE PEREIRA SANTOS

**TERRA, TRABALHO E MEMÓRIA:
O TRABALHO INFORMAL NA CIDADE DE ALAGOINHAS/BA NAS
NARRATIVAS DOS(AS) TRABALHADORES(AS) FEIRANTES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para a colação de grau do curso de Direito, da Universidade Federal da Bahia.

Orientadora: Prof.^a M.^a Tatiana E. Dias Gomes

Salvador
2021

ARIANE PEREIRA SANTOS

**TERRA, TRABALHO E MEMÓRIA:
O TRABALHO INFORMAL NA CIDADE DE ALAGOINHAS/BA NAS
NARRATIVAS DOS(AS) TRABALHADORES(AS) FEIRANTES**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Direito como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito, pela Universidade Federal da Bahia.

Salvador, 10 de dezembro de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Tatiana E. Dias Gomes (Orientadora)
Doutoranda em Criminologia pela Université Catholique de Louvain (UCL/ Bélgica)

Maurício Azevedo de Araújo
Mestre em Direito pela Universidade de Brasília (UNB)

Mirna Silva Oliveira
Doutoranda em Direito pela Universidade de Brasília (UNB)

AGRADECIMENTOS

À princípio, agradeço a todos(as) feirantes que colaboraram com esta monografia, e cederam um tempo de suas jornadas de trabalho para participar das entrevistas por mim propostas. Em especial, agradeço à Luciana Maria, Gilson Paulo e Sipriano José, por terem confiado em mim contando as suas memórias e histórias de vida. Sem vocês, esse trabalho não existiria.

Agradeço a professora Tatiana Gomes por ter aceitado me orientar e ter me acompanhado durante toda essa jornada de pesquisa, me ajudando a trazer para o papel o que antes era apenas uma ideia com suas sugestões de leitura, de métodos e caminhos a se seguir na escrita.

Agradeço a minha família, principalmente a minha mãe Áurea e meu irmão Silas que me deram todo o suporte durante os anos de graduação, incentivando a minha caminhada de estudos e de pesquisa na Universidade. Agradeço também à minha cunhada Ciandle por estar sempre presente nos momentos alegres e difíceis dessa caminhada.

Agradeço a todos(as) os(as) amigos(as), em especial a Maynara, Priscila e Loyana que compartilharam comigo muitos momentos de felicidades, tristezas, aventuras, cansaços da graduação. A Áley, Víctor, Yuri e Rodrigo por sempre conseguirem me fazer rir, mesmo nos momentos mais caóticos. A Lucas, pelo companheirismo e pelas trocas construtivas em parte dessa trajetória. Agradeço principalmente a todos(as) pela paciência nas últimas semanas de escrita da monografia, por ouvirem meus desabaços e pelos momentos de distração que também foram muito importantes.

Agradeço a família Cerqueira por terem me acolhido e me dado todo o conforto de sua casa nas últimas semanas de escrita da monografia.

Agradeço a professora Adriana Wyzykowski pela compreensão nesse semestre de conclusão de curso, no qual também tive oportunidade de ser sua monitora na disciplina de Direito do Trabalho e Legislação Social.

Agradeço aos(às) companheiros(as) do SAJU: Douglas, Tom, Luiza, Maíra, João, e os demais, porque sem vocês, e esse projeto admirável que é o SAJU, talvez eu não tivesse chegado a esse momento de conclusão do curso. Lutar ao lado de vocês pela transformação radical da sociedade e por uma Universidade que seja de fato popular foi o que mais valeu a pena durante todos esses anos de graduação.

SANTOS, Ariane Pereira. Terra, trabalho e memória: o trabalho informal na cidade de Alagoinhas/BA nas narrativas dos(as) trabalhadores(as) feirantes. fls. 107. Monografia (Graduação) – Faculdade de Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

RESUMO

O objetivo dessa monografia é estabelecer as conexões históricas entre a distribuição de terras e a ocupação informal na cidade de Alagoinhas/BA, a partir das narrativas dos(as) trabalhadores(as) feirantes, da apresentação de dados e da revisão literatura sobre a temática, tendo em vista o alto índice de Gini, que mede a desigualdade na distribuição da propriedade da terra em uma escala de 0 a 1, registrado em 0,920 na cidade, no ano de 2017, pelo grupo de pesquisa Geografar da UFBA. O método empregado consiste na análise de conteúdo de entrevistas sem diretivas de sete feirantes e das histórias de vida de três destes. Os pressupostos teóricos deste trabalho foram as percepções dos(as) seguintes autores(as): Quijano (2005), González (1979), Gomes (2019), Marini (1973) e Souza (2019). Os elementos principais que compõem a memória coletiva dos(as) trabalhadores(as) feirantes são a relação com a terra, o trabalho na feira e a identidade negra. Neste sentido, a superação dos problemas sociais que envolvem a terra e o trabalho, tais como a concentração fundiária e a desproteção social dos(as) trabalhadores(as) informais, como elementos que estão historicamente interligados no Brasil, depende necessariamente da superação do racismo, enquanto ideologia que orienta a atuação estatal e que faz persistir a negação história de direitos a estes sujeitos.

PALAVRAS-CHAVE: Terra; trabalho; memória; racismo.

SANTOS, Ariane Pereira. Land, work and memory: informal work in the city of Alagoinhas / BA in the narratives of market workers. pgs. 107. Monograph (Graduate) - Faculty of Law, Federal University of Bahia, Salvador, 2021.

ABSTRACT

The objective of this monography is to establish historical connections between land distribution and informal work in Alagoinhas/BA city, based on market workers narratives, data presentation and literature review on the theme, having in sight a high Gini index, which measures inequality in land distribution on a 0 to 1 scale, registered in 0,920 in the city in the year of 2017 by the research group Geografar from UFBA. The employed method consists of a content analysis of semi-directive interviews of seven market workers and the life histories of three of them. The theoretical assumptions of this work were the perceptions of the following authors: Quijano (2005), González (1979), Gomes (2019), Marini (1973) e Souza (2019). The main elements that compose the collective memory of the market workers are their relation with land, work at the market and black and mestizo identity. In this sense, overcoming social problems that relate with land and labor, such as land concentration and lack of social protection of the informal workers, as elements that are historically interconnected in Brazil, necessarily depends on overcoming racism as an ideology that guides state action and and that makes the historical denial of rights to these subjects persist.

KEYWORDS: Land; work; memory; racism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Barraca de feirante na parte externa da CEAB.....	19
Figura 2 - Estandes no interior do galpão na CEAB.....	19
Figura 3 - Estação Ferroviária de Alagoinhas.....	65

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico
BSC	Bahia Specialty Cellulose
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CEAB	Centro de Abastecimento de Alagoinhas
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DRT	Delegacia Regional do Trabalho
FETRAF	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
FISET	Fundo de Investimentos Setoriais
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
INDA	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
PEC	Projeto de Emenda Constitucional
SAJU	Serviço de Apoio Jurídico da Universidade Federal da Bahia
SINTRAF	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TOPA	Todos pela Alfabetização
UARA	União das Associações Comunitárias Rurais de Alagoinhas
UFBA	Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 NARRATIVAS DOS(AS) TRABALHADORES(AS) FEIRANTES.....	15
2.1 A “TERRA DA LARANJA”: UMA BREVE EXPOSIÇÃO DA NARRATIVA OFICIAL SOBRE A HISTÓRIA DE ALAGOINHAS/BA.....	15
2.2 A FEIRA É TUDO: UM ESPAÇO QUE CONTA HISTÓRIAS.....	17
2.3 AS ENTREVISTAS.....	21
2.3.1. Perfil dos(as) feirantes entrevistados(as).....	21
2.3.2. Formas de inserção na ocupação.....	23
2.3.3. Rotina, ambiente de trabalho e perspectivas de proteção social ao(à) feirante.....	24
2.3.4. Relação com a terra.....	30
2.4 HISTÓRIAS DE VIDA.....	33
2.4.1. Luciana Maria da Conceição.....	35
2.4.2. Gilson Paulo dos Santos (Seu Saci).....	41
2.4.3. Sipriano José dos Santos (Seu Sipriano).....	44
2 MEMÓRIAS DA TERRA: A HISTÓRIA DA OCUPAÇÃO DE TERRAS NA CIDADE DE ALAGOINHAS/BA.....	50
2.1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A OCUPAÇÃO COLONIZADORA DO BRASIL PELA REGIÃO NORDESTE.....	50
2.2 DO AÇÚCAR AO EUCALIPTO: A OCUPAÇÃO ECONÔMICA DAS TERRAS DE ALAGOINHAS/BA.....	62
2.3 “AGORA EU NUNCA OUVI DIZER QUE OS OUTRO COMESSE EUCALIPI NA MESA”: A DESARTICULAÇÃO DAS RELAÇÕES TRADICIONAIS DE PRODUÇÃO NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO E O RACISMO FUNDIÁRIO.....	66
3 MEMÓRIAS DO TRABALHO: O TRABALHO INFORMAL NA CIDADE DE ALAGOINHAS/BA.....	73
3.1 A CENTRALIDADE DA RAÇA NA FORMAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO E A CONSTRUÇÃO DO INFORMAL.....	73
3.2 “A GENTE TRABALHA DE TUDO”: A INFORMALIDADE EM ALAGOINHAS/BA E A OCUPAÇÃO NA FEIRA.....	82

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
REFERÊNCIAS.....	91
APÊNDICES.....	95
APÊNDICE A – GUIA DE ENTREVISTA I.....	95
APÊNDICE B – GUIA DE ENTREVISTA II.....	99
APÊNDICE C – GUIA DE ENTREVISTA III.....	102
APÊNDICE D – GUIA DE ENTREVISTA IV.....	105

1 INTRODUÇÃO

Existe uma espécie de fetichismo de alguns(umas) estudiosos(as) do trabalho com o movimento de trabalhadores(as) industriais no Brasil que sempre me incomodou. Primeiro porque, dentro da minha realidade, de sujeito do interior da Bahia, com a família toda oriunda da roça, essa vivência do industrial sempre foi muito distante. Os(as) trabalhadores(as) que primeiro conheci na vida eram rurais e não tinham a carteira assinada: meus avós, pai, tios(as), todos(as) tinham uma visão do trabalho muito vinculado ao trabalho na roça, que se iniciava com o nascer do sol e terminava com a chegada da noite. Segundo, porque, enquanto integrante do Núcleo de Assessoria Jurídica Popular do Serviço de Apoio Jurídico da UFBA, acompanhei movimentos populares de moradia com trabalhadores(as) que, em sua maioria, não tinham qualquer vínculo de emprego formal.

A ideia de que a classe trabalhadora brasileira se formou com a introdução do trabalho assalariado no Brasil me colocava a seguinte questão: se ser trabalhador(a) é ser assalariado(a), então esse povo todo que eu conheci não é trabalhador(a)? Isso quer dizer que trabalho (extenuante) desses sujeitos não tem nenhum valor? Essas indagações me aproximaram mais do campo da história do trabalho, do que do direito do trabalho, me instigando a voltar minha atenção para o trabalho informal. Essa monografia é resultado dessas indagações.

Considero o período de crise do escravismo e pós-abolição como marcos temporais importantes para compreender as posições que ocupam os diversos sujeitos que compõem o mercado de trabalho brasileiro. E mais do que isso, o estudo aprofundado desse recorte temporal pode revelar as conexões existentes entre os conflitos envolvendo terras e a formação do mercado de trabalho, uma vez que a colonização no Brasil se estabeleceu tendo como elementos fundantes a escravização do povo negro(a) e originário e o monopólio da terra.

Por ser natural do município de Alagoinhas/BA, escolhi estudar as relações que existem entre a terra e a formação do mercado de trabalho em minha cidade. Alagoinhas é uma cidade do Litoral Norte e Agreste Baiano, situada a 124 quilômetros de Salvador, com área da unidade territorial equivalente a 707,835 quilômetros (BRASIL, 2020). Embora a cidade tenha muitas comunidades rurais no seu entorno, é na zona urbana que reside a maior parte da população. Conforme os dados

apresentados no *site* da Prefeitura Municipal, no ano de 2010, a cidade tinha cerca de 124.042 habitantes, enquanto a zona rural possuía 17.907.

Uma pesquisa realizada pelo grupo de pesquisa Geografar da UFBA registrou que, no ano de 2017, o índice de Gini, que mede a desigualdade na distribuição da propriedade da terra em uma escala de 0 a 1, na cidade de Alagoinhas foi de 0,920. A minha pergunta é: há alguma relação entre este índice tão alto de concentração fundiária e a ocupação informal no Município? Para explorar essa possível relação, embora a cidade tenha uma diversidade de ocupações, com o comércio robusto, e empresas e fábricas instaladas, voltei meu estudo para a ocupação informal do(a) feirante.

A feira livre de Alagoinhas, também conhecida como Central de Abastecimento de Alagoinhas (CEAB), situada no centro da cidade, é constituída principalmente por trabalhadores(as) informais, que são vendedores(as) de frutas, verduras, legumes, roupas, artesanato, entre outros artefatos. O espaço é ocupado também por agricultores(as) que vendem suas colheitas. É, portanto, um importante ambiente de estudo das relações de trabalho que se estabeleceram ao longo dos anos na cidade em virtude das experiências, histórias e memórias dos sujeitos que a compõem.

Assim, no primeiro momento da investigação proposta neste trabalho, a técnica de pesquisa empregada foi a realização entrevistas semidiretivas com sete feirantes para entender um pouco mais sobre a ocupação, fazendo a análise de conteúdo dessas entrevistas a partir dos seguintes tópicos: perfil dos(as) feirantes, formas de inserção no ofício, rotina, ambiente de trabalho e perspectivas sobre proteção social do trabalho e relação com a terra.

No segundo momento, escolhi três dos(as) entrevistados(as) para realizar novas entrevistas semidiretivas para que me contassem suas histórias de vida, pelo método da história oral¹, tendo como perspectiva apresentar as narrativas que foram invisibilizadas pela história oficial da cidade e apresentar a memória coletiva desses(as) trabalhadores(as) sobre a ocupação na feira e a relação com a terra. O intuito é compreender as experiências do passado a partir das perspectivas dos(as) narradores(as) no presente.

¹ A história oral enquanto método acadêmico consiste na utilização de fontes orais através de entrevistas gravadas com o intuito de promover a análise de processos sociais dos sujeitos entrevistados (HOLANDA; MEIHY, 2007).

Desse modo, este trabalho busca estabelecer as conexões históricas entre a distribuição de terras e a ocupação informal na cidade, a partir das narrativas desses(as) trabalhadores(as), bem como da apresentação de dados e revisão literária sobre a temática.

Uma primeira observação empírica que fiz, antes mesmo de começar os estudos sobre o trabalho informal, é relativa ao perfil dos sujeitos que compõem este setor, visto que os(as) vendedores(as) ambulantes, camelôs, feirantes, sujeitos inseridos em ocupações informais são, em sua maioria, negros(as). A revisão bibliográfica, assim como as entrevistas e as narrativas orais, me levaram a concluir que a negação do trabalho não assalariado enquanto parte da história do trabalho brasileira era, sobretudo, uma negação da condição de trabalhadores(as) dos sujeitos que estavam (e ainda continuam) submetidos(as) às relações não assalariadas de trabalho.

Neste sentido, entendo que a formação da classe trabalhadora brasileira se deu a partir da dominação dos sujeitos racializados que se estabeleceu com a colonização dos europeus na América, conforme elucidado pelo pensamento de Quijano (2005). E assim como explicita González (1979), considero que foi essa mesma dominação que produziu a exclusão, que ainda persiste até os dias atuais, dos povos negros e originários do trabalho assalariado, formalizado e da proteção social, pois no período que sucedeu à abolição não foram incorporados(as) no mercado de trabalho, tampouco tiveram acesso à terra, que continuou monopolizada com a população branca.

Além disso, me apoio na noção de racismo fundiário proposta por Gomes (2019) para explicar o fenômeno da concentração fundiária em Alagoinhas/BA, tendo em vista o processo de expulsão do povo negro e originário de suas terras. Assim como utilizo a ideia de superexploração proposta por Marini (1973) para explicar as condições de trabalho impostas aos(as) trabalhadores(as) brasileiros(as), em especial dos(as) negros(as) e indígenas, em razão da inserção do Brasil no capitalismo global como economia dependente. Assim, como destaca Souza (2019), considero a terra, o trabalho e o racismo como elementos principais para a acumulação de riqueza dos países dominantes e que permitiram (e permitem) a manutenção do capitalismo enquanto sistema.

Esse trabalho se divide em três capítulos. No primeiro, apresento a análise de conteúdo das entrevistas e das narrativas orais das histórias de vida dos(as) feirantes, com o intuito de entender as vivências da ocupação e traçar a memória coletiva

desses sujeitos. No segundo, faço uma revisão de literatura da ocupação colonizadora das terras do Brasil pela região Nordeste, assim como da ocupação econômica de terras na cidade de Alagoinhas, e do processo de instalação das empresas de eucaliptocultura na cidade e seus impactos para a região, por ter sido um elemento muito evidenciado nas narrativas dos(as) feirantes. E no terceiro, me proponho a compreender a formação do mercado de trabalho no Brasil, enfatizo a raça como elemento central, e apresento noções acerca do chamado trabalho informal, assim como exponho a história da informalidade no trabalho em Alagoinhas a partir da ocupação na feira. Por fim, apresento as considerações finais para expor os elementos que considero centrais da memória coletiva dos(as) trabalhadores(as) que protagonizaram este trabalho.

2 NARRATIVAS DOS(AS) TRABALHADORES/AS FEIRANTES

Este capítulo se propõe a fazer uma breve exposição da história de Alagoinhas/BA e da feira da cidade, tratar sobre os métodos de pesquisa empregados no trabalho, bem como apresentar a análise de conteúdo das entrevistas e das narrativas orais sobre as histórias de vida dos(as) feirantes, com o intuito de entender as vivências da ocupação e recompor memórias coletivas desses sujeitos.

2.1 A “TERRA DA LARANJA”: UMA BREVE EXPOSIÇÃO DA NARRATIVA OFICIAL SOBRE A HISTÓRIA DE ALAGOINHAS/BA

A narrativa oficial sobre a história de Alagoinhas/BA conta que a sua fundação se deu no final século XVIII com a chegada de um jesuíta conhecido como João Augusto Machado, que autorizado pela Resolução de Consulta da Mesa de Consciência e Ordens, de 15 de outubro de 1816, construiu em seu espaço uma capela, onde em volta se formou o primeiro povoado: Santo Antônio das Lagoinhas (ARAÚJO, 2009).

Porém, antes mesmo da sua fundação, o local fazia parte do caminho feito pelos tropeiros, chamado de Estrada das Boiadas, o qual interligava a Bahia aos sertões do Piauí, sendo, portanto, escolhido justamente porque reunia características importantes para desenvolver-se enquanto povoado, especialmente por ser lugar de repouso dos tropeiros viajantes e das boiadas, pela existência de lagoas na região e pela perenidade dos seus rios (LIMA, 2010).

O jesuíta se manteve no povoado por 20 anos, sendo sucedido, em 1816, pelo Padre José Rodrigues Pontes, que transformou o povoado em Freguesia. Em 1852 a Freguesia passou a ser considerada Vila, desmembrando-se de Inhambupe em 2 de Julho de 1853 para se tornar independente como município de Alagoinhas, em virtude da Resolução Provincial n.º 442, de 16 de junho de 1852 (ARAÚJO, 2009).

Os limites atribuídos ao município de Alagoinhas permaneceram os mesmos da Freguesia. Segundo Araújo (2009), neste primeiro momento, a produção agrícola dos engenhos de açúcar e a comercialização de fumo eram consideradas as principais atividades econômicas da região. O município também era lugar para pequenas atividades comerciais realizadas por viajantes que por ali passavam com animais de carga.

Na segunda metade do século XIX, o município ganhou destaque em razão da construção da Estrada de Ferro que alcançaria os seus limites territoriais. Por meio do Decreto nº 1.299 de 1853, o Governo Imperial autorizou a construção da Estrada de Ferro pela empresa *Bahia and São Francisco Railway Company*, cujo o intuito era ligar Salvador ao Rio São Francisco, sendo esta iniciada em outubro do mesmo ano (ARAÚJO, 2009).

A chegada da ferrovia impactou profundamente a organização socioespacial do município, tornando a vila um importante local de parada no sistema ferroviário, motivo pelo qual passou a ser considerada cidade com a publicação da Lei Provincial nº 1.957 em 7 de junho de 1880 (BRASIL, [si.]). A partir deste momento, a cidade passou ser dividida em “Alagoinhas Velha”, local onde estavam os primeiros núcleos de povoamento, e “Alagoinhas Nova”, local em que foi instalada a ferrovia e onde hoje se encontra o centro comercial do município.

A instalação da Estação Ferroviária possibilitou maior fluidez na circulação de mercadorias e pessoas em Alagoinhas, sendo um dos fatores que impulsionou a atividade comercial desde o final do século XIX até 1950 (ARAÚJO, 2009). No entorno da ferrovia, a presença da feira livre foi um dos principais atrativos que mobilizou pessoas de vários lugares a visitar a cidade em busca de mercadorias.

O município de Alagoinhas sempre teve a agricultura como uma das principais atividades econômicas desenvolvidas, sendo conhecido como a “terra da laranja”, entre os anos de 1948 e 1953, por ter sido um grande produtor de cítricos do estado. Além disso, até a década de 1960, voltava a sua produção agrícola para as plantações de fumo e mandioca, destacando-se ainda na pecuária como produtor de leite, carne e couro na Bahia (ARAÚJO, 2009).

No ano de 1964, foi encontrado um poço de petróleo nos limites territoriais de Alagoinhas, o MG-1-BA. Nos anos que se seguiram, outros foram encontrados, o que motivou o estabelecimento da Petrobras no município, tornando a cidade um pólo na região e fazendo da extração de petróleo uma das suas principais atividades econômicas (ALAGOINHAS, [si.]) Esse período foi marcado pela expansão urbana do município devido à crescente ocupação dos espaços vazios que ficavam entre a Alagoinhas “Velha” e a “Nova”, principalmente por conjuntos residenciais.

Outros fatores que modificaram a disposição urbana e a dinâmica socioeconômica da cidade foram a instalação do Polo Petroquímico em Camaçari, em

1978, do Distrito Industrial de Alagoinhas (DISAI), na década 1970 e da COPENER Florestal Ltda, na década de 1980 (ARAÚJO, 2009).

A industrialização e a chegada de grandes empresas trouxeram significativos impactos ambientais e modificações na organização social do trabalho da cidade. Ao observar esse processo de transformação da cidade de Alagoinhas, Araújo (2009) associa introdução de empresas de plantação de eucalipto no Litoral Norte à desarticulação das relações tradicionais de produção como agricultura camponesa e pecuária.

À parte isso, observo que a feira livre de Alagoinhas ainda ocupa um papel importante enquanto atividade comercial, atraindo vendedores(as), agricultores(as) e fregueses não só residentes da cidade como também de outras localidades, principalmente de comunidades rurais e municípios vizinhos. E, para mim, particularmente, um dos locais que mais pode contar sobre as histórias da cidade.

2.2 A FEIRA É TUDO²: UM ESPAÇO QUE CONTA HISTÓRIAS

A feira livre de Alagoinhas/BA localiza-se próximo à estação ferroviária e ao comércio do Município, e está presente em Alagoinhas desde o início de sua formação urbana, resistindo e se adaptando às transformações sociais e econômicas experienciadas pela cidade. A princípio, a feira ocupava os arredores da Igreja Velha, situada no bairro de Alagoinhas Velha, sendo transferida para perto da estação ferroviária em 1863, com a construção da Estrada de Ferro devido à mudança de sede para onde hoje se localiza o centro.

A construção da ferrovia a três quilômetros de distância do núcleo inicial da Vila de Alagoinhas provocou relevante transformação no espaço urbano da cidade. À despeito da vontade de diversos(as) moradores(as) e coronéis que residiam no centro antigo, a construção foi realizada longe das moradias, do comércio, da feira e da igreja da cidade, com a utilização de força policial para obrigar os(as) feirantes a levarem suas mercadorias para o novo núcleo urbano, bem como a publicação de uma resolução pelo Presidente da Província determinando a transferência da sede da Vila de Alagoinhas para os arredores da Estação da Estrada de Ferro (ARAÚJO, 2009), local onde a feira permanece até os dias atuais.

² Uma das perguntas realizadas aos(às) feirantes foi sobre o significado da feira para eles(as). Muitos responderam que a feira significava tudo por ser o local de onde tiravam o sustento e no qual se formaram para a vida.

Naquele período, a feira tinha tanta relevância para a economia da cidade que passou a ser, junto com outras atividades comerciais, objeto de regulação do Código de Postura de 1855, que entre as suas disposições estavam a previsão de multa para os(as) feirantes que vendessem produtos estragados e a determinação de horários em que os atravessadores poderiam vender seus produtos, cujo descumprimento poderia resultar em multa e oito dias de prisão (LIMA, 2010).

Além disso, Lima (2010) observou que nos documentos da Câmara Municipal de Alagoinhas enviados a Salvador, do período de 1853 até 1868, existem várias menções à organização da feira relativas ao dia de sua realização, aos mascates e tropeiros que nela compareciam e aos produtos que eram ofertados. Desse modo, é notável o destaque que a feira de Alagoinhas possuía para os(as) moradores(as) e visitantes da cidade, sendo fundamental para o seu desenvolvimento econômico.

A Central de Abastecimento de Alagoinhas (CEAB), como hoje é oficialmente chamada, foi um projeto fruto da parceria entre o Banco do Nordeste do Brasil e a Prefeitura Municipal de Alagoinhas que começou no governo do prefeito Judélio de Souza Carmo (1973-77) e foi finalizado em seu segundo mandato, sendo inaugurada na gestão de Francisco Reis, em 21 de abril de 1990. A formação da CEAB se deu como um esforço da Prefeitura para organizar a expansão e criação de condições de higiene até então consideradas precárias no espaço ocupado pela feira (MARINHO; ROCHA, 2015).

Assim, em 16 de julho de 2007 foi instituído pela Prefeitura de Alagoinhas, na gestão do prefeito Joseildo Ribeiro Ramos, por meio do Decreto nº 2.517, o Regimento Interno da CEAB com o intuito de regular a utilização dos espaços das unidades da CEAB, autorizando a utilização destes pelas pessoas que fazem a comercialização de mercadorias.

Em uma visita cotidiana à feira, pode-se visualmente perceber que existem dois principais espaços que a dividem: as partes cobertas (onde estão os galpões e a Feira de Caçuá) e a externa. Na parte coberta se localizam principalmente os(as) feirantes que vendem feijão, farinha de mandioca, massa de beiju, carne, peixe, camarão seco, verduras, frutas, hortaliças, roupas, tecidos, bem como onde estão presentes também os restaurantes e lanchonetes. Já na parte externa, há uma infinidade de barracas onde se vende de tudo: verduras, frutas e hortaliças no geral, roupas, artigos de cozinha, artesanato, metais, acessórios de instrumentos eletrônicos, entre outras utilidades.

Figura 1 - Barraca de feirante na parte externa da CEAB



Fonte: Registro da própria autora. Agosto de 2021.

Figura 2 - Estandes no interior do galpão na CEAB



Fonte: Registro da própria autora. Agosto de 2021.

Os(as) feirantes também podem ser representados por dois grandes grupos: os(as) feirantes agricultores(as), em sua maioria pertencentes à zona rural da cidade ou de cidades vizinhas, que vendem suas colheitas, e os(as) feirantes que compram e revendem suas mercadorias na feira, que podem possuir ou não permissão estatal para vendê-las. A feira é, portanto, um importante ambiente de estudo e de

historicização das relações de trabalho que se estabeleceram ao longo dos anos na cidade de Alagoinhas/BA.

Desde quando eu era criança e acompanhava minha mãe ou algumas tias em suas idas à feira, observava atenta a dinâmica do trabalho dos(as) feirantes, as suas formas de atrair clientes, de vender rapidamente as mercadorias enquanto administravam o dinheiro recebido. Naquela época, ingenuamente, eu acreditava que a maioria dos(as) feirantes que vendiam produtos do campo eram agricultores(as) que moravam na zona rural de Alagoinhas. Alguns anos depois, me dei conta de que grande parte destes(as) estavam desprotegidos(as) pelo sistema de proteção social da Previdência, mesmo tendo a função tão importante de fazer circular na feira da cidade os alimentos produzidos no campo.

Em 26 de agosto de 2021, fiz a minha primeira visita à CEAB já com o intuito de explorar o ambiente e conhecer alguns(as) feirantes que pudessem participar das entrevistas semidiretivas que propus neste trabalho. Encontrei a feira pouco movimentada, o que tornou o ambiente propício para eu conversar com alguns(as) trabalhadores(as) sobre a temática deste estudo e perguntar se tinham interesse em colaborar com o trabalho participando das entrevistas. A maior parte deles(as) aceitou e me deu o contato do celular com o intuito de indicar outro dia para a realização das entrevistas, e também tiveram aqueles(as) que já combinaram dia e horário para participarem das entrevistas, totalizando 12 (doze) pessoas, sendo a maioria mulheres.

Nos dias que se seguiram, entrei em contato com aqueles(as) que passaram o número do celular, e em relação àqueles(as) que não tinham aparelho celular, já deixei combinado os dias e horários para realizar as entrevistas. Pelo celular, entrei em contato com 10 (dez) feirantes, porém, apenas 4 (quatro) me responderam, razão pela qual acabei entrevistando menos pessoas do que o planejado. Porém, para minha surpresa, nas minhas idas à feira, acabei conhecendo outros(as) trabalhadores(as) que aceitaram participar das entrevistas por convencimento de seus(suas) colegas. Assim, realizei as entrevistas nos dias 30 e 31 de agosto de 2021, com 7 (sete) feirantes: Marilene, Domingas, Irleide, Luciana, Cristiano, Gilson e Sipriano.

Embora não seja comum nas pesquisas acadêmicas, mantive os nomes reais dos sujeitos entrevistados por estar apresentando neste trabalho as suas vivências e percepções sobre a ocupação na feira, assim como as histórias de vida e memórias de alguns(umas) deles(as) de forma individualizada neste Capítulo. As entrevistas

foram cedidas com autorização dos(as) feirantes entrevistados(as) por meio de Termo de Consentimento por eles(as) assinados.

2.3 AS ENTREVISTAS

A entrevista semidiretiva combina a possibilidade do sujeito entrevistado estruturar seu pensamento em torno do que está sendo questionado com a delimitação do campo de interesse do estudo por meio de intervenções do(a) entrevistador(a) (RUQUOY, 1997), por isso a escolhi para a iniciar a investigação proposta. Então, formulei um guia de entrevista com algumas perguntas-chave de temas que gostaria que eles(as) abordassem, intervindo em alguns momentos para levar o(a) entrevistado(a) a aprofundar o seu pensamento sobre temas de que não fala de forma espontânea.

As entrevistas revelaram informações importantes sobre a ocupação, referentes ao tempo na ocupação, rotina e ambiente de trabalho, perspectivas sobre proteção social do trabalho e acesso à terra. Porém, com exceção de uma, foram insuficientes para serem utilizadas como fontes orais para o resgate da memória a respeito da história da relação entre a terra e o trabalho na cidade de Alagoinhas/BA. Por essa razão, neste primeiro momento, farei a análise de conteúdo (RICHARDSON, 2007) destas a partir dos seguintes subtópicos: perfil dos(as) feirantes, formas de inserção no ofício, rotina, ambiente de trabalho e perspectivas sobre proteção social do trabalho e relação com a terra.

A análise de conteúdo é “um conjunto de técnicas de análise das comunicações” (BARDIN, 2016, p. 37), que possibilita encontrar respostas para as questões formuladas e revelar as informações implícitas no conteúdo apresentado (RICHARDSON, 2007), motivo pelo qual optei pelo uso deste método para a interpretação do que foi dito pelos(as) feirantes nas entrevistas realizadas.

2.3.1 Perfil dos(as) feirantes entrevistados(as)

Dentro da grande comunidade de feirantes que compõem a CEAB, entrevistei aqueles(as) que possuem barracas na área externa da feira, em razão de serem a maioria presente na feira no dia em que fui fazer a abordagem inicial. Além disso, escolhi entrevistar feirantes que vendem produtos do campo em razão da relação entre a terra e o trabalho que quero estabelecer neste trabalho. Entre estes(as),

priorizei entrevistar os(as) feirantes que compram e revendem esses produtos, sendo que somente um dos entrevistados trabalha atualmente como agricultor e feirante.

Quando escrevi o guia de entrevista, dediquei a primeira parte para o preenchimento de algumas informações que considero importantes para traçar o perfil do grupo de feirantes entrevistados(as) nesta pesquisa. Entre as informações preenchidas neste campo estão: idade, gênero, povo com o qual se identifica, local da residência e nível de escolaridade.

Entre os sete feirantes entrevistados(as), quatro se identificaram com o gênero feminino e três com o masculino. Porém, ressalto que a participação maior de feirantes do gênero feminino pode ser explicada pelo fato de que no momento da abordagem, alguns homens se recusaram a participar, evidenciando um envolvimento maior das mulheres na pesquisa. Além disso, a prevalência de mulheres pode estar relacionada ao fato de que o ofício do(a) feirante envolve a realização de atividades associadas ao trabalho reprodutivo, em especial, responsabilidade pela alimentação, atribuído pela sociedade capitalista e patriarcal às mulheres e principalmente às mulheres negras (GONZALEZ, 1979; GONZALEZ, 1984).

Quanto à idade dos(as) feirantes, observo que variaram entre trinta e cinco anos e setenta e sete anos, sendo Cristiano e Irleide os mais jovens e Sipriano o feirante de maior idade. O nível de escolaridade também variou um pouco: um feirante relatou que nunca foi à escola, um relatou que frequentou a escola por um período curto de tempo, aprendendo apenas a escrever o próprio nome, dois relataram não terem concluído o ensino fundamental, uma concluiu o ensino fundamental, mas não prosseguiu estudando, uma possui o ensino médio completo, e uma possui graduação em Pedagogia.

Todos os(as) feirantes entrevistados(as) identificaram-se com o povo preto/pardo, o que demonstra que a ancestralidade preta e originária compõe a identidade dos(as) trabalhadores(as) da feira de Alagoinhas, sendo um marcador social importante para entender as trajetórias destes(as) e as dificuldades inerentes à ocupação, o qual será abordado com maior profundidade posteriormente a partir das narrativas e da história que envolve a terra e o trabalho no município.

Entre os(as) feirantes entrevistados(as), três afirmaram morar na área urbana de Alagoinhas, sendo a maioria residente de comunidades rurais no entorno da cidade, o que me permitiu entender quais as conexões entre o trabalho que estes(as) desenvolvem na feira e a suas relações com o campo.

2.3.2 Formas de inserção na ocupação

O ponto de partida das entrevistas foi pedir para que os(as) feirantes contassem há quanto tempo e como começaram a trabalhar neste ofício. As respostas não variaram muito, pois a maior parte respondeu que exercem a função há muito tempo, alguns afirmando inclusive que se tornaram feirantes porque os pais eram feirantes e tiveram que se envolver nas atividades do ofício como forma de ajudá-los no trabalho.

Eu tenho 20 anos trabalhando como feirante e veio de geração... Meus pais trabalhavam aqui na feira e aí terminei ficando. [...]. Desde criança que eu já ajudava minha mãe [...]. Vinha com ela, e aí fiquei na feira.³

Mais ou menos há uns 20 anos e foi passando de pai pra filho, entendeu? Aqui era do meu pai, aí ele parou de trabalhar e passou pra mim.⁴

Eu comecei com meu tio, chamava Anjo José dos Santos que Deus já levou, não está mais [...]. 7 anos de idade já comecei, meu tio deixava tudo em mão, eu vendia, recebia, entregava a ele, dava o dinheiro a ele. E aí depois que eu tomei conta de si, fiquei de maior, comecei a vender na feira que inté hoje eu venho.⁵

As respostas dos(as) feirantes demonstram que a iniciação neste ofício relaciona-se muito com as práticas sociais do coletivo em que estão inseridos, em especial do núcleo familiar, as quais são passadas de geração a geração, do que do estudo formalizado da escola (SANTOS, 2018).

A este respeito, Thompson (1998, p. 18) sustenta que nesses tipos de ofício “as práticas e as normas se reproduzem ao longo das gerações na atmosfera lentamente diversificada dos costumes”, enfatizando ainda que as tradições inerentes ao trabalho são muitas vezes passadas a partir da transmissão oral. No entanto, para além da tradição do ofício, a necessidade de prover a subsistência da família aparece em algumas respostas como fator fundamental para a inserção no trabalho, o que evidencia as limitadas condições econômicas desses sujeitos.

Eu entrei com 15 anos, hoje tô com 47, então vamo botar uns 10 anos né? [...]. Mais de dez... 30 anos de feira. Eu comecei pela precisão, porque minha mãe caiu doente, aí eu tive que tomar conta da barraca [...] aí eu peguei, tomei conta da barraca pra poder sobreviver, pra poder sustentar minha mãe

³ Entrevista concedida pela entrevistada Domingas. Entrevista Semidiretiva I. [agosto/2021]. Entrevistadora Ariane Pereira Santos. Alagoinhas, 2021. (6 min 28 seg).

⁴ Entrevista concedida pelo entrevistado Cristiano. Entrevista Semidiretiva I. [agosto/2021]. Entrevistadora Ariane Pereira Santos. Alagoinhas, 2021. (6 min 61 seg).

⁵ Entrevista concedida pelo entrevistado Sipriano. Entrevista Semidiretiva I. [agosto/2021]. Entrevistadora Ariane Pereira Santos. Alagoinhas, 2021. (19 min 15 seg).

dentro de casa, remédio, o alimento, água, luz, bujão, pra cumprir com as nossas necessidades, entendeu? E daí eu comecei, não sai mais, comecei a trabalhar de segunda a sábado.⁶

Tem uns 12 anos. Eu comecei através de minha mãe porque ela trabalhava aqui, a barraca era dela, só que ela faleceu e eu tive tomar conta de meus quatro irmão, aí quando ela morreu eu não tinha benefício nenhum pra poder criar, e o benefício dela foi cortado, aí minhas irmã passou a barraca pra mim. Aí eu comecei a trabalhar como feirante, mas eu ficava em casa, tomando conta dos irmão.⁷

Em todas as entrevistas verifico que há uma nítida relação entre o trabalho e a família, sendo comum os relatos de solidariedade entre os(as) membros(as) de um mesmo núcleo familiar que pode ser demonstrado no envolvimento no trabalho da feira, um ofício que é transmitido pela prática. Essa é uma característica muito peculiar de relações de trabalho tradicionais, o que revela a natureza econômica e social desta ocupação (SANTOS, 2018).

Embora a ocupação do feirante seja considerada como tradicional, vinculada às práticas sociais e à cultura de determinado coletivo, é importante destacar que a cultura não é um conceito dado, mas principalmente um espaço de conflitos e contradições sociais (THOMPSON, 1998), do qual o capitalismo também se apropria para reproduzir a exploração do trabalho. Além disso, o fato de que a maioria dos(as) feirantes entrevistados(as) tenha iniciado no ofício por esta ser a ocupação de seus familiares, indica que há pouca mobilidade social das famílias negras, visto que as condições de vida e trabalho se mantêm ao longo das gerações.

2.3.3 Rotina, ambiente de trabalho e perspectivas de proteção social ao(à) feirante

Quando eu perguntei como era a rotina de trabalho, tive respostas muito semelhantes que apontam para uma realidade comum, vivenciada por quase todos(as) feirantes entrevistados(as) de jornadas superiores a dez horas diárias em pelos menos seis dias na semana. O trabalho do(a) feirante não se restringe apenas à venda dos produtos, mas envolve comprar ou plantar e colher os produtos agrícolas, transportá-los para feira, às vezes, do campo para cidade, organizar a barraca e a partir daí sim vendê-los.

⁶ Entrevista concedida pela entrevistada Marilene. Entrevista Semidiretiva I. [agosto/2021]. Entrevistadora Ariane Pereira Santos. Alagoinhas, 2021. (11 min 21 seg).

⁷ Entrevista concedida pela entrevistada Irleide. Entrevista Semidiretiva I. [agosto/2021]. Entrevistadora Ariane Pereira Santos. Alagoinhas, 2021. (9 min 30 seg).

De segunda a sábado, começo 6h e termino 5h30, às vezes eu durmo até aqui na barraca.⁸

Bem cansativa. Todo dia, geralmente das 4h, a gente acorda 4h, chega em casa 5, 6h da noite. Praticamente trabalha todos os dias.⁹

Todo dia. Chego às 7h, às vezes saio às 5h30 pra pegar o ônibus de 6h que é o do Buri, que vai pra roça, que é o que passa na porta da minha casa, é do Buri, Buri-Catuzinho, é o que vou 6h pra casa, das 7h às 5h30, que 6h é pra tá no ponto do ônibus, que a gente pega o carro lá.¹⁰

Eu trabalho segunda a sábado. [...] Eu chego aqui segunda, terça e quarta 5h30, 6h, quinta e sexta e sábado eu chego 5h, 4h30, dia de sábado eu chego 4h30, 4h50, por aí... Porque tenho cliente mais cedo, sabe? Aí quando eu abro, os clientes já tá esperando [...]. Já tem cliente que chega muito cedo.¹¹

A rotina é... A gente pega muito cedo, pego 4h30 da manhã, 5h e saio daqui 6 horas, 6h10 da noite [...]. Todo dia de segunda a sábado.¹²

Os únicos feirantes que relataram rotinas diferentes da maioria foram Sipriano José dos Santos e Gilson Paulo dos Santos, o primeiro porque é um feirante agricultor e relata também trabalhar na roça e o segundo porque depende dos períodos de colheitas do campo para trazer as mercadorias para a cidade.

A minha rotina é na área rural, é na roça. Tô velho, 78 anos vou completar agora em 16 setembro, eu nasci em 43, mas ainda hoje trabalho. Ainda ontem uma hora dessas eu tava na roça, tirando ali aquelas laranjas dali, ó, tirando pra poder trazer pra cá.¹³

A minha rotina do trabalho é essa que tenho aqui, sempre indo e voltando, e o trabalho é esse mesmo. [...] às vezes eu trabalho todos os dias e às vezes não... Às vezes, que nem é agora no inverno, a gente acha laranja, mas quando é no verão a gente não acha mercadoria suficiente que dê pra a gente trazer... Porque quando a gente vem de lá pra cá, trazer pouca mercadoria, a gente paga caro e não presta.¹⁴

⁸ Entrevista concedida pela entrevistada Luciana. Entrevista Semidiretiva I. [agosto/2021]. Entrevistadora Ariane Pereira Santos. Alagoinhas, 2021. (8 min 24 seg).

⁹ Entrevista concedida pelo entrevistado Cristiano. Entrevista Semidiretiva I. [agosto/2021]. Entrevistadora Ariane Pereira Santos. Alagoinhas, 2021. (6 min 61 seg).

¹⁰ Entrevista concedida pela entrevistada Marilene. Entrevista Semidiretiva I. [agosto/2021]. Entrevistadora Ariane Pereira Santos. Alagoinhas, 2021. (11 min 21 seg).

¹¹ Entrevista concedida pela entrevistada Irleide. Entrevista Semidiretiva I. [agosto/2021]. Entrevistadora Ariane Pereira Santos. Alagoinhas, 2021. (9 min 30 seg).

¹² Entrevista concedida pela entrevistada Domingas. Entrevista Semidiretiva I. [agosto/2021]. Entrevistadora Ariane Pereira Santos. Alagoinhas, 2021. (6 min 28 seg).

¹³ Entrevista concedida pelo entrevistado Sipriano. Entrevista Semidiretiva I. [agosto/2021]. Entrevistadora Ariane Pereira Santos. Alagoinhas, 2021. (19 min 15 seg).

¹⁴ Entrevista concedida pelo entrevistado Gilson. Entrevista Semidiretiva I. [agosto/2021]. Entrevistadora Ariane Pereira Santos. Alagoinhas, 2021. (6 min 11 seg).

A respeito da rotina de trabalho nessas formas de ocupação, Thompson (1998) pondera que a percepção de tempo desses(as) trabalhadores(as) tem sido relacionada à orientação pelas tarefas, isso porque a jornada de trabalho não é previamente definida por um empregador, mas estabelecida a partir das necessidades relativas ao trabalho e à vida. Nesse tipo de ofício, não há uma separação entre o trabalho e a vida, pois as relações sociais e o trabalho se misturam, podendo a jornada ser prolongada ou reduzida de acordo com as necessidades.

Ao serem questionados(as) sobre as dificuldades que encontram na ocupação, alguns(as) os(as) feirantes apresentaram queixas ao ambiente de trabalho, relatando a ausência de organização da feira e descaso do poder público em relação ao espaço por eles(as) ocupado.

A feira da gente é toda desorganizada, é muito desorganizada, principalmente do Município de Alagoinhas, não tem um lugar... Deveria ter um lugar, cada um ter suas barracas padronizadas, que não existem em Alagoinhas. [...] Acabou nossa feira de Alagoinhas, o Centro de Abastecimento, que tristeza é... Tá acabada! Falta de organização e planejamento dos nossos gestores.¹⁵

Aqui geralmente é a falta de apoio, né, da Prefeitura. Não tem assim... Um projeto para auxiliar em nada, aqui praticamente é a gente e Deus. Não tem apoio de ninguém.¹⁶

Os(as) feirantes geralmente pagam um valor a título de taxa de permissão para vender, porém a insatisfação com o ambiente de trabalho aparece em diversas falas, revelando a divergência de interesses entre a Prefeitura e os(as) trabalhadores(as) quanto à organização do espaço da feira.

A gente paga um boleto, acho que é 5 e pouco... Agora que eu parei de pagar porque ó o jeito da feira... A gente tá contribuindo uma coisa que eles não tá beneficiando a gente em nada! [...] Eu me zanguei, parei de pagar. Só vou começar a pagar quando eles fizerem umas coisas melhores pra gente, digna, como fizeram lá na feira da roupa, o Caçuá, mas pra a gente nada. [...] Eles tão querendo tirar a gente daqui, a reunião foi dita, tá querendo colocar a gente aí dentro do galpão, sem vender nada e jogar lá na Feira do Caçuá... Na feira do Caçuá, ali os povo tem os seus ponto, cê acha que eu vou chegar ali vou invadir uma barraca e quando os povos vim sexta e sábado e encontrar, não vai ser briga? **É isso que eles quer fazer, quer tirar a gente daqui pra fazer estacionamento, e jogar a gente como assim, tipo lixo, cachorro, sei lá, jogar em qualquer lugar, só que a gente não aceita porque aqui sempre foi a feira.** O que era bom pro prefeito era fazer o

¹⁵ Entrevista concedida pelo entrevistado Sipriano. Entrevista Semidiretiva I. [agosto/2021]. Entrevistadora Ariane Pereira Santos. Alagoinhas, 2021. (19 min 15 seg).

¹⁶ Entrevista concedida pelo entrevistado Cristiano. Entrevista Semidiretiva I. [agosto/2021]. Entrevistadora Ariane Pereira Santos. Alagoinhas, 2021. (6 min 61 seg).

galpão que ele ofereceu a gente, ele falou, ele prometeu que ia fazer e até hoje não fez, e a gente tá nessa.¹⁷

Ainda sobre as dificuldades enfrentadas na ocupação, alguns(as) feirantes se queixaram do valor do preço dos produtos que compram para revender, bem como da renda que conseguem obter com as vendas, sendo apontada como insuficiente para suprir as necessidades de subsistência.

Dificuldade a gente tem um bocado, viu? Porque é renda pouca, a gente não tem muita renda pra investir, não tem... A limpeza aqui é péssima. É um bocado de dificuldade mesmo aqui.¹⁸

As dificuldades da gente é porque totalmente... Assim... As mercadorias tá caro, e quando a gente chega lá que compra aqui o povo quer barato e barato não tem como a gente vender, que se a gente for vender barato, não tem como a gente passar, entendeu? Mais assim...¹⁹

Ô minha fia, movimento fraco, que tá fraco no momento depois dessa epidemia. Se já tava um pouquinho fraco, ficou mais fraco ainda. E aí tudo caro, pra a gente comprar pra a gente revender é uma dificuldade imensa, pra poder a gente conseguir o dinheiro pra pagar e pra ficar e pra a gente venha a cumprir com nossas necessidades, né, comprar o arranjo como diz o ditado. Então, a dificuldade é essa aí, porque, infelizmente pra todo mundo tá assim... Mercadoria cara e pra a gente comprar pra revender, tem transporte que a gente paga, tudo isso, tudo [...]. Tudo sou eu, Deus e eu que pago.²⁰

Por ser uma ocupação autônoma, sem qualquer vinculação a um empregador específico e que depende principalmente das vendas proporcionadas pela ida de pessoas à feira, o trabalho do(a) feirante foi impactado pela pandemia do vírus da Covid-19. Nas entrevistas, alguns(as) feirantes informaram que houve alteração dos horários de funcionamento da CEAB e redução das vendas por causa da ausência de circulação de pessoas.

As vendas caiu mais, caiu muito porque o povo ficava com medo de vim e também teve mudança né, que abria de manhã seis horas, os portão se abria, e fechava uma, fechava três... Em pleno sábado que era pra gente vender mais, fechava três, aí morria a feira duas... Quando bota pra três, a feira cai

¹⁷ Entrevista concedida pela entrevistada Irleide. Entrevista Semidiretiva I. [agosto/2021]. Entrevistadora Ariane Pereira Santos. Alagoinhas, 2021. (9 min 30 seg).

¹⁸ Entrevista concedida pela entrevistada Domingas. Entrevista Semidiretiva I. [agosto/2021]. Entrevistadora Ariane Pereira Santos. Alagoinhas, 2021. (6 min 28 seg).

¹⁹ Entrevista concedida pelo entrevistado Gilson. Entrevista Semidiretiva I. [agosto/2021]. Entrevistadora Ariane Pereira Santos. Alagoinhas, 2021. (6 min 11 seg).

²⁰ Entrevista concedida pela entrevistada Marilene. Entrevista Semidiretiva I. [agosto/2021]. Entrevistadora Ariane Pereira Santos. Alagoinhas, 2021. (11 min 21 seg).

duas, duas cê já não vê mais ninguém aqui. Mas agora normou, ficou normal os horários, não mudaram mais não.²¹

Ficou péssimo viu? ficou horrível, mudou um bocado [...]. Caiu mesmo a renda. [...] Se pegava 6h, 5h, que começasse 8h e fechava os portões 1h30, 2h.²²

Ao serem questionados(as) se contribuem na Previdência Social para fins de obter a aposentadoria, quase todos responderam que atualmente não contribuem, com exceção de um feirante que já é aposentado. Entre os motivos indicados para a não contribuição, alguns(as) feirantes apontaram a insuficiência da renda obtida no trabalho.

Não. Eu tava contribuindo, depois eu terminei parando, me apertei muito e terminei parando [...]. Sem dinheiro mesmo.²³

Não, não pago nada. No caso, INSS que cê fala, né? Não, não pago não.²⁴

Eu tava pagando INSS, mas aí os ganhos da gente ficou pouco, eu parei, mas eu já tô perto de aposentar que eu já tô com, eu já tô fazendo 64 anos, daqui a uns dias eu me aposento. Só não aposentei ainda de rural porque eu trabalhei muitos tempos fichado em empresa [...]. Eu paguei 14 anos de INSS.²⁵

Ainda não, só assim a parte da terra, no caso do INCRA... Só por isso mesmo.²⁶

As respostas de Gilson Paulo dos Santos e Cristiano de Santana Batista indicam que os(as) feirantes que residem na zona rural ainda vislumbram a possibilidade de aposentadoria como agricultores(as) familiares. Mas mesmo aqueles(as) que residem na zona urbana e não estão contribuindo para a Previdência no momento, têm perspectiva de se aposentar, apesar de parecer uma realidade mais distante em relação aos(às) primeiros(as).

A preocupação em relação à ausência de proteção social no trabalho aparece nas falas de Irleide de Santana Ferreira, que deseja contribuir na Previdência Social principalmente por motivos de saúde, enfatizando que o(a) feirante é um(a)

²¹ Entrevista concedida pela entrevistada Irleide. Entrevista Semidiretiva I. [agosto/2021]. Entrevistadora Ariane Pereira Santos. Alagoinhas, 2021. (9 min 30 seg).

²² Entrevista concedida pela entrevistada Domingas. Entrevista Semidiretiva I. [agosto/2021]. Entrevistadora Ariane Pereira Santos. Alagoinhas, 2021. (6 min 28 seg).

²³ Entrevista concedida pela entrevistada Domingas. Entrevista Semidiretiva I. [agosto/2021]. Entrevistadora Ariane Pereira Santos. Alagoinhas, 2021. (6 min 28 seg).

²⁴ Entrevista concedida pela entrevistada Marilene. Entrevista Semidiretiva I. [agosto/2021]. Entrevistadora Ariane Pereira Santos. Alagoinhas, 2021. (11 min 21 seg).

²⁵ Entrevista concedida pelo entrevistado Gilson. Entrevista Semidiretiva I. [agosto/2021]. Entrevistadora Ariane Pereira Santos. Alagoinhas, 2021. (6 min 11 seg).

²⁶ Entrevista concedida pelo entrevistado Cristiano. Entrevista Semidiretiva I. [agosto/2021]. Entrevistadora Ariane Pereira Santos. Alagoinhas, 2021. (6 min 61 seg).

trabalhador(a) “avulso(a)”, que não tem direito a qualquer tipo de “benefício” se não for contribuinte.

Rapaz, eu tô querendo, viu? É porque eu tô assim, sei lá... A gente diz que não tem tempo, mas a gente tem tempo, sabe? Eu falo todo dia com minhas irmãs que vou pagar porque o meu INSS, só que hoje tô aqui, amanhã tô aqui, depois tô aqui, não tenho tempo, mas eu penso em pagar, vou começar a pagar [...] Porque vou fazer umas cirurgias, se eu tivesse pagando meu INSS, eu ia tá encostada e tudo, sabe? **E aqui feirante é avulso, se a gente não pagar não tem nada, né, não tem benefício nenhum, porque a gente não paga, como é que a gente vai receber?**²⁷

A resposta de Luciana Maria da Conceição demonstra que em sua percepção o direito à aposentadoria decorrente da contribuição somente pode vir de uma relação de trabalho registrada na Carteira de Trabalho e Previdência Social, ou seja, de uma vivência do trabalho muito diferente da sua que nunca trabalhou com carteira assinada.

Não contribuo não porque eu nunca ficei carteira, nunca nada... Sei lá se vou chegar a essa idade, a esse tempo. Deus é que sabe!²⁸

Nesse sentido, observo que as jornadas de trabalho nessa ocupação geralmente são extensas e podem variar em função do perfil do(a) feirante. Se for agricultor ou residente da zona rural que em sua comunidade planta ou compra os produtos agrícolas e traz para cidade, pode depender dos períodos de colheita no campo. Porém, mesmo aqueles que residem na cidade e que compram e revendem os produtos, passam o dia todo em função do trabalho. Além disso, destaco que a maioria dos(as) feirantes entrevistados(as), com exceção daqueles(as) que também são agricultores(as) familiares, não são contemplados por qualquer tipo de proteção da Previdência Social.

O art. 21 da Lei 8.212/1991 trata sobre valor a ser pago pelos contribuintes individuais do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), os quais não estão submetidos a vínculo empregatício. Conforme as disposições da Lei, os(as) trabalhadores(as) considerados(as) como autônomos(as) podem contribuir para obter a aposentadoria pelo INSS no valor de 11% do salário mínimo vigente ou 20% dos rendimentos recebidos. Ocorre que, como já foi dito pelos(as) feirantes

²⁷ Entrevista concedida pela entrevistada Irleide. Entrevista Semidiretiva I. [agosto/2021]. Entrevistadora Ariane Pereira Santos. Alagoinhas, 2021. (9 min 30 seg).

²⁸ Entrevista concedida pela entrevistada Luciana. Entrevista Semidiretiva I. [agosto/2021]. Entrevistadora Ariane Pereira Santos. Alagoinhas, 2021. (8 min 24 seg).

entrevistados(as), os rendimentos que recebem são insuficientes para suprir suas necessidades básicas e ainda contribuir para o INSS, o que revela a situação de desproteção desses(as) trabalhadores(as), pois mesmo que expostos a jornadas extensas de trabalho não conseguem obter qualquer tipo de benefício se não contribuem.

Essa ausência de proteção social por parte do Estado faz persistir a negação a aos(às) trabalhadores(as) negros(as) que compõem a feira dos direitos sociais insculpidos no artigo 7º da Constituição Federal de 1988, porque se submetem às formas de trabalho precárias, sem limitação da jornada de trabalho, sem férias, sem direito à salário mínimo e décimo terceiro salário, sem possibilidade de afastamento por motivo de saúde, o que dificulta a mobilidade social destes(as), visto que não possuem outros meios para sobrevivência que não seja os limitados rendimentos da ocupação.

Ademais, diante das várias queixas sobre a organização da feira, noto também que há negligência do poder público em relação ao espaço ocupado por estes(as) trabalhadores(as), mesmo a CEAB sendo ainda um dos grandes atrativos da cidade. Essa situação se agravou no período de pandemia, que trouxe maior instabilidade ao trabalho, gerando aflição entre os(as) feirantes.

2.3.4 Relação com a terra

Uma das perguntas que fiz aos(às) feirantes entrevistados(as) foi se tiveram acesso à terra em algum momento da vida e/ou qual era relação que eles(as) tinham com a terra. Considero essa questão importante porque o uso da terra por meio da agricultura familiar pode, além de oferecer um meio de sobrevivência a estes(as) trabalhadores(as) para além da ocupação na feira, o(a) agricultor(a) familiar é um segurado especial da Previdência Social, conforme o artigo 12, inciso VII da Lei nº 8.212/1991, tendo direito à aposentadoria e outros benefícios sociais.

Em resposta à pergunta, a maior parte dos(as) feirantes que residem na zona urbana da cidade relataram que nunca tiveram acesso à terra de grandes extensões, e nestes casos, a terra pertencia a algum familiar como pais ou avós.

Meu pai teve. Meu pai tinha em Ibiritinga. Mas depois eu não sei nem o que sucedeu, viu, minha fia? [...] Ele falava muito sobre essa terra que ele tinha

dos avós dele, José Libório, e aí quando chegou na nossa geração não tinha mais nada.²⁹

Minha vó tem, mas só que é uma briga... Minha mãe teve a parte dela, só que minha mãe vendeu, aí minha vó deixou uma, não é grandão também, mas dá pra plantar. Só que é briga... Se a gente for plantar, minhas tias que tá viva não deixa, porque minha vó morreu. Aí minha mãe teve a parte dela, vendeu, aí ficou pra minha tia... Aí se eu chegar lá hoje e plantar, minha tia não vai deixar, porque ela fala logo 'a parte de sua mãe já foi vendida'³⁰

A realidade não é diferente entre aqueles(as) que residem na zona rural, que relataram também não possuírem terra suficiente para plantar e colher em maiores proporções. Porém, estes(as) têm uma relação mais próxima com a terra, seja porque já trabalharam em algum momento da vida como agricultores(as) ou fazem agricultura para alimentação da família.

Terra tem é o terreninho da gente, né, negócio de meia tarefa de terra, lugar de fazer a casa só, agora terreno muito a gente não tem não...³¹

A gente planta só mesmo pra... Praticamente pra comer né, porque não planta em grande escala pra revenda, né, só mesmo pra ter. [...] A terra é pequena, é um sitiozinho, entendeu? Não é grande a propriedade não.³²

[...] Não tem terra pra plantar, só tem o lotezinho de minha casa. Minha casa foi ganhada, foi o governo que me deu. Foi numa época que teve uma enchente no Riacho [...]. Aí nessa época, aí ficou [...]. A terra é tudo [...]. Sempre trabalhei de terra e ói, me formei, mas não pretendo trabalhar na área não viu? Meu negócio é trabalhar com agricultura mesmo.³³

Apenas Sipriano José dos Santos, que é residente da comunidade rural Conceição de Cima, respondeu que possui terra, onde cultiva laranja, mandioca, melancia, coco, entre outras plantações, e onde também colhe a maior parte dos produtos agrícolas que vende na feira.

Roça de laranja, mandioca, eu trabalho com isso. Melancia, coqueiro, aipim, era farinha diariamente, a gente tinha. [...] Tá lá fechada porque farinha caiu demais, o preço tá triste. [...] Eu tenho 514 pés de laranja lá de um lado, do

²⁹ Entrevista concedida pela entrevistada Domingas. Entrevista Semidiretiva I. [agosto/2021]. Entrevistadora Ariane Pereira Santos. Alagoinhas, 2021. (6 min 28 seg).

³⁰ Entrevista concedida pela entrevistada Irleide. Entrevista Semidiretiva I. [agosto/2021]. Entrevistadora Ariane Pereira Santos. Alagoinhas, 2021. (9 min 30 seg).

³¹ Entrevista concedida pelo entrevistado Gilson. Entrevista Semidiretiva I. [agosto/2021]. Entrevistadora Ariane Pereira Santos. Alagoinhas, 2021. (6 min 11 seg).

³² Entrevista concedida pelo entrevistado Cristiano. Entrevista Semidiretiva I. [agosto/2021]. Entrevistadora Ariane Pereira Santos. Alagoinhas, 2021. (6 min 61 seg).

³³ Entrevista concedida pela entrevistada Luciana. Entrevista Semidiretiva I. [agosto/2021]. Entrevistadora Ariane Pereira Santos. Alagoinhas, 2021. (8 min 24 seg).

outro lado eu tenho 300 pés de laranja. Eu tenho uns 800 e poucos pés de laranja lá.³⁴

Quando perguntei aos(às) demais onde compram os produtos agrícolas que comercializam na feira, notei que os(as) feirantes residentes da zona urbana costumam comprar com fornecedores de Alagoinhas que trazem produtos de cidades mais distantes como Feira de Santana e Juazeiro. Marilene São Pedro dos Santos, porém, relata também comprar laranja com um fornecedor das comunidades rurais no município.

A metade eu compro aqui, a metade em Feira de Santana, a metade vem de Juazeiro. Tem um fornecedor que fornece a gente dia de sexta de Juazeiro. Eu pego uma quantidade aqui e outra meu irmão vai buscar em Feira.³⁵

A gente compra pra revender [...], aqui em Alagoinhas e em Feira de Santana.³⁶

É aqui em Alagoinhas, Tico Baiano, quer dizer, ele é de Feira de Santana, mas, porém, tem uma loja aqui que abastece a gente com a maioria das frutas... É maçã, pera, goiaba, ele vende essas coisas tudo. Só não vende laranja, a laranja vem do Quisambu [...]. O rapaz que chama Alan que me fornece, que ele acho que mora na Conceição, e aí compra mercadoria por lá nas casa de laranja, laranja lima, laranja pera, de umbigo, essas coisas assim, o maracujá, aí tudo vem de lá do Quisambu.³⁷

Já entre aqueles que residem na zona rural é mais comum que comprem com os produtores agrícolas das comunidades rurais onde moram ou de comunidades vizinhas.

“A gente compra direto na mão do produtor lá na roça.”³⁸

“Eu compro no Quisambu.”³⁹

Luciana Maria da Conceição Silva, residente da comunidade de Riacho da Guia, relata que compra com fornecedores de locais mais distantes, mas também com aqueles de sua comunidade e de cidades próximas ao município.

³⁴ Entrevista concedida pelo entrevistado Sipriano. Entrevista Semidiretiva I. [agosto/2021]. Entrevistadora Ariane Pereira Santos. Alagoinhas, 2021. (19 min 15 seg).

³⁵ Entrevista concedida pela entrevistada Irleide. Entrevista Semidiretiva I. [agosto/2021]. Entrevistadora Ariane Pereira Santos. Alagoinhas, 2021. (9 min 30 seg).

³⁶ Entrevista concedida pela entrevistada Domingas. Entrevista Semidiretiva I. [agosto/2021]. Entrevistadora Ariane Pereira Santos. Alagoinhas, 2021. (6 min 28 seg).

³⁷ Entrevista concedida pela entrevistada Marilene. Entrevista Semidiretiva I. [agosto/2021]. Entrevistadora Ariane Pereira Santos. Alagoinhas, 2021. (11 min 21 seg).

³⁸ Entrevista concedida pelo entrevistado Cristiano. Entrevista Semidiretiva I. [agosto/2021]. Entrevistadora Ariane Pereira Santos. Alagoinhas, 2021. (6 min 61 seg).

³⁹ Entrevista concedida pelo entrevistado Gilson. Entrevista Semidiretiva I. [agosto/2021]. Entrevistadora Ariane Pereira Santos. Alagoinhas, 2021. (6 min 11 seg).

Tem uns fornecedores que traz pra a gente que é de lá de Sergipe que fornece pra a gente aqui a batata doce, o milho vem da roça mesmo, as vezes de Riacho da Guia, Aramari, tem um rapaz que pego de Aramari, é assim, os fornecedores mesmo da agricultura.⁴⁰

Um dado importante a ser analisado é que, embora alguns(as) feirantes sejam residentes da zona rural e também trabalhem como agricultores(as) e/ou cultivem alguns produtos agrícolas para consumo próprio ou da família, a maior parte destes(as) não faz da agricultura a sua fonte de renda, o que me instigou a fazer novas entrevistas com dois dos feirantes que participaram deste primeiro momento: Luciana Maria da Conceição e Gilson Paulo dos Santos, ambos residentes da zona rural de Alagoinhas e que, sem terra para plantar, compram e revendem produtos agrícolas na CEAB.

Além destes(as), escolhi entrevistar novamente também Sipriano José dos Santos, feirante e agricultor, em razão da riqueza de histórias da sua primeira entrevista e da sua participação ativa no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Município de Alagoinhas/BA (SINTRAF).

Neste segundo momento, preparei as entrevistas semidiretivas com perguntas específicas para cada um desses(as) feirantes narrarem suas trajetórias de vida e contarem as suas memórias da terra e do trabalho, as quais apresentarei na seção a seguir e também no decorrer desta investigação sob a perspectiva do método da história oral.

2.4 HISTÓRIAS DE VIDA

Nesse segundo momento da pesquisa, decidi trabalhar com os métodos das histórias de vida e da história oral, isto é, a apresentação das narrativas sobre as trajetórias de vida dos(as) feirantes. O que me despertou para escolher esse método foi a possibilidade de dar voz à memórias que foram invisibilizadas pela narrativa oficial da história da cidade e apresentar a memória coletiva dos(as) trabalhadores(as) feirantes da CEAB, estabelecendo as conexões com a história da ocupação das terras e da organização do trabalho em suas comunidades. O intuito é compreender as

⁴⁰ Entrevista concedida pela entrevistada Luciana. Entrevista Semidiretiva I. [agosto/2021]. Entrevistadora Ariane Pereira Santos. Alagoinhas, 2021. (8 min 24 seg).

experiências do passado a partir das perspectivas dos(as) narradores(as) no presente.

A história oral enquanto método acadêmico baseia-se na utilização de fontes orais por meio de entrevistas gravadas com o intuito de promover a análise de processos sociais do presente dos sujeitos entrevistados. Compreender o presente a partir da perspectiva da história oral, portanto, significa entender que o que chamamos de coletivo é resultado de experiências que vinculam sujeitos a outros, e construção de identidades que são frutos de memórias expressadas em comunidade (HOLANDA; MEIHY, 2007).

Pollak (1992) destaca três elementos que compõem a memória individual ou coletiva de um sujeito: em primeiro, os acontecimentos vividos pessoalmente e aqueles vividos pelo coletivo a partir de uma socialização política e histórica que é tão presente no coletivo que as memórias acabam sendo herdadas pelos sujeitos que compõem o grupo, ainda que não tenham vivenciado as mesmas experiências pessoais; em segundo, as pessoas e personagens, as quais podem ser inclusive sujeitos que não pertenceram necessariamente ao mesmo espaço-tempo do sujeito; e por fim, lugares, os quais podem ser vinculados a uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico, ou seja, pode não fazer parte da vivência pessoal de determinado sujeito e estar fortemente presente na sua narrativa.

As memórias ainda podem ser modificadas em função do momento em que estão sendo expressadas na forma oral, ou seja, preocupações e anseios do momento presente também fazem parte da estruturação da memória (POLLAK, 1992). Isso significa dizer que a memória é um fenômeno construído social e individualmente, e quando herdada está fortemente associada à identidade que determinado sujeito tem em relação ao seu coletivo.

Quando falo de identidade, me refiro à imagem que o sujeito tem de si para si mesmo e para os outros, a qual ela constrói ao longo da sua vida pelas experiências pessoais que também são experiências vividas coletivamente pelo grupo ao qual está inserido, porque nenhum sujeito constrói sua autoimagem de forma separada das transformações que vive o seu coletivo (POLLAK, 1992).

Percebo, inclusive, que em muitos momentos das narrativas, os(as) feirantes entrevistados(as) usam o pronome “a gente” para se referir a eles(as) enquanto sujeitos sociais que se identificam como um coletivo. Nesse sentido, evidencia Pollack (1992) que a memória compõe o sentimento de identidade, seja individual ou coletiva,

uma vez que ela também expressa o sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo na reconstrução de si mesmo.

Por sua vez, Halbwachs (2003) sustenta que a memória coletiva é processo como determinado grupo social articula e organiza as experiências sociais comuns, podendo inclusive, muitas vezes, contrastar com a história contada pelos(as) historiadores(as). Enfatiza que essa memória também pode explicitar elementos que não aparecem nessa história, pois toda história é contada a partir de uma perspectiva ideológica. Nesse sentido, a memória coletiva pode dar outras visões distintas da narrativa oficial e contribuições para a historiografia, dando ênfase aos momentos históricos e práticas culturais mais importantes para determinado coletivo de pessoas.

Assim, as narrativas que serão apresentadas na seção a seguir têm como elemento central, que une as trajetórias destes(as) três feirantes e traça a memória coletiva desses sujeitos, a relação com a terra e o trabalho na feira, que serão aprofundados nos próximos capítulos, e se destacam neste trabalho como fontes capazes de revelar diferentes olhares sobre a história da terra e do trabalho no município de Alagoinhas/BA.

2.4.1 Luciana Maria da Conceição

Luciana Maria da Conceição foi a primeira pessoa que abordei na feira explicando sobre o meu trabalho, momento em que ela aceitou participar da entrevista. A feirante é uma mulher preta, de quarenta e três anos, atenciosa, gentil e bastante ativa no trabalho. Quando a encontrei na feira, ela estava cuidando do seu neto no colo ao mesmo tempo em que prestava atenção na sua barraca.

Me interessei pela sua história na primeira entrevista porque ela relatou residir no Riacho da Guia, comunidade rural de Alagoinhas, e trabalhou muitos anos como agricultora, recebendo por dia (diarista) na terra de outra pessoa, quando começou a vender produtos agrícolas na feira.

Quando perguntei se ela poderia participar desse segundo momento do trabalho para me contar mais profundamente sobre sua história de vida, ela aceitou. Fizemos essa nova entrevista em 21 de setembro de 2021 na feira porque ela indicou ser o melhor lugar. Apesar das interrupções características do ambiente de trabalho na feira, consegui ouvir sua história e captar suas expressões em cada uma de suas falas.

Luciana nasceu na cidade de Itaquera/SP, onde morou até os 9 anos quando veio para a comunidade de Riacho da Guia na Bahia com a sua família. Na sua infância, trabalhou na roça da família ajudando seus pais, principalmente fazendo farinha. Sua mãe teve dez filhos(as) e todos(as) colaboraram com o trabalho na roça e os afazeres domésticos. Quando completou 14 anos, começou a ir todos os finais de semana para a casa de uma professora residente em Alagoinhas, onde relata ter ajudado com os serviços domésticos em troca de alimentos para a família.

Com uns... 14 pra 15 anos, já minha mãe botou eu pra vim ficar... Tinha uma professora do Riacho da Guia, da família Caldeira, todo fim de semana eu vinha pra casa dela que era pra ajudar também dentro de casa... Aí ajudava ela, ela não tinha muita condição de me pagar, mas me ajudou que pra mim foi tudo, entendeu? Aí levava um quilo de arroz, todo fim de semana, quando eu vinha dia de sexta de noite, quando era no sábado... Ô, na segunda, que a gente chegava, retornava pra lá, aí eu já levava um feirinha pra dentro de casa. Era uma forma de ajudar meu irmão, que eu sou muito grata a isso e a ela... Considero ela hoje, até hoje como uma mãe pra mim!⁴¹

Essa professora, que ela considera como uma segunda mãe, é mencionada em vários momentos de sua narrativa, aparecendo em sua perspectiva como uma grande incentivadora aos estudos. Com o intuito de confirmar qual era exatamente sua relação com essa professora, questionei se ela trabalhava na casa dela, quando a feirante respondeu que “ajudava” a professora, mas que não era tratada como empregada, sendo considerada como uma filha por ela.

É, ajudava ela, entendeu? Ela não me tratava como empregada não. Ela me tinha assim como uma filha, um ajudando o outro. Eu ajudava ela na limpeza de casa, e ela me ajudava na parte de ajudar meus irmão, minha família, entendeu? Todo fim de semana. Aí foi através dela também que eu vesti a primeira farda pra ir pra escola. Sempre eu estudei na escolinha lá, mas eu nunca tive a oportunidade de ir com a farda, aí eu via os colegas tudo arrumado e ficava muito triste sem ter condições, minha família não tinha condições. Mas pelo que ela tinha, ela sempre tava prestativa a gente, graças a Deus. Mas no dia que minha mãe de criação me comprou, minha filha, essa farda, acho que foi o dia mais feliz da minha vida. Antigamente era aquelas congazinhas... Eu coloquei aquela conga, uma calça jeans, uma blusa branca, ali, Ave Maria, foi o dia mais feliz da minha vida chegar na escola... Toda me achando.⁴²

Luciana conta que engravidou quando era adolescente, sendo obrigada a casar com o pai de seus filhos quando tinha 15 anos. Mesmo depois de casada ainda ficou

⁴¹ Entrevista concedida pela entrevistada Luciana. Entrevista Semidiretiva II. [setembro/2021]. Entrevistadora Ariane Pereira Santos. Alagoinhas, 2021. (38 min).

⁴² Entrevista concedida pela entrevistada Luciana. Entrevista Semidiretiva II. [setembro/2021]. Entrevistadora Ariane Pereira Santos. Alagoinhas, 2021. (38 min).

morando na casa dos pais por nove anos até conseguir sua casa própria. Manteve-se no casamento por dezenove anos, quando decidiu se separar, saindo de casa com seus cinco filhos para morar de aluguel no bairro de Santa Terezinha em Alagoinhas. Porém, anos depois voltou a morar com o pai de seus filhos no Riacho da Guia, onde reside atualmente.

A feirante trabalhou por nove anos como agricultora em uma fazenda no município como “diarista”, isto é, sem carteira assinada e recebendo por dia de trabalho. Foi a partir dessa ocupação que Luciana iniciou o ofício de feirante, porque levava as hortaliças produzidas para vender nas feiras.

Eu trabalhei também nove anos nessa horta na Brespel. [...]. Era assim logo no trevo, tem uma fazenda. Eu trabalhei ali 9 anos, trabalhando de horta, plantando... Começou com hortaliça, depois foi com fumo da Souza Cruz, depois voltou pra hortaliça de novo. Aí depois eu fui, não deu certo lá mais. Depois de nove anos, eu saí, aí vim pra aqui pra Alagoinhas e aqui tô na feira com meus filhos até hoje. [...]. Porque lá na realidade, a gente ganhava dia, era por dia. Eu comecei lá com quinze reais por dia, quando a gente começou, ganhava quinze por dia. Aí foi aumentando, aumentando, e quando eu saí já tava ganhando trinta e cinco. Aí agora eu não sei por quanto tá. [...]. Depois que eu saí de lá, assim, eu não tinha outra opção, tava precisando. Aí ele mesmo comprou uma barraquinha e me deu aqui na feira. Aí fui comprando na mão das outras pessoas, e negociando, fazendo negociação.⁴³

Ela conta que viajava também para Dias D'ávila, município localizado a 66 quilômetros de Alagoinhas, para vender os produtos agrícolas na feira, numa rotina que envolvia se preocupar com os cuidados com os(as) filhos(as), pedir carona para se transportar entre as cidades e inclusive dormir na barraca da feira.

Aí às vezes dia de sábado, vendi muito também em Dias D'ávila. Minha filha caçula, Zazinha, a gente dormia, saia, eu pegava minha menina caçula [...]. As professoras de Riacho da Guia, em vez em quando uma tava numa casa de uma, meus filhos foram criados ali, e foram amados, viu? E eu agradeço muito a Deus, muito, Ave Maria, só tenho a agradecer. Quando uma dizia "mãe, vou pra casa de professora não sei quem", sabia que era bem cuidada, tava em boas mão. Eu já gostava, porque minha correria já ficava menos pra mim levar, como eu ia pra Dias D'ávila, ia vender lá dia de sábado, o resto dessas mercadoria que sobra, eu ia pra Dias D'ávila, hoje em dia que eu parei porque sozinha não tem condições que cê pagar um frete. Aí eu pegava carona dos colegas, porque eu nunca paguei frete não, viu, na realidade. Pra mim sozinha ficava difícil, mas eu com esses meninos o povo ficava até com pena... Aí já me dava carona, aí eu pegava a menina caçula... Cansei de dormir debaixo do caminhão lá, chegava lá dormia debaixo do carro, forrava com papelão, também no outro dia, cinco hora da manhã, quatro, a feira já

⁴³ Entrevista concedida pela entrevistada Luciana. Entrevista Semidiretiva II. [setembro/2021]. Entrevistadora Ariane Pereira Santos. Alagoinhas, 2021. (38 min).

começava, a gente pau, dez hora terminava a feira lá e vendia bem, graças a Deus, não trazia nada de volta, nada.⁴⁴

A feirante disse que decidiu fazer graduação porque esse era sonho da sua mãe de criação e que a iniciativa foi parte de uma promessa feita antes do seu falecimento. Assim, iniciou a sua jornada de retorno aos estudos a partir do Programa Todos Pela Alfabetização (TOPA), no qual ensinava jovens e adultos em um espaço na sua casa. Logo após ingressou na graduação no curso de Pedagogia da Faculdade Santo Antônio de Alagoinhas, período no qual relata ter enfrentado muitas dificuldades, principalmente para conciliar o trabalho na feira com os estudos da graduação.

Aí também através de minha mãe, que minha mãe faleceu, essa de criação que era professora... **Mas o sonho dela era eu me formar, fazer uma faculdade, era o sonho, desejo dela. E ali eu prometi a ela, sabe, no dia que ela morreu, foi tão rápido.** Aí foi quando eu vim ver, viu? Que eu vi que eu perdi uma pessoa muito importante, a gente sente... Hoje eu podia tá bem porque ela me deu a chance, d'eu crescer, d'eu ser uma pessoa, sabe? E eu nunca quis. Negócio de feira, feira... O sonho dela era me tirar da feira. Mas sabe, eu tinha medo. Sei lá... Eu já tava acostumada na feira, eu tinha medo dos meus filhos passar fome. Apesar que ela num deixava, quando eu me separei logo, toda tarde eu tinha que ir lá na casa dela. Tava aqui na feira, tinha que ir lá na Petrolar ó, eu aluguei a casa em Santa Terezinha, mas eu tinha que fazer esse trajeto, sair daqui e ir no Petrolar buscar só os pão de meus filho. Se eu não fosse, Ave Maria. Aí eu disse vou estudar. Fui com a cara e a coragem. **Comecei sair daqui da feira, aí comecei ensinar o TOPA, lá no Riacho, na minha casa mesmo tem uma arezinha, ele disse que eu podia ensinar lá e eu tava ensinando jovem e adulto. Foi através desse que me incentivou, sabe?** Conversar com esses idoso, eu acho que a gente diz que vai ensinar, mas né não... A gente vai é aprender. É verdade. Eu só fiz aprender. Eu aprendi mais do que eu ensinei a eles. Aí foi me incentivando, me aconselhando também, eu digo ói, eu vou voltar. E enfrentei a faculdade viu? Mas com medo, passei poucas e boas lá. Porque é muito coisa, muita dificuldade, entendeu? Pra mim mesmo como não tinha tempo de estudar, teve um tempo que ficou muito difícil. O dia todo nessa labuta aqui na feira, na correria, pra lá, pra cá. Às vezes não tinha nem o dinheiro de pagar a mercadoria, a gente pegava, não fazia, aí fica aquelas coisa na mente da gente. É uma complicação, mas, engolindo pesca, enfrentando poucas e boas, mas eu consegui.⁴⁵

Luciana se formou no curso de Pedagogia no ano de 2018, mas nunca trabalhou na área. Quando perguntei porque ela não quis trabalhar como pedagoga, ela respondeu que iniciou nos estudos muito tarde e que precisava cuidar da saúde primeiro, explicando que no trabalho na feira ela pode contar com a colaboração dos(as) filhos(as) quando precisa se ausentar, diferente da rotina formal de estudos, na qual ela não pode ser substituída. Mas enfatiza que gosta muito do ofício de feirante

⁴⁴ Entrevista concedida pela entrevistada Luciana. Entrevista Semidiretiva II. [setembro/2021]. Entrevistadora Ariane Pereira Santos. Alagoinhas, 2021. (38 min).

⁴⁵ Entrevista concedida pela entrevistada Luciana. Entrevista Semidiretiva II. [setembro/2021]. Entrevistadora Ariane Pereira Santos. Alagoinhas, 2021. (38 min).

e do trabalho na roça, relatando que atualmente está cuidando de um terreno, junto com outras pessoas, para fazer agricultura.

Deixa eu na feira mesmo, deixa eu me cuidar primeiro, entendeu? Porque isso aí também você tem uma responsabilidade. Eu, como eu tenho responsabilidade de tá aqui. **Mas aqui qualquer pessoa pode vim de meus filhos e olhar. E lá não, lá tem que ser eu porque quem tá dentro ali sou eu né, da matéria, de tudo. Aí disse não. Deixe eu aqui mesmo. Mas eu sou feliz aqui.** No dia que eu não venho pra feira, eu fico doida em casa. [...]. Gosto da roça. **Os menino invadiu esse terreno, pode falar isso? Tô dizendo invadiram esse terreno aí e eu tô lá pra fazer roça.** E já peguei, vou eu mesmo roço. Digo “você parece ser, deveria ser homem no lugar de cê ser mulher”, que eu não tenho preguiça não. ⁴⁶

Embora nunca tenha sido proprietária de terras, a narrativa de Luciana é permeada do início ao fim pelo trabalho na terra, seja nos relatos da infância ou da vida adulta, pois mesmo vinculada ao ofício de feirante, em vários momentos da sua vida dedicou tempo na agricultura. A solidariedade entre os familiares no trabalho na roça de seus pais e a forma de organização do trabalho dentro do terreno ocupado por ela e outros(as) agricultores revelam a relação de cooperação entre estes sujeitos e a relação de subsistência com a terra.

Mas tem a da, lá de minha mãe, da roça lá de minha mãe que é terreno de herança, sabe? Que eu trago sempre aipim, andu, esses negócio, a gente tudo plantado lá. Aí às vezes já trago, já colho lá e trago pra cá. Direto. Hoje mesmo vai vim umas laranja de lá. É pouquinha as laranjeira que a gente tem lá. Mas já é na nossa roça, já não vai contar, tá entendendo? [...] Quer dizer, a gente pretende assim. Cada um vender, colher o que planta. No momento, a gente tamo assim, um ajudando o outro, porque eu acho que é tipo uma parceria, sabe? [...]. Aí eu já tô cá com minha equipe, meus amigo. Aí um domingo um fica no terreno de um. Outro domingo fica... No caso são cinco, né? Nós se dividiu: um domingo em um, outro domingo a gente fica em outro, outro domingo em outro, e assim vai indo, quando pensa que não tá tudo limpo. Tem o primeiro que entrou, a gente já tá plantando no dele, entendeu? Aí formamo uma família.⁴⁷

Além disso, observo que a vontade de ter uma educação formal é muito presente nas falas da feirante, apesar de ter uma trajetória de informalização no trabalho: como trabalhadora doméstica na adolescência, trabalhadora rural diarista e feirante na fase adulta. Assim, a história de vida de Luciana não se diferencia muito das histórias de mulheres pretas que foram submetidas desde a infância e adolescência à relações de servidão a famílias brancas.

⁴⁶Entrevista concedida pela entrevistada Luciana. Entrevista Semidiretiva II. [setembro/2021]. Entrevistadora Ariane Pereira Santos. Alagoinhas, 2021. (38 min).

⁴⁷ Entrevista concedida pela entrevistada Luciana. Entrevista Semidiretiva II. [setembro/2021]. Entrevistadora Ariane Pereira Santos. Alagoinhas, 2021. (38 min).

A feirante fala em alguns momentos da sua narrativa sobre a sua relação com a mulher para qual trabalhou na adolescência e que ela considera como mãe de consideração, enfatizando a presença desta lhe ajudando em outros momentos da vida com a alimentação e subsistência dos(as) filhos(as) e incentivando a deixar o trabalho na feira para ingressar na faculdade.

A respeito do trabalho doméstico, Lopes (2020) evidencia que a ideia de que trabalhadoras domésticas negras fazem parte da família branca é fruto de uma narrativa que nega os direitos fundamentais à estas mulheres e que justificou por muito tempo a exclusão dessa categoria da proteção na legislação da trabalhista nas disputas em relação à “PEC das domésticas” (PEC 66/2012), da Emenda Constitucional nº 72 de 2013 e da Lei Complementar nº 150 de 2015.

Gonzalez (1984) também destaca o papel de “mucama” atribuído às mulheres pretas na sociedade brasileira, isto é, aquelas escolhidas pelas famílias brancas para auxiliar nos serviços caseiros e que às vezes também desempenhavam a função de ama-de-leite. Aponta que o discurso de “integração” da mulher preta às famílias brancas em razão da sua caracterização como “afetuosa” e “cuidadosa” revela “a ideologia do branqueamento, a lógica da dominação que visa a dominação da negrada mediante a internalização e a reprodução dos valores brancos ocidentais”, que pode ser visualizada nas falas da feirante de agradecimento e à sua mãe de consideração por ter dado a “oportunidade” de trabalhar na casa dela e incentivar os seus estudos.

Segundo Gonzalez (1979), a ausência de perspectiva quanto à possibilidade de se inserir no mercado de trabalho em outras ocupações, faz com que a mulher negra(a) trabalhe nos serviços domésticos, tornando-se dependente das famílias brancas. Nesse sentido, a empregada doméstica passa por um processo de reforço quanto à absorção da ideia de “inferioridade”, de subordinação. Observa, porém, que a utilização do trabalho da mulher negra nos serviços domésticos que permitiu e ainda permite a emancipação econômica e cultural da mulher branca (a patroa), haja vista que a primeira realizava uma dupla jornada: de serviços domésticos na sua casa, para a sua família, e na casa da patroa, para a família da patroa.

A trajetória de vida de Luciana pode revelar importantes aspectos sobre a história do mercado de trabalho no Brasil, com a formação de um sistema de emprego que se estruturou completamente dependente da exploração de corpos propositalmente colocados à margem da proteção social do Estado, seja quando ela conta sobre sua experiência enquanto trabalhadora doméstica, seja como trabalhadora rural diarista,

ou como feirante. A característica que se repete em todos os trabalhos que exerceu ao longo de sua vida é a informalidade.

2.4.2 Gilson Paulo dos Santos (Seu Saci)

Gilson Paulo dos Santos, seu Saci, é um homem negro de sessenta e quatro anos, de semblante alegre, um pouco tímido, mas muito solícito, pois quando eu o conheci na feira, foi logo me apresentando a outros(as) feirantes para que eu pudesse fazer mais entrevistas para meu trabalho.

Quando eu perguntei se ele poderia participar de uma nova entrevista para me contar sua história de vida, ele me convidou para ir até a sua casa na comunidade rural do Quizambu, local onde ocorreu a segunda entrevista em 3 de outubro de 2021. A entrevista aconteceu na sala da casa dele com toda a família escutando: esposa, filha, e netos, inclusive com momentos de intervenções que contribuíram para o deslinde da narrativa do feirante.

O feirante nasceu na cidade de Nova Itarana, na região Sudoeste da Bahia, onde viveu a sua infância com sua avó, pois perdeu sua mãe após o seu nascimento. Quando ficou adulto, passou a trabalhar em várias ocupações, vindo morar na comunidade rural de Quisambu em razão do emprego que tinha conseguido nos arredores da região.

Eu nasci numa cidade que chama Nova Itarana, aí sempre eu num fui... Logo quando eu era pequenininho, a minha mãe morreu de parto de mim, entendeu? Aí daí pra cá eu fui criado mais uma vó. De minha vó pra cá, eu vim, fiquei, já ficando homi, aquilo outro, aí saí no mundo pra trabalhar. Depois de grande, saí no mundo pra trabalhar. E aí vem correndo no mundo, vem correndo no mundo, trabalhando num canto, trabalhando em outro, chegando num canto, chegando em outro, tudo trabalhado... Aí cheguei inté aqui.⁴⁸

Na comunidade rural do Quizambu, conheceu a sua esposa e construiu família, tendo filhos(as) e netos que vivem em seu entorno.

E daqui graças a Deus, minha família aqui... Daqui arrumei família, me casei aqui e depois de casado já construí família, meus filho já tá tudo grande, o caçula tem... O caçulinha tem 24 anos. E graças a Deus, por aqui, graças a Deus, família tá muito bom, graças a Deus. Eu fui uma infância boa, entendeu? Já de minha idade pra cá, nunca passou nada ruim por mim, sempre as coisa melhorzinha um pouco... Num é melhor tudo, porque hoje tem esses tipo dessas doença, tem tudo isso aí... Nunca é bom pra nós todo, né? Minha vida é essa aí: trabalhar.

⁴⁸ Entrevista concedida pelo entrevistado Gilson. Entrevista Semidiretiva IV. [outubro/2021]. Entrevistadora Ariane Pereira Santos. Alagoinhas, 2021. (16 min 33 seg).

Seu Saci trabalhou em diversas funções, tendo vínculos curtos de emprego. Em relação aos lugares em que trabalhou, observo que o feirante prestou serviços como empregado para empresas que tinham suas atividades voltadas para a produção de eucalipto e pinho da região.

Aí agora pra dizer aonde trabalhei tá difícil... Porque é tanta coisa aonde trabalhei! Daí pra cá vinha, trabalhei em Salvador plantando grama, trabalhei no aeroporto plantando grama [...] Daí pra cá vem, [...], trabalhei em COPENER... Se eu for dar o nome de todas empresa... Trabalhei não por a COPENER mesmo, trabalhei por empreiteira [...]. Trabalhei nas firma, trabalhei na GROMINE, trabalhei na TRANSPORTAR, trabalhei na... No Luís Eduardo. Foi tanta empresa que eu trabalhei que não dá nem pra lembrar tanta coisa, entendeu? Em cada uma trabalhava um ano, outra trabalhava dois anos, outra trabalhava dois anos, outra trabalhava seis meses., outra trabalhava três meses. E aí é vem juntando, entendeu? E aí agora, tem tanta empresa que eu nem lembro, entendeu? Que eu trabalhei. Agora tudo que as empresa no outro tempo num era que nem agora de você trabalhar um tempão. A mais que eu trabalhei foi a SIBRA, eu trabalhei cinco anos e oito meses.

Dentre as atividades que desempenhava nessas empresas estavam a produção de carvão, corte de árvores com motosserra, transporte de eucalipto e pinho para as carretas, entre outras.

Eu fazia carvão, na SIBRA eu fazia carvão. [...] Com eucalipi. [...]. Eucalipi, pinho, entendeu? E aí, eu trabalhei muito tempo com esse negócio de carvão. [...]. O trabalho era, a gente cortava com motosserra... A gente cortava, a gente botava na carretinha, botava pro lado de fora, de lá os caminhão pegava, transportava. Eu já enchi intê carreta de pinho, de eucalipi, um quilo de eucalipi, intê na mão grossa, porque hoje é tudo na grua e a gente enchia no braço.⁴⁹

Quando perguntei como ele havia começado a trabalhar na feira, à princípio ele respondeu que estava cansado de prestar serviços para as empresas de reflorestamento do eucalipto. Mas nesse momento fomos interrompidos pela sua esposa que contou que na verdade o feirante havia sido dispensado do trabalho.

Após a intervenção de sua esposa, Seu Saci contou que iniciou no ofício de feirante após ser demitido da última empresa para a qual prestou serviços como empregado. Segundo Seu Saci, a dispensa ocorreu porque ele estava ficando mais velho e a empresa não teve interesse em manter o vínculo de emprego.

Aí eu decidi que ia trabalhar na feira porque também as empresa ainda... A gente vai ficando velho, as empresa não vai querer mais pra trabalhar. Aí voltei, é... Comprar laranja, comprar maracujá, eu levava limão, em tudo, essas verdura tudo eu levava tudo para trabalhar na feira. E de lá, fui gostando, fiquei e tô intê hoje ainda, entendeu? ? Eu só não fui esses dia

⁴⁹ Entrevista concedida pelo entrevistado Gilson. Entrevista Semidiretiva IV. [outubro/2021]. Entrevistadora Ariane Pereira Santos. Alagoinhas, 2021. (16 min 33 seg).

porque eu mesmo não quis ir, também vou cuidar de meus dente agora, vou passar um mês e pouco sem ir lá. Mas sempre tô trabalhando com verdura.⁵⁰

Há dez anos que o ofício principal do Seu Saci é ser feirante, comprando os produtos agrícolas das comunidades rurais de Alagoinhas e de municípios vizinhos e levando estes para vender na CEAB. Ele aponta que uma das maiores dificuldades na ocupação é o transporte desses alimentos porque precisa sozinho desembolsar o valor, o que diminui bastante sua renda como feirante.

Comprava no Quisambu [...]. Comprava no Riacho, comprava em outro canto, entendeu? Em todo lugar, em Conceição, nos Borge, no Mucambo, pro lado de Inhambupe. Tudo, eu comprava verdura em todo canto, entendeu? [...]. **As dificuldades da gente é muito. Mais é transporte que a gente paga caro, quando a gente chega a vender, já sai quase de graça... Tudo coisa pouca. Se a gente não souber regrar mesmo, nem dá pra passar, entendeu?** Mas tem que regrar bem pra saber passar, entendeu? [...] Que a gente não tem carro, tudo tem que ser pago, quem tem o carro é mais fácil e quem não tem, o tratamento fica diferente, né, já fica mais difícil.⁵¹

Quando tem oportunidade, o feirante também trabalha como agricultor nas terras de outras pessoas, recebendo por dia trabalhado um valor que varia de acordo com os serviços prestados.

A gente trabalha de tudo. Todo serviço que a gente achar, a gente trabalha. Que seja rancar mandioca, que seja limpar uma terra... Ou seja, tudo isso. Tudo isso a gente trabalha, entendeu? Tem que trabalhar pra ver que ganha... O dinheiro do pão, né. Se a gente não trabalhar, a gente não tem, né? [...]. Trabalho nas roça das outra pessoa. [...] Limpando a roça, colhendo laranja, colhendo um limão, colhendo um maracujá, rancando uma mandioca, limpando a mandioca... Fazendo todo serviço de agricultor mesmo! [...] A gente recebe por dia. Agora mesmo o dia é... Tem dias que paga cinquenta, tem dias que paga quarenta, tem dias que paga trinta e cinco, tem dias que paga sessenta. Isso vai do trabalho que a pessoa vai fazer.⁵²

Seu Saci conta que nunca teve seu próprio terreno para plantar, pois no quintal da sua casa tem outras quatro casas, e que embaixo do terreno tem muito minério, não sendo um espaço propício para plantação. Mas afirma que atualmente esse é um de seus maiores desejos.

Aqui não planta não porque aqui é um quintal que... Que tem quatro casa, no sítio da gente. E aí não tem como plantar. E se for plantar também [...], tudo isso aqui é pedra, se for cavar logo aqui é pedra, né. A gente tem que sair aqui pro lugar, mais fora, pra trabalhar, pra cavar, pra plantar, entendeu? [...].

⁵⁰ Entrevista concedida pelo entrevistado Gilson. Entrevista Semidiretiva IV. [outubro/2021]. Entrevistadora Ariane Pereira Santos. Alagoinhas, 2021. (16 min 33 seg).

⁵¹ Entrevista concedida pelo entrevistado Gilson. Entrevista Semidiretiva IV. [outubro/2021]. Entrevistadora Ariane Pereira Santos. Alagoinhas, 2021. (16 min 33 seg).

⁵² Entrevista concedida pelo entrevistado Gilson. Entrevista Semidiretiva IV. [outubro/2021]. Entrevistadora Ariane Pereira Santos. Alagoinhas, 2021. (16 min 33 seg).

Meu plano é isso. Qualquer tempo, eu ter meu pedaço de terra pra ir trabalhar. A coisa mais que eu gosto é de trabalho.⁵³

A respeito dos minérios presentes no solo da região, o feirante expõe uma certa preocupação com a chegada de empresas de exploração no Quizambu, em razão da possibilidade de poluição dos rios e do espaço ocupado pela comunidade, o que pode prejudicar as atividades relativas à agricultura ali desenvolvidas pelas famílias, que como é o caso do Seu Saci, delas dependem para sobreviver.

É que agora mesmo, a gente tá sabendo que estorou um minério aqui e tem uma empresa aí que tá querendo vim. Mas aí a gente gostaria que esse minério não viesse pra aqui, que nera bom pra a gente não. Porque esse minério vai trazer muitas coisa ruim pra a gente. Eu acredito que não vai trazer nada de bom porque sempre eu tenho pra mim: vai prejudicar primeiramente a água da gente, isso a gente diz que não tem, mas sempre vai ter a poeira, porque é minério... [...]. Mas é coisas dos grande, a gente vai fazer o que? Mas onde tem os grande, tem os pequeno também que pode chegar lá e combater isso. Que não é só chegar e vim não, né, tem que ver também como é que pode fazer com o povo, né? Que também ela não vem de lá pra dizer "Eu vou poluir o lugar de vocês", que ela não chega assim... Um negócio de minério desse, a gente só espera isso porque muitos lugar foi assim. Poluiu muitos lugar. [...].⁵⁴

A trajetória de vida de Gilson Paulo dos Santos, assim como de muitos trabalhadores(as), tem como elemento central o trabalho, que determinou o seu movimento de migração por vários lugares e a fixação da sua morada no Quisambu, lugar onde criou os laços afetivos que o fizeram pai e avô.

A inserção na ocupação de feirante surgiu em sua narrativa mais como uma necessidade de ter uma renda para prover a família no momento em que ficou desempregado, do que como uma tradição passada por seus familiares. E por ser residente da zona rural, a possibilidade de conseguir os produtos agrícolas direto com os(as) agricultores(as) pode ter influenciado a sua introdução no trabalho na feira de Alagoinhas. O movimento campo-cidade que Seu Saci faz quase todos os dias para vender os seus produtos na feira revela a importância dessa ocupação, pois é através do seu trabalho que cidades como Alagoinhas são abastecidas por alimentos do campo.

2.4.3. Sipriano José dos Santos (Seu Sipriano)

⁵³ Entrevista concedida pelo entrevistado Gilson. Entrevista Semidiretiva IV. [outubro/2021]. Entrevistadora Ariane Pereira Santos. Alagoinhas, 2021. (16 min 33 seg).

⁵⁴ Entrevista concedida pelo entrevistado Gilson. Entrevista Semidiretiva IV. [outubro/2021]. Entrevistadora Ariane Pereira Santos. Alagoinhas, 2021. (16 min 33 seg).

Conheci Sipriano José dos Santos - ou Seu Sipriano, como ele é comumente chamado - a partir do feirante Seu Saci que já o apresentou como um grande conhecedor das histórias sobre as terras de Alagoinhas/BA por ter sido membro ativo no Sindicato dos Agricultores da cidade. Assim, me apresentei e expliquei sobre o trabalho que estava desenvolvendo, e o feirante aceitou participar da entrevista logo de primeira.

O feirante é um homem de setenta e oito anos, agricultor, dinâmico e militante, que apesar da idade avançada conta com bastante lucidez os fatos por ele vivenciados no trabalho na terra e na militância do Sindicato, esferas de sua vida que muitas vezes se misturam em sua narrativa.

Desde a sua primeira entrevista, ocorrida em 31 de agosto de 2021, Seu Sipriano contou diversas histórias que envolvem as terras do município com uma riqueza de detalhes que nunca foram explicitados na narrativa oficial sobre a cidade, principalmente no que tange à ocupação das terras pelas empresas de reflorestamento de eucalipto. Neste segundo momento, o feirante me convidou a visitar sua casa em Conceição de Cima, local onde fiz a segunda entrevista em 25 de setembro de 2021.

Seu Sipriano nasceu na comunidade rural de Conceição de Cima, no mesmo local onde reside atualmente. Desde criança trabalha como agricultor ajudando a família, mas conta que quando ficou mais velho passou a trabalhar nas roças de outras pessoas recebendo a contraprestação por dia de trabalho.

Eu passei minha infância toda trabalhando como agricultor. Quando eu completei uma certa idade, comecei a ganhar dinheiro nas roça dos outros. Meu pai era fraco. Primeiro dia que eu ganhei foi sete e cinquenta, sete cruzeiros e cinquenta centavos na época, que comprava um quilo de carne, era sete mil réis e ainda sobrava quinhentos réis naquela época. Comprei na mão de Pepeu que cortava gado ali no finado Salão. Isso tem muitos anos, tem sessenta e tantos anos já. E aí panhava baixeiro na roça dos outros, de Viadinho, de Salão, panhava castanha, café, botava pra secar, pisava no pilão. Véio meu pai botava na cabeça e ia vender a branquinha em Inhambupe, ia pela aqui, pelo tabuleiro, passava na passagem de véio ali que era seu bisavô, passava ali e ia pra Inhambupe. Mas Quin, e outros e outros, e Zezé de Véio, finado Zué... Vinha no outro dia de lá pra cá, quando era dez hora, onze hora do dia tava aqui. [...]. Ganhei muitos dias na mão dos outros, daí de Migué inté compade Naié lá embaixo.⁵⁵

O trabalho na feira também está presente na sua vida desde a infância, relatando que iniciou no ofício por meio de seu tio, que o levava para ajudar na feira, inclusive

⁵⁵ Entrevista concedida pelo entrevistado Sipriano. Entrevista Semidiretiva III. [setembro/2021]. Entrevistadora Ariane Pereira Santos. Alagoinhas, 2021. (1 h 12 min 13 seg).

com a função de cuidar da barraca, vendendo os produtos trazidos da zona rural e administrando o dinheiro recebido com a comercialização. Após completar a maioridade passou a ter a sua própria barraca na feira, onde permanece trabalhando como feirante até os dias atuais.

Eu comecei com meu tio, chamava Anjo José dos Santos que Deus já levou, não está mais... Vinha de a pé pelo lamarão, topo, dormia pelo topo no meio do tabuleiro, pra vim pra aquela feira, passava pela feira do pau pra ir pra onde era a antiga cesta povo... Era ali que a gente ficava, no tamarineiro, passava o dia, meu tio saía daí às vezes as luzes já acendendo. A gente voltava pra lá, seis légua pra ir pra casa, de a pé, vinha e voltava, ninguém mexia com ninguém, era tudo beleza. [...]. Sete anos de idade já comecei, meu tio deixava tudo em mão, eu vendia, recebia, entregava a ele, dava o dinheiro a ele. E aí depois que eu tomei conta de si, fiquei de maior, comecei a vender na feira que até hoje eu venho, os feirantes aqui a maioria tudo me conhece. Não venho toda feira, mas sempre venho diariamente que às vezes a gente vende lá na porta, os atravessadores... Mas eu gosto mais de vim na feira vender.⁵⁶

Sobre o período em que prestou serviços como agricultor nas terras de outras pessoas, o feirante contou que na época ficou muito insatisfeito com o trabalho, motivo pelo qual saiu do campo para trabalhar na cidade em vários momentos de sua vida. Só retornou a pedido de sua esposa que adoeceu, momento em que voltou a trabalhar como agricultor e se vinculou ao Sindicato. Se aposentou em 2004 como trabalhador rural.

E eu trabalhei em compadi Naié um ano fechado, de 69 até 70, foi um ano fechado. No dia que completou um ano, eu oiei assim... **Eu tava pior de que quando eu comecei a trabalhar. Eu já era casado, já tinha esposa, aí eu digo não, tá errado, eu vou dar fora, vou cair fora.** Caí fora, fui pra São Paulo em 70, fiquei lá um ano e pouco, quase dois ano, retornei pra casa, cheguei aqui plantei uma malhada de fumo, ali do outro lá na terra da minha sogra, colhi, plantei de maniva, depois deixei aí, depois fui pra Salvador. Trabalhei outra temporada, fiquei até 84 trabalhando pelo mundo, 84 eu saí. Eu digo não dá certo não, a esposa adoeceu, pediu pra eu vim pra casa, eu vim. Aí fiquei em casa aqui, cuidando do que eu tinha, a roça que eu tinha, que ela quem cuidava mais o filho, que trabalhou muito, sofreu muito. Aí comecei a trabalhar na minha roça... Dei baixa na profissão que eu tinha agora nos anos 90, eu dei baixa na profissão que eu tinha, eu queria me aposentar como rural e tava trabalhando na área rural, eu peguei e dei baixa no próprio cartório, foi lá.

Seu Sipriano foi do conselho fiscal e tesoureiro do SINTRAF. Além disso, faz parte da Associação de moradores da sua comunidade. Começou a trabalhar no Sindicato em 1984, recebendo por dia de trabalho, sem direito às férias e décimo terceiro salário. Mas enfatiza a relação de afeto que tinha com o trabalho no Sindicato e de amizade que construiu com seus(as) companheiros(as).

⁵⁶ Entrevista concedida pelo entrevistado Sipriano. Entrevista Semidiretiva I. [agosto/2021]. Entrevistadora Ariane Pereira Santos. Alagoinhas, 2021. (19 min 15 seg).

Completei quinze anos, quando completei quinze anos, em 84 eu fui pro Sindicato, trabalhar no Sindicato, a gente só não tinha direito nem férias, nem décimo, só ganhava o dia trabalhado. Mas naquele tempo ainda era meio difícil o Sindicato, tinha vez que tinha dinheiro e tinha vez que não tinha, **mas a gente trabalhava por amor e amizade que tinha.**⁵⁷

Em vários momentos de sua narrativa Seu Sipriano menciona a grilagem de terras que aconteceu nas comunidades rurais de Alagoinhas e a compra dessas terras por empresas de reflorestamento de eucalipto que se instalaram na cidade a partir da década de 1980. Ele relata inclusive que a sua família foi uma das vítimas dos grileiros da região.

Ali na matinha tem um terreno que é da minha sogra, que foi do pai dela, eu sentei com eles aí, aí depois nós foi sentar lá em Inhambupe [...] eu acompanhei muito. Quando terminou, eu fui na Serrá do Aporá ver esse documento que tinha um Pedro Aristide, que era o vice prefeito de Inhambupe, foi quem vendeu essas terra aí dizendo que era dono da terra e vendeu a COPENER aí... Aí eu perguntei a Scoton e a Gofu d'onde foi que ele herdou essa terra, porque ele mora em Inhambupe, as terras aqui mora aí o pessoal. Daí eu perguntei a dona que era Birrola e Rufina, Dr. Lenine tava que era lá de Sátiro Dias, um advogado, eu digo "Doutô., vê aí a assinatura desse documento aí". Tinha sido de 70, 69 pra 70. Eu tava com a cópia da escritura, eu digo "Aqui, Doutô, três cópia, três escritura que ele comprou das terra aí... 1917, 1918 e 1919, o tesouro das três Maria e aqui a assinatura que tem é de Vitor Cardoso dos Santos, vê se essa assinatura tá aí". **Ele olharam e disseram "Aqui não, aqui tem a de Pedro Aristides", eu digo "Porque foi roubado!"**, aí Doutô Lenine disse "Sabia, seu Sipriano, que essa terra é de vocês, porque eles só tem o eucalipto que plantaram, mas se vocês souber correr atrás vocês ganha", aí o advogado deles [...] Gofu disse "É, Doutô, aí é do cadeia sucessório", aí Doutô Lenine disse "Pô, meu irmão, cadeia sucessório é o estado da Bahia todo, o Senhor quer dizer a mim, é? Cadeia sucessório é o estado da Bahia todo, não é só esse terreno não... O Senhor tá querendo tapiar, Seu Sipriano? Não vai tapiar que eu não deixo não! Pode correr atrás se vocês quiserem". Aí eu fui buscar esse documento. Benone e André, Don André passou a ser bispo, Benone hoje inda mora em Inhambupe, mas casou-se e deixou de ser padre, mas na época era padre [...]. Foram lá, eles dois, chegou, ele adquiriu a cópia da escritura e trouxe e nos entregou, eu tenho ele em mão, aí guardada, porque a véa minha sogra pediu "Guarda, Seu Sipriano, guarda porque um dia pode servir pra vocês", e tá aí guardada.⁵⁸

O feirante enfatiza a importância do SINTRAF nesse processo, narrando com detalhes diversos momentos de reivindicação dos(as) agricultores(as) ativos(as) no Sindicato que, assim como ele, lutaram pelas suas terras e pela dignidade do trabalho rural. Seu Sipriano considera que a conquista de direitos dos trabalhadores(as) rurais foi resultado dessas lutas e reivindicações junto ao Sindicato.

Teve uma assembleia do Sindicato, a gente foi pra lá pro Carneirão, pra Praça Ruy Barbosa. O gipe de meu padrinho [...] que levou, lá foi preso, a polícia

⁵⁷ Entrevista concedida pelo entrevistado Sipriano. Entrevista Semidiretiva III. [setembro/2021]. Entrevistadora Ariane Pereira Santos. Alagoinhas, 2021. (1 h 12 min 13 seg).

⁵⁸ Entrevista concedida pelo entrevistado Sipriano. Entrevista Semidiretiva III. [setembro/2021]. Entrevistadora Ariane Pereira Santos. Alagoinhas, 2021. (1 h 12 min 13 seg).

prende lá, queria prender o povo, mas aí foram pra cima, os advogado foram pra cima, conseguiu soltar o carro e ficou nessa. Mas muita gente ainda não gosta por causa do Sindicato, que o Sindicato defendia o trabalhador rural, inda hoje defende o agricultor familiar. [...]. Eu fui, parece que três vez, parece não, três vez em Brasília no Grito da Terra Brasil, eu fui e vi como é que os político trata o povo lá... Vi de perto. [...]. Aí pronto, dias pra cá, fui pra Recife, pra Sudene, lá, ocupar a Sudene, junto mais Helena, Ulisses, o povo do estado da Bahia todo, todo o Brasil aqui foi pra lá... Dos agricultores. [...] **Hoje em dia tem salário maternidade, tudo, bolsa família, que é de poucos anos, mas é tudo.... O juros baixou mais pra gente, salário maternidade, aposentadoria rural, tudo foi briga pra gente!** Junto com todo o Brasil. Na hora que a gente quebrou a porta do Banco Central lá em Brasília, ocupemo o Ministério do Planejamento, que é o maior Ministério de Brasília. A gente ficou lá na CONTAG, quatro hora da manhã nós foi pra lá, quinhentas pessoas em caminhada chegemo lá e ocupemo... Tinha dois soldado lá, oxe, nós entramo pra lá [...]. Quando foi meio dia, os dois soldado deu a testa, mas não podia com quinhentas pessoas. A gente entrou, fechou as portas, quando pensou que não, a polícia chegou na porta, mas nós já tava lá dentro... Lá dentro nós sambemos, cantemos roda, dancemos e com grito de ordem, lá dentro. [...]. **Daí pra cá, a nossa reivindicação graças a Deus começou a melhorar,** alguns deputados que era do lado da gente... Bem poucos que é, porque é poucos!⁵⁹

Embora seja aposentado, Seu Sipriano continua trabalhando como agricultor e conta que uma das “brigas” que tem com as empresas de reflorestamento é relacionada aos rios da sua comunidade. Ele associa o processo de seca dos rios às plantações de eucalipto na região, porque conta que a COPENER, uma das mais conhecidas empresas de reflorestamento de eucalipto da região, fez plantações nas nascentes de rios da sua comunidade.

[...] a cabeceira do rio aí aonde era nasença agora plantaram de eucalipi, toda plantada de eucalipi. A gente tentou comprar as cabeceiras aí via Associação pra ver se a gente fazia um projeto aí, não venderam não [...]. Não venderam, disse que não ia vender não. Eles achando que era Sipriano que ia comprar, quem ia comprar era Associação, mas ia tomar empréstimo porque pra isso existe empréstimo pra comprar. **Hoje em dia, compraram aí, e plantaram toda de eucalipi, onde era a nasença do rio, tá toda plantada de eucalipi! (...) Daqui mais uns dias vai piorar porque o rio tá acabando de secar e não vai ter água pra ninguém.** [...]. Já secou mais de 4 quilômetro, minha fia, de lá pra cá... A cabeceira de Subaumirim secou mais de 6 quilômetro já, aqui a nasença onde era de Veadinho [...] este rio secou mais de 4 quilômetro também [...].⁶⁰

Além disso, narra episódios em que funcionários da Copener e da Petrobras estavam utilizando a água dos rios da região sem autorização da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA).

A gente tem que correr atrás do que é da gente porque a água pertence a todos, água é vida. E eu briguei muito e brigo. Aqui da passagem, a COPENER começou a panhar água aí, aí botou uma mira lá no rio... Aí

⁵⁹ Entrevista concedida pelo entrevistado Sipriano. Entrevista Semidiretiva III. [setembro/2021]. Entrevistadora Ariane Pereira Santos. Alagoinhas, 2021. (1 h 12 min 13 seg).

⁶⁰ Entrevista concedida pelo entrevistado Sipriano. Entrevista Semidiretiva III. [setembro/2021]. Entrevistadora Ariane Pereira Santos. Alagoinhas, 2021. (1 h 12 min 13 seg).

comecei a bater o tumba, a falar... Quando é um dia, nós chegou lá, tinha quatro carro tanque pra panhar água, panhava água e muitas vezes caía óleo dentro da água. Aí eu comecei a denunciar, fui na Câmara de Vereadores, denunciei [...]. A COPENER chegou no dia da eleição do Sindicato, já fez três ano no Riacho da Guia eu tava lá, e Daison chegou lá me chamou em particular, mais outra da COPENER “Seu Sipriano, nós vai tirar a mira de dentro do Rio hoje, **proibiro da gente panhar água, não pode panhar água mais não... Recebemo uma ordem da ANA reguladora da água que a gente não pode mais pegar água lá não**” [...]. Aí eles rancou a mira lá de dentro da água. Veio uns carro, era da Petrobras, tava vindo aí panhar água, eu cheguei, fui lá mais companheiro Noel, proibimo, ele deu a testa, eu digo “Meu irmão, ninguém quer brigar com você não, você é empregado”, “Ah, eu vou falar com o presidente da Petrobras” eu digo “Manda ele vim! A gente não tem medo não, a gente tá aqui pra isso. A gente quer conversar com ele mesmo que ele não é dono de nada aqui não, se ele quiser, ele fure o poço dele, tire licença pela ANA Reguladora da Água, tira a licença, fure o poço dele e panhe a água, agora do rio não! [...]” aí ele ficou me olhando, quando ia saindo disse “É, Seu Sipriano, **infelizmente que a gente não tem a autorização, a gente tava panhando porque era mais perto, tava vindo panhar água sem autorização**, vocês tão certo, me desculpe, aí, vocês tão certo”, nunca mais vieram panhar água. Tá aí o nosso rio aí, pendengando, mas a gente briga por isto!⁶¹

Essa situação revela que a COPENER não é a única empresa que tem uma atuação predatória em relação à preservação dos rios da região, embora seja a principal. A chegada das grandes empresas em Alagoinhas, como conta Seu Sipriano, afetou profundamente as comunidades rurais que dependem economicamente da agricultura familiar.

A despeito dos consideráveis danos que sofreu com a chegada dessas empresas, o feirante diz que não quer sair mais da roça, reforçando a sua identidade como agricultor familiar e feirante. A figura de Seu Sipriano é representativa de todos(as) pequenos(as) agricultores(as) que mesmo com as dificuldades decorrentes da degradação ambiental e conflitos com grandes empresas, tem sido há muito tempo responsáveis por produzir os alimentos que chegam às mesas das famílias brasileiras (FELIPE, 2021).

⁶¹ Entrevista concedida pelo entrevistado Sipriano. Entrevista Semidiretiva III. [setembro/2021]. Entrevistadora Ariane Pereira Santos. Alagoinhas, 2021. (1 h 12 min 13 seg).

2 MEMÓRIAS DA TERRA: A HISTÓRIA DA OCUPAÇÃO DE TERRAS NA CIDADE DE ALAGOINHAS/BA

Este capítulo trata sobre a ocupação colonizadora das terras do Brasil pela região Nordeste, assim como apresenta a ocupação econômica de terras na cidade de Alagoinhas/BA, e do processo de instalação das empresas de eucaliptocultura na cidade, por ter sido um elemento muito evidenciado nas narrativas dos(as) feirantes, explicitando os seus danos para a região.

2.1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A OCUPAÇÃO COLONIZADORA DO BRASIL PELA REGIÃO NORDESTE

O Nordeste foi a primeira extensão de terra explorada pelos europeus que chegaram em solo brasileiro e sendo a região um local propício para o cultivo da cana-de-açúcar, devido ao clima quente, com uma estação seca e outra chuvosa, e ao solo argiloso, as suas terras passaram a ser largamente ocupadas pelos canaviais para a produção do açúcar, produto que tinha grande demanda no mercado europeu (ANDRADE, 1973).

A necessidade de acumulação dos países europeus determinou os rumos da economia colonial, que inicialmente voltou-se para a produção agrícola de açúcar em vastas extensões de terra a partir da exploração de trabalhadores(as) das nações originárias e negros(as) submetidos(as) ao regime escravista.

A utilização da mão-de-obra negra e originária escravizada pelos colonizadores foi essencial para o processo de acumulação primitiva do capital nesses países, pois permitiu às metrópoles o funcionamento eficiente do sistema baseado no "exclusivo" metropolitano, no qual os comerciantes europeus monopolizavam a compra do açúcar e a venda de produtos europeus na colônia, diminuindo os preços dos produtos coloniais e aumentando o dos produtos vendidos pela Europa (SILVA, 2008).

Naquele período, as terras em Portugal estavam sob a jurisdição eclesiástica do Mestrado da Ordem de Cristo e eram concedidas em sesmarias. Desse modo, o sistema sesmarial foi a ordenação jurídica imposta pela metrópole à colônia brasileira naquele momento da apropriação territorial (SILVA, 2008). Conforme observa Lima (2002), o primeiro registro sobre a aplicação do sistema sesmarial do Brasil foi a carta-patente dada a Martim Afonso de Souza, permitindo-lhe conceder sesmarias das terras cultiváveis que encontrasse.

O Regimento de Tomé de Souza viabilizou a concessão de terras para a construção de engenhos de açúcar e estabelecimentos semelhantes (LIMA, 2002). E buscando tornar produtivas as terras colonias, a metrópole fazia concessões àqueles que tivessem condições de comprar e manter os(as) trabalhadores(as) negros(as) e indígenas escravizados(as) sob seu domínio. É a partir desse momento que começa a se formar no Brasil colonial o senhoriato rural da cana-de-açúcar.

O comércio do açúcar no Nordeste foi um atrativo para os holandeses que dominaram parte da região no século XVII, depois de cinco anos de disputas constantes que acarretaram em diversos prejuízos econômicos às capitanias nordestinas. Foram provocados incêndios em vários engenhos e senzalas, destruídos as máquinas, os canaviais, e o gado, deixando a região numa situação econômica muito difícil de se reverter, o que ocasionou inclusive a falta de alimentos (ANDRADE, 1973). Durante o período que estiveram com domínio sob a região, os holandeses mantiveram as mesmas técnicas de produção de açúcar e relações de trabalho no campo que os portugueses, sendo expulsos do território em 1654.

É importante evidenciar que disponibilidade de terras para a produção agrícola apenas foi possível devido ao genocídio dos povos originários que nelas habitavam. Para a metrópole, a expulsão dos povos originários de suas terras significou o aproveitamento de seus braços no trabalho compulsório dos engenhos de açúcar, que só passou a ser questionado mais tarde devido às disputas entre autoridades locais e ordens religiosas sobre a situação social e jurídica do indígena no Brasil colonial (FERREIRA, 2017).

Em decorrência dessas disputas, em 1655 foi publicada uma lei régia disposta sobre as hipóteses de escravidão indígena. De acordo com essa lei, as razões que poderiam legitimar a guerra e a escravização dos(as) prisioneiros(as) indígenas ocorriam se estes(as) colocassem obstáculos para a pregação do Evangelho, tivessem conflitos com vassallos do rei ou grupos nativos aliados dos portugueses ou infringissem os acordos pactuados (BOMBARDI; PRADO, 2016).

Existiram, porém, outras formas de aprisionamento de indígenas que sucediam, por exemplo, quando eram encontrados(as) sob cativo de outras comunidades indígenas e resgatados(as) pelos colonos ou nas ocasiões em que eram retirados(as) de seus territórios para viver em aldeias missionárias, prática que ficou conhecida como descimento (BOMBARDI; PRADO, 2016).

Naquele período, a escravização de indígenas ocasionou diversos conflitos entre colonos e missionários jesuítas. Em 1680 a metrópole determinou a liberdade irrestrita a todos(as) os(as) indígenas, encaminhando os(as) cativos(as) para as aldeias de indígenas catequizados(as) para trabalharem em troca de remuneração (BOMBARDI; PRADO, 2016).

Silva (2008) observa, porém, que a lei de 1680 é fortemente associada à escolha da metrópole por adotar predominantemente a mão-de-obra africana no trabalho compulsório dos engenhos de açúcar, uma vez que o tráfico negreiro era realizado majoritariamente pelos portugueses, o que não significa que a escravização ilegal do povo indígena deixou de ocorrer no país.

As doações de sesmarias foram regidas pelas Ordenações do Reino até o final do século XVII. As Ordenações determinavam que a concessão das terras deveria ser feita de forma não onerosa, de modo que aqueles que as recebiam apenas cumpriram com a obrigação do pagamento do dízimo sobre a produção que resultasse do cultivo da terra, e se as terras não fossem cultivadas em um determinado prazo de tempo, voltariam para a posse da Coroa (SILVA, 2008).

Porém, de forma diversa ao que propôs as Ordenações, as autoridades coloniais concederam extensas áreas de terra que mais pareciam donatárias com o nome de concessões de sesmarias (SILVA, 2008) Aos poucos foram sendo estabelecidas, de forma dispersa, normas e providências que modificaram a configuração do sistema sesmarial da Colônia, regulando as extensões das sesmarias, instituindo novos prazos para cultivo e outros procedimentos para a concessão (LIMA, 2002).

A disponibilidade de terras no Nordeste possibilitou a constituição de uma segunda economia: a pecuária, inclusive com a formação de grandes latifúndios. Além dos engenhos de açúcar e da pecuária, outras atividades econômicas foram sendo realizadas em menor proporção na região, ocupando espaços de terra ainda não disputados pela cana, tal como foi a cultura de algodão. Com a introdução da máquina a vapor, o algodão se tornou um produto amplamente utilizado na Europa para a produção de tecidos, sendo, por um período, concorrente do açúcar na exportação feita pelo Nordeste (ANDRADE, 1973).

Também foram cultivadas a mandioca, o milho, o feijão e as frutíferas nativas da região, que alimentaram o povo rural. Na região do recôncavo baiano, foi largamente cultivado o fumo por este ser um produto utilizado como moeda de troca para a aquisição de negros(as) em África (ANDRADE, 1973).

Por outro lado, os métodos de cultivo empregados na agricultura colonial geraram o esgotamento do solo, razão pela qual foi comum o abandono das áreas esgotadas para novas terras (SILVA, 2008). Em vista disso, a metrópole buscou introduzir medidas de controle sobre a apropriação das terras da Colônia.

Algumas dessas medidas foram a inclusão nas condições para a concessão das sesmarias do pagamento do foro, a fixação de limites para o tamanho das concessões e a confirmação do rei para as concessões de terras (SILVA, 2008). No entanto, as obrigações impostas pela metrópole não reduziram a apropriação crescente das terras pelos colonos, tampouco regularizaram a situação fundiária do território colonial, causando, em verdade, o efeito contrário, ou seja, a completa irregularidade dos terrenos ocupados.

A dificuldade em resolver a questão da regularização das terras se originou do fato de que a ilegalidade em relação à legislação imperial não era um problema para o senhorio rural, pois tornava possível a contínua apropriação de terras. E tanto para a metrópole quanto para os colonos, o emprego da força de trabalho negra e escravizada - viabilizada pelo tráfico africano - nos engenhos de açúcar, permitiu o proveito de incontáveis benefícios econômicos, razão pela qual a lei não se fazia cumprir sobre os colonos.

Essa situação se prolongou até o início do século XIX, quando o fim do tráfico de africanos(as) tornou-se uma necessidade para o desenvolvimento do capitalismo na Inglaterra. A exploração da mão-de-obra escravizada no Brasil impossibilitava tanto a concorrência igual entre a colônia latinoamericana e as Antilhas Britânicas quanto a transformação do continente africano em um mercado consumidor para os produtos ingleses manufaturados (SILVA, 2008).

Somado a isso, as tensões sociais que estavam se acentuando naquele período diante da desobediência, da existência de pequenos furtos, de fugas para quilombos e rebeliões organizadas(as) pelos(as) negros(as) escravizados(as), as quais eram uma forma de resistência desses sujeitos ao ritmo de produção imposto pelos senhores de engenho, forçaram o sistema escravista a realizar concessões (OLIVEIRA, 2019).

Destaco, inclusive, que o maior quilombo que existiu no Brasil - o quilombo dos Palmares - estava situado na região Nordeste. O quilombo dos Palmares se estendia do estado de Pernambuco até Alagoas, correspondendo à terça parte da extensão

territorial de Portugal, e resistiu durante todo o século XVII às violentas expedições militares enviadas pelos europeus (GALEANO, 2000).

No auge da produção monocultora do açúcar no Nordeste, o quilombo dos Palmares era um lugar onde se desenvolvia a policultura, tendo os(as) negros(as) quilombolas cultivado uma variedade de alimentos, tais como milho, batata, feijão, mandioca, banana, entre outros, o que contrastava, e muito, com a realidade de privações dos(as) negros(as) submetidos(as) à escravidão (GALEANO, 2000). Embora os brancos tenham decapitado Zumbi dos Palmares, o grande líder do quilombo, as sublevações e resistências dos(as) negros(as) contra o regime escravista continuaram ocorrendo por toda a região.

Nesse momento, o então Governo Imperial foi pressionado a se contrapor aos interesses do senhoriato rural, implementando medidas para limar o tráfico de trabalhadores(as) negros(as) escravizados(as) para o país. À princípio, o fim do suprimento contínuo de mão-de-obra africana não foi um problema imediato para os grandes proprietários de terras, primeiro porque entre os anos de 1840 e 1850 haviam sido introduzidos no Brasil aproximadamente 500 mil negros(as) escravizados(as); segundo porque a crise que se manifestou na região Nordeste devido à decadência das culturas tradicionais (açúcar, algodão, tabaco) teve como consequência o tráfico interno de trabalhadores(as) negros(as) escravizados(as) para o Sudeste do país; e por último, em razão da construção de ferrovias, a partir dos anos 1870, que viabilizou que os(as) trabalhadores(as) negros(as) se concentrassem nas plantações, retirando-lhes do transporte de café (SILVA, 2008).

As inovações técnicas nos engenhos do Nordeste permitiriam que estes produzissem o açúcar branco intensificando a industrialização do seu processo produtivo, que passaria a ser realizado em engenhos centrais. Os engenhos centrais eram um conglomerado de máquinas com capacidade de produzir em maior quantidade e melhor qualidade o açúcar a ser exportado (ANDRADE, 1973).

Eles eram construídos com garantia da aquisição de juros dos capitais empregados pelas companhias estrangeiras e não podiam cultivar a cana e utilizar a mão-de-obra escravizada. Além disso, por serem abastecidos por diversos locais, criaram a necessidade de construção de um sistema de transporte que viabilizasse esse abastecimento - as estradas de rodagem e posteriormente de ferro (ANDRADE, 1973). A instalação dos engenhos centrais significou, portanto, não só industrialização

do processo de produção do açúcar como também a alteração dos espaços a partir da construção de ferrovias.

A partir desse momento também houve um deslocamento do centro econômico do Nordeste para a região cafeeira que se concentrava no Sudeste do país, uma vez que entre os anos de 1850 e 1930, o café foi o principal produto exportado da economia brasileira (MARTINS, 2013). Essa modificação gerou a diferenciação entre os processos de organização do trabalho das regiões Nordeste e Sudeste da colônia, apesar de submetidas à mesma política de terras.

O senhorio rural do Nordeste, sem condições de comprar negros(as) escravizados, e com a necessidade de mão-de-obra para realizar o trabalho em seus engenhos e lavouras, passou a favorecer o estabelecimento de moradores em suas terras, que em troca trabalhavam para a fazenda, os chamados "moradores de condição" (ANDRADE, 1973).

A proibição do tráfico de negros(as) vindos(as) de África não impediu a continuidade do regime escravista, pois logo começou a ocorrer o chamado tráfico interprovincial de sujeitos escravizados das lavouras da cana-de-açúcar do Nordeste para as lavouras de café do Sudeste do país. No Nordeste, ao trabalho do negro(a) escravizado(a) foi somada a incorporação desses moradores no processo produtivo da cana-de-açúcar (MARTINS, 2013).

Os moradores eram mestiços de indígenas e brancos, indígenas libertos, mestiços de negros e brancos, negros libertos e brancos empobrecidos, sujeitos socialmente excluídos pelo regime de propriedade fundiária vigente no Brasil, que se mantinham vinculados às grandes fazendas de cana-de-açúcar como agregados que ali moravam de favor (MARTINS, 2013). A estes sujeitos era permitido fazer suas roças de mandioca, feijão e milho em terras ao redor das grandes fazendas.

O tráfico interprovincial e a conseqüente redução da mão-de-obra escravizada conformou no Nordeste uma organização do trabalho que permitia aos fazendeiros explorar a mão-de-obra dos moradores em relações de trabalho similares à escravidão, com a cobrança do foro sob a forma de dias de serviço no nas fazendas de cana-de-açúcar, em um sistema que ficou conhecido como cambão para que pudessem se manter em suas roças (JULIÃO, 2009).

A adoção de medidas por parte do Governo Imperial para a contenção do tráfico de africanos provocou uma série de preocupações que se relacionavam com os problemas da mão-de-obra, sobretudo na região cafeeira do Sudeste, e da ausência

de regularização da situação fundiária do país. Não foi coincidência, portanto, que a promulgação da Lei de Terras em 18 de setembro de 1850 se deu alguns dias após a publicação da Lei Eusébio de Queirós em 4 de setembro de 1850 (SILVA, 2008).

Porém, a adoção da Lei nº 601 de 1850 não decorreu apenas da proibição efetiva do tráfico de africanos(as) representada pela Lei Eusébio de Queirós. No regime escravista, a terra só possuía valor econômico se o seu o detentor também possuísse negros(as) escravizados(as) realizando a produção agrícola (KOWARICK, 1994). Desse modo, era necessário compensar as perdas econômicas que a elite rural brasileira teria com o fim desse sistema por meio do valor dado às terras, razão pela qual tornou-se imprescindível realizar a regularização das propriedades rurais.

Além disso, entre as soluções que se colocavam pela fração dominante do Estado imperial para a substituição da mão-de-obra do negro(a) africano(a) estava a imigração europeia, seja para adquirirem terras para o cultivo ou para o trabalho nas propriedades já existentes. Assim, o financiamento da imigração de estrangeiros para o país dependeria da venda de terras devolutas da Coroa, fazendo-se forçosa a contenção da apropriação territorial por meio da demarcação das terras devolutas (SILVA, 2008).

A escolha pela introdução de imigrantes europeus e outros povos brancos no país como estratégia para resolver a questão do trabalho colocada pelo fim do tráfico de negros(as) escravizados(as) evidencia o caráter racista do programa de imigração. Entre as motivações dessa escolha estava a ideia de embranquecimento da população fundamentada por teses evolucionistas sociais e de caráter eugenista (OLIVEIRA, 2019).

O projeto de imigração foi colocado em ação com o intuito de que ocorresse uma substituição gradual da mão-de-obra negra escravizada que resultasse na extinção do escravismo (SILVA, 2008). Desse modo, a imigração europeia no Brasil ocorreu de forma concomitante com o regime escravista.

Em relação à imigração, considero importante destacar que existiam duas formas de colonização: a primeira, conhecida como “espontânea” ou “oficial”, se referia àquela que se dava quando imigrantes vinham para o país de forma autônoma, com seus próprios recursos, adquirindo lotes de terras por meio da compra; e a segunda, chamada de “regular” ou “particular”, tratava-se daquela que tinha de ser financiada, uma vez que alguns imigrantes não possuíam recursos para pagar suas

passagens de vinda para o Brasil, sendo estes introduzidos no trabalho das grandes propriedades (SILVA, 2008).

A imigração espontânea no Brasil já vinha acontecendo antes mesmo da promulgação da Lei de Terras por meio da concessão de núcleos coloniais, o que rendeu experiências problemáticas para os colonos, em razão da constante ameaça de perda das terras pela falta de regularização fundiária e da ausência de apoio por parte do Governo Imperial (SILVA, 2008). Essa experiência embaraçosa com a imigração oficial, fortaleceu a defesa pela imigração regular de parte da elite socioeconômica.

Nesse sentido, a Lei de Terras possibilitou a conciliação de diferentes correntes políticas presentes na sociedade, uma vez que permitia ambas as formas de colonização. Observo, porém, que existe uma controvérsia na literatura sobre a finalidade para qual a Lei se prestava. Kowarick (1994) defende que ao iniciar o processo de mercantilização de terras devolutas, o seu intuito era impossibilitar o acesso à propriedade da terra ao trabalhador livre para mantê-lo nas fazendas.

Por outro lado, Silva (2008) aponta essa afirmação como problemática porque desconsidera as resistências que ocorreram no processo de aplicação da Lei, retirando do foco o intuito principal pelo qual foi promulgada: regulamentar o acesso à terra dos proprietários de terras nacionais, viabilizando para estes a transformação da terra em mercadoria apta a substituir o sujeito escravizado nas hipotecas e operações de crédito.

A discussão decorre do fato de que em seu artigo 1º, a Lei de Terras proibiu explicitamente a aquisição de terras devolutas por outro meio que não fosse a compra. Essa proibição estava relacionada à preocupação do Império com a apropriação crescente de terras devolutas, as quais, naquele momento, estavam sendo vistas como meio de arrecadar fundos para financiar a imigração regular de trabalhadores brancos para o país, uma vez que a Lei contemplava ambas as formas de colonização (SILVA, 2008).

Se é verdade que a Lei visava limitar o acesso à terra a população pobre e de cor, é verdade também que a mesma Lei pretendia vender lotes de terras devolutas para os colonos que possuíam recursos financeiros, buscando de um lado satisfazer os interesses do senhorio rural e do outro angariar fundos para o Estado. A norma buscava ainda permitir a utilização da terra pelo proprietário como garantia nas hipotecas, em substituição ao sujeito escravizado (SILVA, 2008). Realizar a

regularização fundiária dos terrenos ocupados, na visão da Coroa, era imprescindível para a demarcação das terras devolutas.

Nas décadas de 1860 e 1870, houve um crescimento dos conflitos entre senhores e sujeitos escravizados, que pode ser visualizado nos relatórios dos chefes de polícia enviados para os presidentes de província de São Paulo, os quais demonstram a preocupação destes com as ações dos(as) escravizados(as) que, individualmente ou em agrupamentos, se revoltavam e matavam os(as) senhores(as), deixando de fugir, como era mais comum, para se entregarem para polícia. Como reação às fugas e às rebeliões dos(as) escravizados(as) nas fazendas, revoltas e manifestações de negros(as) e abolicionistas populares, os dirigentes abolicionistas passaram a apoiar de forma mais incisiva a libertação desses sujeitos, sem prazo e sem condições (AZEVEDO, 1987).

Desse modo, nos anos de 1880 e 1881, com receio de que ocorresse uma cisão do país em províncias escravistas e não-escravistas, haja vista a Guerra de Secessão americana (1861-1865), e de que a abolição imediata, sem indenização, ocorresse, considerando o crescimento do movimento abolicionista, a Guerra do Paraguai e as recorrentes fugas e rebeliões de escravizados(as), bem como devido ao encarecimento do preço do(a) escravizado(a), representantes da lavoura escravista de São Paulo, em iniciativa das Assembleias Legislativas Provinciais, proibiram o tráfico interprovincial de sujeitos escravizados para as províncias cafeicultoras, acelerando, assim, o movimento de transição do escravismo para o trabalho livre (SILVA, 2008).

As proibições relacionadas ao tráfico de negros(as) escravizados(as) a partir da lei do ventre livre e a venda desses sujeitos pelo senhorio rural do Nordeste aos cafezais do Sudeste ocasionaram a redução do número de sujeitos submetidos ao regime escravocrata na região, fazendo com que a questão da mão-de-obra fosse sentida aqui de forma diferente. À parte isso, a demarcação das terras devolutas preocupava os fazendeiros de todas as regiões (SILVA, 2008).

Diante da relutância dos posseiros à regularização fundiária de suas terras, a política imigratória de constituição de núcleos coloniais não pode avançar, inviabilizando também o financiamento da imigração regular por meio da venda de terras devolutas aos imigrantes. Somente em 1886, com o fortalecimento do movimento abolicionista e a possibilidade da abolição ocorrer sem direito à indenização, os fazendeiros paulistas fundaram a Sociedade Promotora da Imigração,

entidade privada criada com o intuito de financiar a importação de mão-de-obra para as plantações de café através de contratos firmados com o governo de São Paulo (SILVA, 2008).

No Nordeste, porém, a entrada de imigrantes não foi tão acentuada, primeiro porque não havia aqui uma cultura em expansão tal como estava sendo a cafeicultura no Sudeste, e segundo porque, no processo de abolição do regime escravista, começaram a ser aproveitados os braços dos chamados moradores e também daqueles(as) negros(as), que libertos(as) pela Lei Áurea de 1888, porém, desprovidos(as) de terras, acabaram se submetendo ao trabalho na agroindústria do açúcar nas mesmas condições de trabalho do regime que acabara de ser abolido (ANDRADE, 1973).

Um estudo realizado por Oliveira (2019), a respeito da construção pela elite jurídica de um estatuto jurídico-político para o negro no período pós-abolição, revela que o posicionamento da Sociedade Bahiana de Imigração, fundada em 1886, no que se refere a utilização da mão-de-obra nacional, não descartou totalmente a possibilidade de substituição do(a) trabalhador(a) negro(a) escravizado(a) pelo(a) trabalhador(a) imigrante branco(a). No entanto, destaca que a entidade propôs a incorporação dos nacionais ao trabalho em condições de subalternidade em relação à dos trabalhadores imigrantes europeus.

Oliveira (2019) sugere que embora o projeto da imigração europeia não tenha sido adotado em sua totalidade na Bahia, o engajamento dos juristas na construção de estratégias de manutenção das relações econômicas de poder, no período de crise do escravismo, pode ter provocado a não adesão ao projeto de concessão de terras devolutas para trabalhadores(as) libertos(as). Neste sentido, evidencia que o monopólio sobre terra possibilitou que a elite açucareira incorporasse os(as) trabalhadores(as) negros(as) libertos(as) no processo produtivo de suas propriedades, mantendo as relações de poder decorrentes do período pré-abolição.

À respeito da crise do açúcar no momento que sucedeu a abolição do regime escravista, Andrade (1973) a relaciona mais à inexistência de mercado para a exportação do açúcar brasileiro em razão da concorrência com o açúcar europeu e antilhano, do que da libertação dos sujeitos escravizados. Assim, o(a) negro(a) liberto(a) no Nordeste, sem qualquer reparação pelos séculos de escravização, continuou a ser explorado(a) pela elite econômica da região.

Como produto do insucesso dos engenhos centrais e da necessidade reorganização da produção açucareira para a concorrência no mercado internacional, surgiram as usinas, modernas fábricas de produção de açúcar que passaram a ser instaladas nos antigos engenhos (ANDRADE, 1973). Assim, as usinas se espalharam por todo Nordeste tomando grandes extensões de terra, para plantação de cana e produção de açúcar.

As estradas de ferro que foram construídas também impulsionaram a expansão das usinas, viabilizando o transporte da cana e demarcando as zonas de influência de cada usina. Porém, a crise econômica que vinha afetando a região desde o final do século XIX e início do século XX, e atingiu o seu ápice em 1930, prejudicou a agroindústria açucareira, ocasionando o fechamento de muitas usinas (ANDRADE, 1973).

O processo de instalação das usinas teve diversas repercussões na organização do trabalho na região Nordeste. Surgem, nesse contexto, alguns sujeitos importantes na produção açucareira, entre as quais se incluíam os fornecedores, proprietários de terra que produziam a matéria-prima e forneciam às usinas, os quais com o tempo foram sendo eliminados do processo produtivo tendo em vista que a tendência das usinas era cultivar seus próprios canaviais; os foreiros, os quais também foram chamados de moradores de condição, que viviam em locais afastados dos engenhos, e que faziam agricultura de subsistência, pagando ao proprietário anualmente um valor pelo aluguel, que com a introdução das usinas passaram a ser expulsos das terras sem qualquer indenização pelas benfeitorias ou quando permaneciam nas terras eram obrigados a destruir suas plantações para cultivar a cana; e por fim, os trabalhadores assalariados, ou "trabalhadores de oito", "cassacos" ou "eiteiros" como também ficaram conhecidos, um grupo heterogêneo, que em parte era composto por moradores dos sítios, os quais, com o avanço das usinas, perderam as melhores áreas dos sítios para a plantação de cana, sendo lhes exigido ainda pelos proprietários cinco ou seis dias de serviços nos seus canaviais (ANDRADE, 1973).

A instalação das usinas, sem dúvidas, ocasionou a proletarização dos(as) trabalhadores(as) rurais, principalmente em razão do processo de expulsão desses(as) trabalhadores(as) de suas lavouras. E à medida em que iam sendo implementadas técnicas mais avançadas na produção do açúcar, mais estes sujeitos se tornavam braços "descartáveis" para a agroindústria, se submetendo às condições mais precárias de trabalho, sem qualquer direito garantido.

A instalação de usinas por todo Nordeste renovou as condições para a concentração fundiária, que no momento de crise do açúcar e consequente desligamento de várias instalações, tornou-se um dos problemas principais a serem enfrentados pela região, principalmente nas zonas de maior densidade demográfica. Alguns produtores de Sergipe, como observa Andrade (1973), abandonaram a produção açucareira, se transformando em pecuaristas, principalmente por causa do aumento do consumo da carne, o que acarretou no desemprego de diversos(as) trabalhadores(as) rurais.

Julião (2009) explicita que, nesse período, de Sergipe ao Ceará havia uma faixa úmida de 46.000 quilômetros, dentre os quais somente 4.000 quilômetros estavam ocupados por canaviais e outras culturas, sendo as demais faixas de terras vinculadas à latifúndios improdutivos. Em contrapartida, crescia a população pobre e faminta no Nordeste, ocasionando, inclusive, a redução do índice de vida na região.

Essa situação despertou, especialmente entre os(as) trabalhadores(as) rurais que estavam inseridos no regime de trabalho do cambão, um sentimento de revolta e injustiça, ocasionando uma série reivindicações e tensões sociais por todo o Nordeste, que deram origem a um movimento que ficou conhecido como as Ligas Camponesas, inicialmente organizado pelo fim do cambão e do pagamento do foro, e que iria pautar, mais tarde, a reforma agrária (JULIÃO, 2009).

Diante desse cenário, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), no seu primeiro Plano Diretor, em 1961, decidiu implementar um conjunto de medidas na região que buscavam incentivar a migração de pessoas de áreas com maior densidade demográfica para as pouco povoadas, reorganizar a agroindústria açucareira a partir da introdução de métodos mais modernos, aumentando a produtividade agrícola e industrial e viabilizar a liberação de terras - as quais eram uma forma de pagamento de empréstimos realizados pelo Estado aos usineiros - para o alojamento de famílias dedicadas à produção de alimentos (ANDRADE, 1973). No entanto, observo que em sua narrativa, Seu Sipriano expõe que enquanto militante do SINTRAF participou de um movimento de ocupação da SUDENE em Recife, o que indica a divergência dos(as) trabalhadores(as) rurais às políticas implementadas pelo órgão no período que sucedeu a criação do órgão.

Além disso, em 1963 foi publicado o Estatuto do Trabalhador Rural que garantiu aos(às) trabalhadores(as) rurais direitos ao salário mínimo, às férias, do repouso semanal remunerado e do décimo terceiro salário, bem como em 1964 foi promulgado

o Estatuto da Terra e estabelecido o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário, (INDA), e posteriormente, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no intuito de se realizar a reformulação agrária da região (ANDRADE, 1973).

Porém, a despeito da existência, nesse período, de programas de redistribuição de terras para a constituição de pequenas e médias propriedades rurais, a preocupação maior do Estado brasileiro era, a partir da política desenvolvimentista, inserir o país no mercado internacional a partir da exportação de *commodities* agrícolas, motivo pelo qual a pauta reforma agrária foi logo deixada de escanteio. Assim, o Brasil embarcou na chamada “Revolução Verde”, introduzindo produtos químicos e equipamentos mecânicos na agricultura para melhorar a produtividade agrícola (FELIPE, 2021).

Nesse período (1967-1978), em razão da intensificação da devastação de florestas naturais, do crescimento acelerado da indústria madeireira e especialmente da crise no setor energético, o Governo Federal passou a investir em programas de reflorestamento com incentivos fiscais, por meio do Fundo de Investimentos Setoriais (FISSET) (OLIVEIRA, 1995). Ao final da década de 1970, o FISSET já aplicava metade do seu orçamento na região Nordeste, tendo a Bahia como estado que mais passou a se destacar na área florestal durante esse período, ocasionando uma expressiva transformação nas formas de ocupação das terras e usos do solo no estado.

2.2 DO AÇÚCAR AO EUCALIPTO: A OCUPAÇÃO ECONÔMICA DAS TERRAS DE ALAGOINHAS/BA

A ocupação colonial de terras na cidade de Alagoinhas, assim como em todo território que fica localizado no Litoral Norte e Agreste da Bahia, se deu, inicialmente, em função da produção da cana-de-açúcar, e posteriormente, para a criação de gado. Os limites territoriais atribuídos ao município, inclusive, foram estabelecidos a partir das fronteiras das propriedades rurais ali existentes, e foram implementados pelos agentes estatais que muitas vezes também eram proprietários da região (LIMA, 2010).

A narrativa oficial sobre a história do município oculta o passado anterior à chegada do jesuíta responsável pela fundação do povoado Santo Antônio das Lagoinhas. Assim como aconteceu em todo território brasileiro, o espaço que hoje é conhecido como Alagoinhas, era ocupado por povos originários, cuja a identidade foi apagada pelo genocídio provocado pelos colonizadores europeus.

Parte dessa narrativa é contada em 1902 por Américo Barreira no livro intitulado “Alagoinhas e seu Município”, uma obra que se propõe a contar a história do município desde a sua fundação, exaltando os grandes feitos dos homens brancos para o desenvolvimento econômico da cidade, mas que é profundamente marcada pelo ocultamento da escravização dos povos indígenas e negros no processo de ocupação territorial da região (GONÇALVES, 2015).

No século XIX, as principais atividades econômicas desenvolvidas pelo município eram a produção agrícola para o consumo interno e para a exportação, e a criação de gado, as quais eram realizadas predominantemente por negros(as) e indígenas escravizados(as). Conforme observa Santana (2015), o desenvolvimento da pecuária enquanto atividade econômica era o que determinava o grau de riqueza dos sujeitos da região, pois geralmente aqueles que possuíam gado também eram detentores de terras produtivas e escravizados(as). Explica, porém, que com a crise da mão-de-obra escravizada, os possuidores de terras e de gado continuaram sendo considerados ricos, ainda que não tivessem tantos sujeitos escravizados em suas propriedades.

Entre aqueles considerados parte da elite econômica da região, estava o coronel José Joaquim Leal, escravocrata e proprietário do engenho Ladeira Grande, da fazenda do Poço da Pedra Pindobal e da sesmaria do Madureira, que também foi, no ano de 1853, o presidente da Câmara Municipal da nova vila. A família Leal dominava as maiores propriedades agrícolas do município, sendo possuidora de dois engenhos, onze fazendas e casas na vila (LIMA, 2010).

Por outro lado, o povo pobre do município de Alagoinhas era composto por negros(as) e indígenas escravizados(as) e libertos(as), que desprovidos de bens como gado e terra, acabavam sendo subjugados ao poder do senhorato rural da região. Mesmo aqueles considerados libertos estavam submetidos às ordens dos grandes proprietários de terra, inclusive porque, muitas vezes, viviam como agregados nas fazendas, sendo meeiros, rendeiros, lavradores ou domésticos (SANTANA, 2015).

A família Leal deteve o poder político e econômico do município durante todo o período do Império, porém com a chegada da Estrada de Ferro, em 1863, e o estabelecimento da República, em 1889, novos agentes passaram a influenciar as decisões políticas da região. A mudança da sede da vila de Alagoinhas para a região do entorno da estação ferroviária, sob às ordens do Comendador José Moreira de

Carvalho Rego, representou o início desse novo momento e a ruptura com a família Leal, que foi aos poucos perdendo o domínio sob o município (LIMA, 2010).

O Decreto nº 641 do Governo Imperial, publicado em 1852, possibilitou a construção de estradas de ferro no país, permitindo que os investidores nacionais e estrangeiros, principalmente da Inglaterra, aplicassem o seu capital para esta finalidade. Assim, considerando a possibilidade de crescimento econômico e o retorno do capital investido na rede ferroviária, os donos de terras da Bahia, integrantes da Junta da Lavoura, apresentaram, em 1852, para os políticos da província um projeto de construção da estrada de ferro que ligava Salvador a Juazeiro, cidade portuária banhada pelo Rio São Francisco (LIMA, 2010).

A Junta da Lavoura incentivou a construção da rede ferroviária com o intuito principal de expandir o seu mercado consumidor nas províncias localizadas ao norte. A cidade de Alagoinhas foi escolhida para compor a rota da ferrovia porque situava-se, no século XIX, em um local privilegiado, com caminhos que adentravam o sertão e as estradas dos bandeirantes nortistas e que poderiam reduzir a distância entre Salvador e Juazeiro, também pela possibilidade do tabaco produzido em Inhambupe ser transportado pela ferrovia para locais estratégicos da costa no Recôncavo ou no litoral, trazendo benefícios econômicos à estrada de ferro, e em razão das atividades econômicas desenvolvidas na região: o gado, o tabaco e o açúcar (LIMA, 2010).

Observa Araújo (2009) que o município de Alagoinhas foi um dos maiores entroncamentos ferroviários no Nordeste do país, pois em sua área foram construídas a Estação de Alagoinhas (1863), a Estação de São Francisco (1880), e a Estação da Leste (1947), o que dinamizaram o comércio local, gerando o crescimento econômico na região que pode ser observado ao longo do século XIX.

No entanto, a expansão econômica e modernização do município que ocorreram nesse período apenas beneficiaram uma parte do povo, que detinha o poder econômico ou/e estava situada na zona urbana, tendo o(a) trabalhador(a) rural ficado à míngua dessas transformações. Em verdade, as transformações urbanas ocorridas apenas foram possíveis devido à existência da mão-de-obra de negros(as) escravizados(as) e libertos(as), que participaram ativamente do processo de construção das ferrovias (SOUZA, 2011).

Além disso, a expansão da atividade agropecuária no município também se deve ao trabalho de produção agrícola e criação de gado que estes mesmos sujeitos realizavam no campo, uma vez que, mesmo após a abolição do regime escravista,

relações de trabalho similares às aquelas anteriores (escravistas) se mantiveram no campo.

Do período colonial até o século XX, o município de Alagoinhas teve a agropecuária como atividade econômica principal, destacando-se na produção de fumo, mandioca, leite, corte, couro, e também de cítricos, especialmente da laranja, razão pela qual durante muito tempo ficou conhecida como a “terra da laranja” (ARAÚJO, 2009). Esse cenário econômico só foi modificado a partir de 1964, com a perfuração de vários poços de petróleo que foram encontrados na região e a consequente instalação da Petrobrás.

O desenvolvimento das atividades ferroviária e petrolífera no município impulsionaram o seu crescimento econômico, fazendo de Alagoinhas um pólo econômico importante para a região em seu entorno (ARAÚJO, 2009). Embora a atividade ferroviária tenha decaído, a Estação Ferroviária *Bahia and São Francisco* atualmente se encontra tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), por força do Lei nº 11.483/07 e Portaria nº 407/2010 do IPHAN, devido à sua importância para a história da cidade.

Figura 3 - Estação Ferroviária de Alagoinhas



Fonte: Registro da própria autora. Agosto de 2021.

A partir da década de 1970, a industrialização e a chegada de grandes empresas no município provocaram não só a alteração do espaço urbano, com ocupação das áreas que se estendem do centro à periferia da cidade, como também trouxeram

danos ambientais e modificações relevantes na organização social do trabalho da cidade. Entre os fatores que contribuíram para esse processo estão a implantação do Polo Petroquímico em Camaçari, em 1978, do Distrito Industrial de Alagoinhas (DISAI), na década de 1970, bem como a chegada da COPENER Florestal Ltda, na década de 1980 (ARAÚJO, 2009).

Felipe (2021) associa a crise do petróleo, e a consequente oscilação dos preços desse combustível, que atingiu o Polo Petroquímico de Camaçari, à introdução das empresas de reflorestamento do eucalipto no município de Alagoinhas, pois considera que a biomassa se apresentou como uma fonte alternativa de produção de energia na década de 1980. Observa que, partir de então, empresas como a BSC/COPENER (atual BRACELL), iniciaram a ocupação do Litoral Norte, obtendo várias porções de terra em Alagoinhas, desmatando áreas por meio retirada da vegetação original e causando impactos socioambientais profundos, especialmente ao povo que vivia da agricultura familiar.

2.3 “AGORA EU NUNCA OUVI DIZER QUE OS OUTRO COMESSE EUCALIPI NA MESA”⁶²: A DESARTICULAÇÃO DAS RELAÇÕES TRADICIONAIS DE PRODUÇÃO NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO E O RACISMO FUNDIÁRIO

Desde o período colonial, o latifúndio se constituiu no Brasil como forma dominante de propriedade rural, sendo um resultado histórico da forma de colonização realizada pelos portugueses que teve como finalidade fazer da terra um empreendimento comercial (SILVA, 2008). A monocultura e a utilização da mão-de-obra negra e indígena eram a base desse sistema que explorava ao máximo o que a terra e a força de trabalho desses sujeitos podiam oferecer.

O histórico de apropriação de terras, expulsão dos povos tradicionais que nelas habitavam, e o aproveitamento de seus braços no processo produtivo do trabalho necessário à acumulação capitalista fortaleceu o latifúndio e a concentração fundiária, o que explica a forma como foi introduzida a prática da eucaliptocultura no Litoral Norte e Agreste da Bahia.

Como bem pontuou Galeano ao observar os enormes prejuízos causados pela imposição dessa forma de propriedade rural nos países latinoamericanos (2000, p. 181), “o latifúndio multiplica as bocas, mas não os pães”. A narrativa de Seu Sipriano

⁶² Entrevista concedida pelo entrevistado Sipriano. Entrevista Semidiretiva III. [Setembro/2021]. Entrevistadora Ariane Pereira Santos. Alagoinhas, 2021. (1 h 12 min 13 seg).

demonstra que o processo de implantação da eucaliptocultura no município de Alagoinhas, o qual ele acompanhou enquanto agricultor e sindicalista, ocasionou a expulsão de diversos trabalhadores(as) rurais que viviam da agricultura familiar de suas terras.

Segundo Felipe (2021), no Brasil, os espaços destinados à agricultura familiar ocupam menos extensões de terra que o agronegócio, mesmo que cerca de 70% dos alimentos consumidos pelos(as) brasileiros(as) sejam oriundos da agricultura familiar, que abastece o mercado interno. Então, como diz o *slogan* adotado pelos movimentos sociais de luta pela terra, se o campo não planta, a cidade não janta, o que torna preocupante não só para os(as) trabalhadores(as) rurais o crescimento de empreendimentos tais os destinados à eucaliptocultura.

O cultivo do eucalipto geralmente necessita de extensas e contínuas áreas de terras, com raros acidentes geográficos, motivo pelo qual as empresas de eucalipto compravam grandes fazendas e/ou pequenas e médias propriedades rurais dispostas de forma sequenciada, tornando aquele(s) espaço(s) onde antes se cultivava(m) alimentos um imenso “deserto verde”⁶³, o que resultou na desarticulação dos núcleos tradicionais que garantiam o sustento dos pequenos(as) agricultores(as) (OLIVEIRA, 1995).

Além da concentração de terras, a falta de reconhecimento das terras aos(as) ocupantes de fato, o baixo preço das terras, e as condições climáticas também determinaram a escolha do Litoral Norte como área para o desenvolvimento da eucaliptocultura. A partir de então, o Estado instituiu a formação de Distritos Florestais na Bahia, entre os quais estava o Distrito Federal Litoral Norte (DFLN), tendo a COPENER começado a plantar as florestas de eucalipto na região em 1981, seguida de outras empresas (OLIVEIRA, 1995).

A obtenção de terras por estas empresas se dava pela compra por preços ínfimos e, muitas vezes, através de grileiros (FELIPE, 2021). A grilagem de terras que aconteceu na zona rural de Alagoinhas durante esse período é narrada em alguns momentos das entrevistas que fiz com Seu Sipriano, aparecendo como um fator importante para o desenvolvimento da eucaliptocultura na região.

A grilagem, como processo de apropriação indevida de terras, é um fenômeno comum na história da ocupação europeia no Brasil, sem o qual, muito provavelmente,

⁶³ Termo usado por alguns ambientalistas para designar as áreas de plantação de eucalipto.

a elite fundiária não teria se desenvolvido (MOTTA, 2001). Assim como, sem a compra de terras que foram apropriadas de forma ilegal, a produção de eucalipto pelas empresas ditas reflorestadoras não teria se expandido.

A grilagem de terra, minha filha... Rio Branco, ali onde é a onça, Conceição, Matinha, Tombador, Lamarão, **todos esses lugares foram grilados de terra. E muitas terra!** Nós lá tinha escritura que dividia com os herege do Tombador, oxe... **Nego passou a mão e vendeu pra as firma.** A Matinha, o pessoal lá tinha terra, cercaro lá, na época, a Marquesa começou a cercar, nós já briguemo por isso, fomos pra Inhambupe, tivemos na Justiça, rodou... [...]. **Foram fazer lá, pra não fazer em Inhambupe, que era grilagem, passaram a mão nas cabeceiras das terras do pessoal lá e venderam pra as firma e os dono ficaram chupando dedo,** porque os donos não tinha... Tinha documento, mas é escondido [...]. O documento só serve pro dono, por isso perderam as cabeceiras de terra e Alagoinhas foi chave disso. Muitos lugares aqui... **Todo canto aqui teve grilagem dos grande.** Não foram dos pequeno não, os pequeno coitados, perderam foram as cabeceiras de terra todas, que era muita terra... [...]. **Ah, eles vendiam, começaram a vender pra Marquesa, GROMINA, SIBRA e COPENER. Foi eles que compraram.**⁶⁴

Na segunda entrevista, quando perguntei à Seu Sipriano o que aconteceu àqueles(as) agricultores(as) que perderam suas terras para a grilagem, ele respondeu que estes(as) passaram a “ganhar o dia” nas terras de outros, o que evidencia que o processo de expulsão da terra vem sempre acompanhado da precarização da mão-de-obra do(a) trabalhador(a) rural, seja no trabalho como “diarista” nas fazendas de outros proprietários maiores, seja como trabalhador(a) rural assalariado(a) (OLIVEIRA, 1995).

Ficaram aí... **Ganhando dinheiro na terra dos outro,** meus senhores subiu na vida e as terra eles venderam também, uns subiram na vida, fizeram farra, muita farra eles fizeram com esse dinheiro. E o povo ficaram chupando dedo, minha fia, porque ficaram com medo de correr atrás porque disse que tinham dinheiro [...]. **A maioria aí ficou sem a terra,** e hoje em dia as firmas é quem tá por conta aí das cabeceiras de terra toda, é quem tá por conta aí, desmatando tudo.⁶⁵

A chegada das empresas de “reflorestamento” também produziu diversos danos ambientais, que atingiram profundamente as comunidades rurais em Alagoinhas. Segundo Santos (2021), além da contaminação aos rios e solo devido ao uso de agrotóxicos, existem estudos que indicam que as plantações de eucalipto precisam de grandes quantidades de água para o desenvolvimento, bem como advertem que o

⁶⁴ Entrevista concedida pelo entrevistado Sipriano. Entrevista Semidiretiva I. [agosto/2021]. Entrevistadora Ariane Pereira Santos. Alagoinhas, 2021. (19 min 15 seg).

⁶⁵ Entrevista concedida pelo entrevistado Sipriano. Entrevista Semidiretiva III. [setembro/2021]. Entrevistadora Ariane Pereira Santos. Alagoinhas, 2021. (1 h 12 min 13 seg).

plântio da espécie deve respeitar determinado limite de proximidade do rio ou córrego, o que é completamente ignorado pelas empresas, pois como Seu Sipriano contou, muitas as empresas plantaram eucalipto nas nascentes dos rios.

Aqui em Subaúmirim, na cabeceira do rio, plantaram eucalipto inté de junto da nasçença do rio! Tem uns quinze ano que a gente tivemo lá com uma pessoa que era da pesca, ela foi lá e disse “Rapaz, como é que planta eucalipto aqui de junto, como é que ia ficar a água?”. O rio secou, tá seco, tem mais de 6 quilômetro seco, plantaram eucalipto de junto de onde era nasçença do rio. **Soriou, tudo, como é que vai ficar água?**⁶⁶

Nos dias atuais, este continua sendo um dos maiores motivos de conflito dos(as) pequenos(as) agricultores(as) com as empresas reflorestadoras, culminando, inclusive, em 2011 e 2014, na realização de marchas organizadas por agricultores(as) e representantes de associações rurais e sindicatos, no centro da cidade de Alagoínhas contra o avanço da monocultura do eucalipto e pelo fortalecimento da agricultura familiar (SANTOS, 2021).

No momento, as principais empresas que exploram o eucalipto em Alagoínhas são a BRACELL, empresa que adquiriu a Bahia Specialty Cellulose (BSC) e a Copener (Florestal) em 2003, e que fabrica celulose, e a Companhia de Ferro Ligas da Bahia (FERBASA), que utiliza a madeira em seus fornos como um biocombustível (SANTOS, 2021).

A Lei Orgânica Municipal do Município Alagoínhas impõe no seu art. 156, inciso II, uma limitação à plantação de espécies exóticas, tal como é o eucalipto (oriundo da Austrália) no município. Esse dispositivo proíbe a plantação de eucalipto em uma área maior que 10% (dez por cento) de toda a extensão territorial de Alagoínhas.

À despeito da existência dessa limitação, apenas a BRACELL possui no município extensões de terras, onde se cultiva o eucalipto, equivalentes à 8.101ha, ou seja, 11,5% da área do município de Alagoínhas, cuja extensão é de 70.690 hectares (SANTOS, 2021). Conforme o Censo Agropecuário de 2017 do IBGE, a área ocupada por florestas plantadas em Alagoínhas chegava a ser de 12.011 ha dos 39.649 ha ocupados por estabelecimentos agropecuários. Isso significa que aproximadamente 30% de toda área ocupada por estabelecimentos agropecuários se destina à plantação de florestas com espécies exóticas, tal como é o eucalipto.

⁶⁶ Entrevista concedida pelo entrevistado Sipriano. Entrevista Semidiretiva III. [setembro/2021]. Entrevistadora Ariane Pereira Santos. Alagoínhas, 2021. (1 h 12 min 13 seg).

Desse modo, é notório o avanço da produção monocultora de eucalipto no município realizada pelas empresas de reflorestamento, as quais se utilizam de ações e discursos para cada vez mais anexar novas terras aos seus latifúndios com o intuito de ampliar a produção de *commodities* agrícolas. Essas ações são direcionadas principalmente às áreas de preservação ambiental, terras indígenas, quilombolas, assentamentos rurais e de uso comum, vistas como obstáculos para o desenvolvimento do mercado de terras no país (ALMEIDA, 2009).

Entre os discursos que justificaram a instalação dessas empresas no Litoral Norte, está o argumento de que o solo tem baixa produtividade para outras atividades agrícolas, o que contrasta com o histórico de produção de alimentos básicos da região, tais como milho, amendoim, mandioca, batata, aipim, e frutas laranja, maracujá, caju, jaca etc., alimentos que abasteciam as feiras das suas cidades, de Salvador, e do Recôncavo Baiano (OLIVEIRA, 1995).

Existe também uma defesa do uso do eucalipto como biomassa em razão deste produzir energia a baixos custos e da sua natureza renovável, visto que possibilita o reaproveitamento de resíduos, além de ser menos poluente que outras fontes de energia, a exemplo do petróleo e do carvão mineral (SANTOS, 2021). Porém, essa produção geralmente acontece às custas do esgotamento do solo causado pela monocultura, utilização de agrotóxicos, ressecamento e contaminação dos rios e lençóis freáticos, concentração fundiária, que muito prejudicam também a todo o povo que vive na zona rural da região.

Seu Sipriano expôs a diferença de tratamento que é dada pelos órgãos estatais às empresas, enfatizando que estes, muitas vezes, fazem “vistas grossas” à degradação ambiental provocada pela eucaliptocultura, o que não ocorre quando são os(as) agricultores(as) que modificam alguma área com cobertura vegetal.

Porque a gente não pode tirar um pau que o IBAMA vem em cima, agora as firma chega desmata tudo, ranca tudo, esbagaça com tudo, a cabeceira do rio aí aonde era nascença agora plantaram de eucalipi, toda plantada de eucalipi. A gente tentou comprar as cabeceiras aí via Associação pra ver se a gente fazia um projeto aí, não venderam não [...]. Não venderam, disse que não ia vender não. [...]. Hoje em dia, compraram aí, e plantaram toda de eucalipi.⁶⁷

Além disso, existe o discurso de que o funcionamento dessas empresas na região gera empregos. No entanto, a necessidade de mão-de-obra no reflorestamento

⁶⁷ Entrevista concedida pelo entrevistado Sipriano. Entrevista Semidiretiva III. [setembro/2021]. Entrevistadora Ariane Pereira Santos. Alagoinhas, 2021. (1 h 12 min 13 seg).

ocorre mais nos períodos de plantação e corte das florestas, e na maioria das vezes, é feito por empreiteiras, sendo poucos(as) os(as) trabalhadores(as) permanentes e alta a rotatividade no emprego (OLIVEIRA, 1995). Esse fato pode ser confirmado pela narrativa de Gilson dos Santos (Seu Saci), que trabalhou em algumas empresas ligadas à eucaliptocultura, além de outras siderúrgicas, em vínculos curtos de emprego, sendo descartado ao final em razão da idade avançada.

O que acontece atualmente em Alagoinhas, no que se refere principalmente à ocupação das terras pelas empresas do reflorestamento, principalmente do eucalipto, e à conseqüente desarticulação das relações tradicionais de produção na zona rural, seja pela gradual expulsão do povo das suas terras, ou pelos profundos danos ambientais que atingem os(as) pequenos(as) agricultores(as), é apenas mais uma página na história da ocupação predatória feita pelos brancos no Brasil.

A ocupação realizada pelas empresas da eucaliptocultura nada se diferencia da *plantation*, implementado no período colonial, com a exploração direcionada principalmente para a produção de celulose, a fim de satisfazer ao mercado de *commodities* (SANTOS, 2021). E apesar de não usar mão-de-obra escravizada, muitas empresas submeteram seus(suas) trabalhadores(as) a condições de trabalho precárias, conforme revela Seu Sipriano nas entrevistas.

Eu mesmo era conselho fiscal do sindicato, fui tesoureiro do sindicato, e a CUT, a FETRAF, rodemo muito aí dentro desses eucalipto junto com a DRT, **problema de às vezes não querer assinar a carteira do trabalhador, tinha uns cai duro lá dentro e não queriam que a gente fiscalizasse...** A gente acionava lá em Salvador, eles vinham, e aí eu ia junto com a DRA, porque eu conheço a área, de Araçás, Aramari, Ouriçangas, essas área toda aí, Inhambupe, eu conheço tudo.⁶⁸

As narrativas contadas e os estudos historiográficos revelam que a ocupação de terras em Alagoinhas/BA é marcada pelo racismo fundiário, que como designou Gomes (2019, ps. 3 e 4), trata-se de um conjunto de “ações violentas dos(as) brancos(as) contra os corpos, as culturas, os territórios e bens ambientais de negros(as) e índios(as)”, articuladas no ordenamento jurídico e nas políticas estatais, que desconsideram e eliminam as suas cosmovisões em função da expansão de empreendimentos predatórios, tal como foi, outrora, a produção açucareira, e hoje é a eucaliptocultura.

Em síntese, os sujeitos que continuam sendo afetados por esse processo no

⁶⁸ Entrevista concedida pelo entrevistado Sipriano. Entrevista Semidiretiva I. [agosto/2021]. Entrevistadora Ariane Pereira Santos. Alagoinhas, 2021. (19 min 15 seg).

campo são sempre os mesmos: negros(as), indígenas, e a população não branca no geral, que vive ou depende, de alguma forma, da agricultura familiar, como os(as) feirantes Sipriano, Gilson e Luciana. Neste contexto, a informalidade no trabalho aparece como produto das relações históricas de poder estabelecidas ao longo dos anos no campo, pois ao contrário do que o discurso do agronegócio quer fazer acreditar, a chegada dessas empresas não representou nenhuma mudança no quadro ocupacional desses sujeitos em Alagoinhas.

3 MEMÓRIAS DO TRABALHO: O TRABALHO INFORMAL NA CIDADE DE ALAGOINHAS/BA

Neste capítulo pretendo compreender e interpretar a formação do mercado de trabalho no Brasil, enfatizando a raça como elemento central, apresentar as explicações em torno do chamado trabalho informal e expor um pouco da história da informalidade da cidade de Alagoinhas a partir da ocupação na feira.

3.1 A CENTRALIDADE DA RAÇA NA FORMAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO E A CONSTRUÇÃO DO INFORMAL

Nesta seção, proponho - a partir da exposição dos pensamentos de outros(as) pesquisadores(as) e assim como estes(as) - escrever a história da formação do mercado de trabalho brasileiro partindo da raça como categoria central nesse processo com o intuito de entender a construção do dito informal. Então, parto da perspectiva de que a formação da classe trabalhadora brasileira se deu inicialmente a partir da subjugação dos sujeitos racializados que se estabeleceu com a chegada dos europeus na América.

Segundo Quijano (2005), a formação do que hoje se entende por América ocorreu com a imposição de formas diversas de controle do trabalho e da produção, tais como a escravidão, a servidão, a reciprocidade e o salário, que coexistiram em um mesmo período, e foram organizadas com a finalidade de produção de mercadorias para o mercado mundial, tornando-se, em decorrência dessa articulação e finalidade, formas sociológica e historicamente novas de exploração do trabalho. Desse modo, formaram um novo padrão de controle do trabalho e um novo padrão de poder que configuraram um novo sistema: o capitalismo.

A colonização da América gerou novas identidades históricas à ideia de raça, pois os colonizadores europeus logo impuseram o trabalho não pago às raças dominadas, consideradas por eles como raças inferiores. Não foi à toa que o vasto genocídio dos povos originários nas primeiras décadas da colonização ocorreu principalmente em razão do trabalho compulsório realizado pelos indígenas até a morte (QUIJANO, 2005).

Nesse sentido, as novas identidades históricas em torno da categoria raça, enquanto produtos da colonização, conformaram a divisão global do trabalho. Isso quer dizer que as formas de exploração do trabalho existentes estavam (e estão) intimamente associadas à classificação racial dos sujeitos, sendo que o controle de

um formato particular de exploração do trabalho pode ser também o controle de um determinado grupo de sujeitos dominados (QUIJANO, 2005).

Quijano (2005) destaca que o cristianismo produziu uma concepção dualista de ver o mundo, opondo, por exemplo, o corpo da alma, resultando na valorização da alma/razão, em detrimento do corpo que se tornou objeto de repressão. A secularização burguesa do pensamento cristão produziu uma lógica de raciocínio dualista que, por meio do pensamento de Descartes, em especial, que opunha razão/sujeito do corpo.

Do ponto de vista eurocêntrico, portanto, determinadas raças eram consideradas como inferiores por não serem vistas como sujeitos racionais, sendo passíveis da exploração e dominação, tais como foram considerados(as) os(as) indígenas, negros(as) africanos(as) e outros sujeitos não brancos. Foi assim que os colonizadores europeus fizeram parecer natural que os sujeitos racializados se submetessem a relações de trabalho não remuneradas, como foram a escravidão, a servidão, entre outras.

Esse processo de dominação racial vinculada a alguns tipos específicos de exploração do trabalho, e justificada na concepção de inferioridade dos sujeitos não brancos, ocorreu de formas distintas nos países da América Latina. No Brasil, o fim do regime escravista não possibilitou a incorporação destes sujeitos no chamado trabalho assalariado, gerando a precarização do trabalho dos mesmos.

A preocupação com aumento dos crimes e rebeliões organizadas pelos(as) escravizados(as), somado ao discurso de inaptidão do(a) negro(a) para o trabalho assalariado, embasado no racismo científico, fez com que o projeto de imigração de brancos para o Brasil para serem incorporados no trabalho assalariado fosse colocado em prática pelo poder político brasileiro. A imigração e a introdução do trabalho assalariado para os brancos ocasionaram, como consequência, a exploração do trabalho dos sujeitos libertos, que desprovidos de outros meios de subsistência, acabavam se submetendo a condições revigoradas de trabalho análogas à escravidão.

A proibição do tráfico internacional de negros(as) africanos(as) fez surgir no Brasil uma espécie de tráfico nacional de sujeitos escravizados(as) do Nordeste - região que estava economicamente estagnada naquele período - para o Sudeste. Por essa razão, no momento da abolição do regime escravista, enquanto a elite econômica do Sudeste se preocupava com a imigração europeia que substituiria o

sujeito escravizado no processo produtivo, na região Nordeste, já havia uma população composta de sujeitos livres negros(as), incorporados(as) nos processos do trabalho das fazendas, submetidos(as) às relações de trabalho análogas à escravidão.

Neste sentido, Gonzalez (1979) evidencia que o racismo gerou no Brasil uma divisão racial do trabalho, na medida em que, nas regiões subdesenvolvidas, estabeleceu formas de exploração do trabalho bem semelhantes à escravidão, tais como foram a meação, o cambão, a parceria, entre outras, enquanto que aos(as) imigrantes brancos(as) no Sudeste permitiu a incorporação no trabalho assalariado. O racismo é, portanto, elemento fundamental para entender a formação da estrutura de classes e estratificação social que se estabeleceu no Brasil, sem as quais o sistema de produção capitalista não teria se desenvolvido.

É a partir desse raciocínio que Gonzalez (1979) sustenta que a massa marginal constituída por: pessoas ocupadas pelo capital industrial competitivo, instável e dependente do capital monopolista; sujeitos ocupados em atividades terciárias de baixa remuneração ou não ocupados; e, por fim, trabalhadores(as) que de maneira direta ou indireta estão submetidos(as) ao capital comercial, voltado para produção e comercialização de produtos e bens primários, é, sobretudo, constituída pelo povo negro no Brasil.

Gonzalez (1979) observa que opressão racial beneficia inclusive os(as) brancos(as) que compõem a classe trabalhadora, pois na medida em que os(as) brancos(as) capitalistas superexploram os trabalhadores(as) negros(as) e indígenas, e os(as) trabalhadores(as) brancos(as) acabam ocupando posições mais privilegiadas na estrutura de classes brasileira, de forma que mesmo tendo as mesmas origens, recursos, educação etc., estão em uma situação favorável, em virtude da formação racista do mercado de trabalho brasileiro.

Essa massa marginal a que se refere González, composta predominantemente por pessoas negras e indígenas, é o que vai formar o setor informal. Neste sentido, a informalidade no trabalho, enquanto relação de trabalho sem qualquer tipo de proteção social, decorre da forma como o mercado de trabalho se estruturou no Brasil, excluindo principalmente o povo negro e originário do trabalho assalariado e da proteção social da legislação trabalhista.

Em um estudo sobre a situação de informalidade do trabalho de vendedores(as) ambulantes na cidade de Salvador, Queiroz (2017) explica que todas as pesquisas

iniciais acerca da informalidade no trabalho apontaram-no como um fenômeno típico da periferia do capitalismo, isto é, dos países subdesenvolvidos. Evidencia ainda que os termos “formal” e “informal” surgem como substitutos dos chamados “setor tradicional” e “setor moderno”, sendo o setor informal visto como fenômeno moderno, que se originou do processo de urbanização.

Ao longo dos anos, o Brasil passou por várias tentativas de desenvolvimento por parte do Estado. Segundo Queiroz (2017), a primeira delas começou em 1930 com a política econômica de Vargas designada de “substituição das importações”, considerado como nacional-desenvolvimentista, mas que manteve as relações de dependência econômica do Brasil com os países centrais. Em seguida, tiveram as fases do desenvolvimentismo de JK, do desenvolvimento autoritário modernizante (1965 a 1975), e o chamado neodesenvolvimentismo já no século XXI. Porém, evidencia que a introdução do trabalho assalariado com proteção social se deu condições tardias e limitadas no Brasil, e os projetos desenvolvimentistas produziram enormes contrastes nas condições de trabalho dos(as) trabalhadores(as) brasileiros(as) em relação às regiões, ao trabalho rural e urbano, industrial e do setor de serviços, qualificado e não qualificado, assalariado e autônomo, formal e informal.

Na década de 1930, a industrialização das grandes cidades, somada à alta concentração fundiária no campo, com a conseqüente expulsão e proletarização dos(as) trabalhadores(as) rurais, ocasionou um grande movimento migratório de mão-de-obra para os centros urbanos. Esse movimento ocorreu do campo para as cidades, não se limitando aos centros urbanos das regiões mais industrializadas, como também às metrópoles regionais (THEODORO, 2004).

Theodoro (2004) explica que a regulamentação do trabalho realizada pelo Estado nesse período teve como objetivo constituir uma força de trabalho apta a ser incorporada à dinâmica industrial em desenvolvimento. Essa legislação, porém, abarcou uma parcela minoritária da população, sendo omissa quanto às relações de trabalho não inseridas nessa dinâmica.

Em 1970, a maior parte do povo brasileiro passou a se concentrar nas cidades, o que tornou os centros urbanos espaços de grandes contradições sociais, marcados pelo crescimento desordenado de favelas e da periferia (QUEIROZ, 2017). A migração de sujeitos marginalizados do campo para as cidades só fez agravar o problema da mão-de-obra nos centros urbanos, que incorporou esses sujeitos no chamado setor informal.

Nesse sentido, Queiroz (2017) aponta que na década de 1970 o setor informal foi conceituado como um campo econômico considerado arcaico ou tradicional, que existia principalmente nos países subdesenvolvidos, em contraste com o setor moderno da economia que exigia a formalização das relações de trabalho. Somente a partir de 1980, com a reestruturação produtiva do capital e paradoxal aumento da informalização das relações de trabalho, a noção de informalidade se tornou objeto de estudo de diversas correntes da economia.

Na perspectiva de Marini (1973), o desenvolvimento do sistema capitalista apenas foi possível em razão da inserção de países colonizados na economia global como fornecedores de bens primários essenciais ao desenvolvimento industrial dos países dominantes. A exploração do trabalho a partir da escravização de negros(as) e indígenas pelo senhorio rural brasileiro permitiu a produção e exportação desses produtos a baixos custos, inserindo o Brasil na dinâmica do capitalismo mundial, como economia dependente, e conformando o mercado de trabalho em função das necessidades dos países de capitalismo central.

A este respeito, sustenta Quijano (2005, p. 123) que

Os senhores brancos latino-americanos, donos do poder político e de servos e de escravos, não tinham interesses comuns, e sim exatamente antagônicos aos desses trabalhadores, que eram a avassaladora maioria da população dos novos Estados. E enquanto na Europa e nos Estados Unidos a burguesia branca expandia a relação social chamada capital como eixo de articulação da economia e da sociedade, os senhores latino-americanos não podiam acumular seus muitos benefícios comerciais comprando força de trabalho assalariada, precisamente porque isso ia contra a reprodução de sua condição de senhores. E destinavam esses benefícios comerciais ao consumo ostentoso das mercadorias produzidas, sobretudo, na Europa.

Desse modo, a relação de dependência entre o senhorio rural brasileiro e os países dominantes se deu naquele momento principalmente porque “a colonialidade de seu poder levava-os a perceber seus interesses sociais como iguais aos dos outros brancos dominantes” (QUIJANO, 2005, p. 123), impossibilitando que estes pudessem transformar o capital comercial em capital industrial, visto para isso precisavam libertar os sujeitos escravizados e transformá-los em trabalhadores assalariados.

Marini (1973) denota que por estarem inseridos numa troca desigual com os países nos quais a industrialização estava sendo desenvolvida, os senhores brasileiros compensavam as suas perdas a partir da supexploração da força de trabalho, que se expressava em formas de exploração como foram a escravidão e a servidão. Assim também aconteceu no período posterior à abolição, pois no momento

em que foi necessário libertar os sujeitos escravizados, não foi para incorporá-los no trabalho assalariado, mas sim para substituí-los por trabalhadores(as) imigrantes brancos(as), transformando os primeiros em mão-de-obra disponível para todos os tipos de exploração, já que desprovidos de terra e outros meios de existência, tiveram que se submeter a relações de trabalho tão precárias quanto havia sido a escravidão.

Neste sentido, Souza (2019) enfatiza que o subdesenvolvimento dos países de economia dependente se reflete nos mais variados níveis da vida econômica, social, política e cultural e também gera internamente processos desiguais entre as regiões que os compõem, de modo a determinar a finalidade da terra e as formas de exploração do trabalho em resposta às necessidades dos interesses dos países dominantes.

Desse modo, a forma de inserção do Brasil na dinâmica do capitalismo global, enquanto economia dependente, acarretou a manutenção da desigualdade e da pobreza, que atingiu principalmente os(as) negros(as), e indígenas, os(as) quais tiveram que se submeter a condições extremamente precárias de trabalho para subsistir (SOUZA, 2019).

A informalidade no trabalho - enquanto forma de superexploração - é produto de um conjunto de circunstâncias relacionadas à manutenção das condições materiais do colonialismo e da dependência econômica do Brasil, que permitam a exploração dos sujeitos dominados em função dos interesses de capitalistas nacionais e internacionais, tendo o Estado como figura articuladora desses interesses. Destaco a atuação do Estado como fundamental, primeiro porque aboliu a escravidão sem dar qualquer perspectiva aos(as) ex-escravizados(as) de incorporação no mercado de trabalho como trabalhadores(as) livres, segundo porque não propiciou qualquer meio de existência a esses sujeitos, possibilitando o acesso desse povo aos meios de produção, como a terra.

Quijano (2005, p. 124) sugere que na América Latina “a colonialidade do poder baseada na imposição da ideia de raça como instrumento de dominação foi sempre um fator limitante destes processos de construção do Estado-nação baseados no modelo eurocêntrico”, uma vez que esses países aderiram ao modelo europeu de formação do Estado-nação para sociedades hierarquicamente e racialmente organizadas em torno de relações coloniais.

Assim, não é nenhuma surpresa que o Estado continue sendo o maior responsável pela aniquilação de sujeitos negros e das nações originárias da própria

concepção de cidadania, visto que “a forma de inserção no mercado de trabalho é definidora da cidadania dos indivíduos no país, na medida em que, é regulada pela condição trabalhista” (QUEIROZ, 2017, p. 107), pois para além da remuneração, o emprego permite aos(as) trabalhadores(as) direitos sociais, dentre eles, a seguridade social.

Na dinâmica de acumulação do capital que demarca as posições centro/periferia ou imperialismo/dependência, a concepção de que os países subdesenvolvidos são países de segunda, ou do terceiro mundo, se fundamenta na ideia de que os(as) trabalhadores(as) destes países são também inferiores, de segunda, que podem ser submetidos à relações de exploração como foi a escravidão, e que num contexto de superexploração, não têm qualquer direito no que se refere à manutenção e reprodução da vida (SOUZA, 2019).

De acordo com Theodoro (2004), no Brasil, a existência de ocupações informais possibilitou o funcionamento do sistema de emprego, fornecendo ao mercado de trabalho um excedente de mão-de-obra ainda mais barata e disponível para exploração fora da proteção social que a legislação trabalhista e/ou previdenciária.

Conforme os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), em fevereiro de 2021 foram registrados 39.186.610 empregos formais. Por outro lado, os dados divulgados pelo Ministério da Economia, em maio de 2021, registram que, no mesmo mês de fevereiro, a população economicamente ativa totalizou cerca de 100.322.000 pessoas.

Esses dados demonstram que até os dias atuais o trabalho assalariado não contempla uma parte significativa das pessoas, que se inserem no mercado de trabalho não só por meio de ocupações tradicionalmente informais, como é o caso dos(as) feirantes, vendedores(as) ambulantes, entre outros, como também através relações de trabalho informais vinculadas aos contratos atípicos decorrentes da reestruturação produtiva do capital de acumulação flexível, que vem se ampliando com o avanço do neoliberalismo, como é o caso dos prestadores(as) de serviços, trabalhadores(as) de aplicativo e outros.

Esse contingente de trabalhadores(as) brasileiros(as) inseridos em relações de trabalho sem direito a qualquer tipo de proteção social é resultado histórico da forma como o país serviu, enquanto colônia, e continua servindo, enquanto país periférico de economia dependente, à dinâmica capitalista global, a partir da condição de superexploração do trabalho de parte considerável do povo(QUEIROZ, 2017).

A concentração populacional nas cidades, muitas vezes em condições precárias de habitação, com tanta terra sem cumprir função social, é uma contradição que coloca sujeitos, como os(as) feirantes neste trabalho entrevistados(as), em situação de informalidade, sem qualquer direito à proteção social, quando poderiam estar produzindo alimentos em um regime de agricultura familiar. A narrativa de Luciana revela o quanto o acesso à terra pode impactar positivamente a vida do trabalhador(a) do campo, uma vez que a própria finalidade de uso da terra é garantir o modo de vida e a existência da família.

Mas tem a da, lá de minha mãe, da roça lá de minha mãe que é terreno de herança, sabe? Que eu trago sempre aipim, andu, esses negócio, a gente tudo plantado lá. Aí às vezes já trago, já colho lá e trago pra cá. Direto. Hoje mesmo vai vim umas laranja de lá. **É pouquinho as laranjeira que a gente tem lá. Mas já é na nossa roça, já não vai contar, tá entendendo? Já pensou se eu já tivesse uma roça grande pra colher tudo de minha roça?** Aí o lucro já era bem maior pra gente. Mas como a terra lá também tem gente plantando, na de minha mãe, é pequena, num é essa terrona. Mas o pouco que a gente pode fazer a gente tá sempre fazendo. Plantando, colhendo...⁶⁹

Porém, até mesmo os(as) agricultores(as) familiares, que produzem os alimentos que chegam às mesas das famílias brasileiras, estão cada dia mais sendo atingidos(as) pelos empreendimentos predatórios no campo que servem aos interesses do capitalismo global. Essa realidade escancara que a questão agrária ainda é uma pauta fundamental para o desenvolvimento de melhores condições de trabalho aos(as) brasileiros(as), pois é a concentração fundiária do país que permite a manutenção da situação de dependência da economia brasileira em relação aos países de capitalismo central.

Mais uma vez, qual é a cor dos(as) trabalhadores(as) que compõem o setor informal? A ausência de ação política em dar qualquer proteção social aos(as) trabalhadores(as) que estão em ocupações informais evidenciada na história de formação do mercado de trabalho brasileiro, o qual incorporou brancos(as) imigrantes no trabalho assalariado, excluindo todo o restante do povo dos direitos mínimos que garante a legislação trabalhista, revela a atuação racista do Estado brasileiro ao longo da história. Esse cenário expõe a situação do trabalhador(a) negro(a) e indígena, que teve e continua tendo os seus direitos negados pelo Estado.

⁶⁹ Entrevista concedida pela entrevistada Luciana. Entrevista Semidiretiva II. [setembro/2021]. Entrevistadora Ariane Pereira Santos. Alagoinhas, 2021. (38 min).

A história do(a) negro(a) e indígena no Brasil foi construída por meio de uma narrativa que nega a estes sujeitos a condição de classe trabalhadora, formada a partir do escravismo colonial. Essa mesma narrativa tenta ocultar as lutas destes sujeitos contra as formas de exploração de trabalho impostas pelo colonialismo, em diversos momentos da história, seja como quilombola, como camponês, ou como ganhador(a) ou escravo(a) de ganho.

Em um estudo sobre a organização do trabalho e vivências do(a) escravo(a) de ganho em Salvador/BA, Reis (2019) destaca que a primeira greve de trabalhadores(as) realizada no Brasil foi feita pelos ganhadores(as), negros(as) escravizados e libertos(as) que trabalhavam nas ruas na circulação de objetos, produtos e pessoas, os quais constituíam o mercado de trabalho informal. Esses(as) trabalhadores(as) se organizavam em cantos, agrupamentos étnicos, onde os(as) ganhadores(as) se reuniam para oferecer determinados serviços em áreas estratégicas da cidade.

De acordo com Reis (2019), a mobilização que ocorreu em 1857 foi produto de uma série de posturas municipais que tiveram o intuito de exercer o controle e a vigilância sobre os(as) trabalhadores(as) negros(as), diante do temor às rebeliões que vinham acontecendo, como foi a Revolta dos Malês em 1835. Os(as) ganhadores(as) mobilizaram a greve por meio de formas de organização do trabalho marcadas por elementos étnico-culturais dos(as) africanos(as) que davam sentido à ideia de nação africana no cotidiano dos territórios de trabalho e nos momentos de acirramento com o sistema colonial, como foi a Revolta dos Malês e também a greve organizada por esses(as) trabalhadores(as).

A greve negra e muitos outros levantes dos trabalhadores(as) negros(as) contra o colonialismo foram ocultados no processo de superexploração ao qual esses povos estiveram submetidos enquanto a elite branca brasileira tentava se integrar à dinâmica do capitalismo global. Neste sentido, Souza (2019, p. 225) explica que

A necessidade de construir uma sociedade coesa, com uma massa de proletariado subordinada, fez com que a classe dominante buscasse apagar a histórica do negro escravizado, constituindo a ideia de um negro a-histórico, passivo e positivo dentro da sociedade escravista. Ou considerando como meras exceções as atitudes de resistências.

Para Souza (2019), todas lutas engendradas pelo povo negro foram inferiorizadas, em um memoricídio que teve efeitos profundos na construção ideológica do(a) trabalhador(a) negro(a) no período posterior à escravidão. A sua

memória-história de luta ancestral foi deformada no processo de genocídio, tendo esse trabalhador(a) negro(a) que aprender a ser mão-de-obra dentro dos moldes impostos pelo capitalismo em cada uma de suas fases.

3.2 “A GENTE TRABALHA DE TUDO”⁷⁰: A INFORMALIDADE EM ALAGOINHAS/BA E A OCUPAÇÃO NA FEIRA

Como vimos no capítulo anterior, no período que antecedeu a abolição do regime escravista no Brasil, enquanto na região Sudeste a economia ainda se encontrava completamente dependente da mão-de-obra escravizada, a região Nordeste, em geral, já havia incorporado grande parte dos sujeitos livres de cor e libertos no trabalho das grandes fazendas. A crise que afetou o Nordeste fez com que os fazendeiros da região vendessem os sujeitos escravizados para o Sudeste, o que gerou diferenças no que tange às formas de exploração do trabalho nestas regiões.

Na década de 1860, as tensões causadas pelo movimento abolicionista, as revoltas, as fugas, os furtos engendrados pelos(as) escravizados(as) e a libertação que já vinha ocorrendo gradualmente, fez com que as autoridades locais de Alagoinhas voltassem a sua preocupação para a manutenção da ordem, o que significava a perseguição aos sujeitos enquadrados como vadios (SANTANA, 2015).

A partir de análise do censo demográfico de 1872 dos municípios de Alagoinhas e Inhambupe, Santana (2015) observa que a maioria das pessoas livres ou libertas de cor (pretas e pardas) de Alagoinhas e Inhambupe estavam inseridas no trabalho na lavoura ou, pela classificação do censo como “sem profissão”. Desse modo, as autoridades locais passaram a considerar a roça para o autoconsumo e quaisquer outras formas de autosustento diferentes do trabalho nas fazendas dos grandes proprietários como vadiagem ou ociosidade.

Assim como aconteceu aos(às) ganhadores(as) em Salvador/BA, que foram submetidos(as) a várias restrições no trabalho exercido nas ruas, todas as práticas culturais e organizações formadas pelo povo negro começaram a ser rigidamente controladas em virtude das rebeliões que vinham acontecendo no momento que antecedeu a abolição. Em Alagoinhas, a política de controle desse povo se dava com o intuito principal de manter as relações paternalistas no campo, isto é, a dependência dos(as) trabalhadores(as) negros(as) e indígenas, em relação aos donos de terras,

⁷⁰ Entrevista concedida pelo entrevistado Gilson. Entrevista Semidiretiva IV. [outubro/2021]. Entrevistadora Ariane Pereira Santos. Alagoinhas, 2021. (16 min 33 seg).

facilitando a utilização de diversas formas de trabalho compulsório por estes últimos (SANTANA, 2015).

Nesse sentido, Santana (2015) expõe que em Alagoinhas a crise no sistema escravista não provocou o aumento do trabalho livre assalariado, mas ampliou o uso de diferentes formas de exploração do trabalho não livre, não assalariado, coagido, análogo à escravidão, entre outros. No campo, as práticas de meação, da terça, do foro, do cambão, não só persistiram, como passaram a ser extensivamente utilizadas.

Na meação, o(a) trabalhador(a) rural dava ao proprietário da terra metade do que produzia na plantação; na terça, entregava a terça parte da produção; no foro, o trabalhador(a) além de pagar pelo uso da terra, também dava uma parte do que produzia ao proprietário pelo preço que ele estabelecia; no cambão, o(a) trabalhador(a) pagava pelo uso da terra, trabalhando por dias de forma não remunerada para o proprietário (SANTANA, 2015). Esse histórico empurrou a massa de trabalhadores(as) rurais negros(as) e indígenas para a pauperização, uma vez que, diante da crise do açúcar, as relações no campo se tornaram cada vez mais precárias.

Por outro lado, as transformações urbanas que ocorreram em Alagoinhas a partir da segunda metade do século XIX, em razão da instalação da estação ferroviária, impulsionaram as atividades mercantis na cidade. Lima (2010) observa que entre os anos de 1872 e 1892 o município teve um aumento de 7.503 habitantes. Em 1872, a cidade possuía 21.739 habitantes, e em 1892, esse número aumentou para 29.242.180 habitantes.

Nesse período, o comércio passou a ser um dos principais atrativos de Alagoinhas e a diversificação dessa atividade econômica impulsionou as principais transformações ocorridas no espaço da cidade, incorporando diversos sujeitos no trabalho urbano. A respeito dos sujeitos que compunham o comércio da cidade de Salvador, Queiroz (2017) observa que a posição que cada um ocupava nas relações de troca seguia a uma classificação desses sujeitos pela posse de meios de produção, capital e trabalho que possuíam.

A ausência de oferta de trabalho assalariado nas cidades para a parcela considerável de trabalhadores(as) negros(as) e indígenas favorecia a inserção destes(as) em atividades mercantis, ainda mais numa cidade com um dinâmico mercado comercial como Alagoinhas. Como não possuíam bens ou capital, esses sujeitos acabavam se inserindo nesse mercado como trabalhadores(as) por conta própria, como vendedores(as) ambulantes, mascates, atravessadores, feirantes, entre

outras ocupações.

De acordo com Santos (2018), no Brasil, por muito tempo, as feiras livres foram os locais onde o povo costumava comprar os alimentos de origem agrícola e outros artefatos essenciais, tendo grande importância econômica para a atividade comercial de muitas cidades. Inclusive, durante o período colonial, as feiras livres eram organizadas principalmente próximas dos portos marítimos, locais onde chegavam e saíam produtos. No caso de Alagoinhas, a feira inicialmente formada na antiga sede da cidade foi transportada para os entornos da estação ferroviária, especialmente devido à circulação de produtos que ali acontecia, lugar onde se mantém até os dias atuais.

Embora o modelo de feira livre desenvolvido no país tenha se baseado em padrões europeus, este foi moldado pelas realidades locais e pelas pessoas que a constituíam, sendo enriquecido pela cultura dos povos indígenas e africanos que aqui chegaram, pois as feiras e os mercados são locais de muita importância para a história da África (SANTOS, 2018). Nesse sentido, a feira é um local que recebeu fortes influências das práticas tradicionais dos povos originários e negros(as).

Atualmente, a feira de Alagoinhas é um território do trabalho composto majoritariamente por pessoas negras(as). Falo de território no trabalho enquanto noção construída para tratar do espaço ocupado por trabalhadores(as) informais, como uma nova forma de cantos de trabalho na contemporaneidade (QUEIROZ, 2017). A feira é um desses cantos, onde esses(as) trabalhadores(as) se organizam para trabalho e também constroem as suas identidades socioculturais enquanto sujeitos.

O fato de que a maior parte dos(as) feirantes entrevistados(as) foi introduzida no trabalho na feira desde a infância, através dos familiares, ou também por meio das atividades informais relacionadas com a agricultura, como diaristas por exemplo, revela que esses sujeitos nunca foram incorporados(as) no trabalho assalariado, sendo exceções aqueles(as) que tiveram relações de trabalho com carteira assinada em algum momento da vida. Além disso, as entrevistas demonstraram que a ocupação informal na feira não é uma condição temporária, visto que todos(as) os(as) entrevistados(as) relataram terem anos exercendo o ofício de feirante.

Em um estudo sobre as condições de trabalho na feira da cidade em Ananindeua (PA), Fiel e Trindade (2019) evidenciaram que, enquanto parte do setor informal, a feira representa uma forma de economia mercantil simples, baseada na troca da força

de trabalho e mercadorias de autoconsumo ou reprodução do(a) trabalhador(a), por meio de uma relação monetária, e também produz formas não necessariamente capitalistas, como as relações de trabalho de subordinação familiar, mas também com a utilização do emprego assalariado flexível em alguns casos. Neste estudo, as entrevistas com os(as) feirantes revelaram que, na maioria dos casos, têm ajuda da família nas atividades exercidas na feira, tendo formas de organização do trabalho baseadas na solidariedade entre os(as) familiares.

Fiel e Trindade (2019) apontaram ainda que os sujeitos que compõem essa forma de economia mercantil simples se relacionam não só com empresas fornecedoras de produtos agrícolas de maior porte, como também com produtores de agricultura familiar e pequenos produtores artesãos. No caso da feira de Alagoinhas, os(as) feirantes informaram que adquirem os produtos com fornecedores de outras cidades, principalmente entre os feirantes que residem na zona urbana, mas também alguns(umas) adquirem com agricultores(as) familiares da zona rural, sendo mais comum entre os(as) residentes do campo.

Os(as) feirantes cumprem um papel importante para o sistema de produção capitalista: fazer circular as mercadorias produzidas. Esses gastos com a circulação tem um custo fixo para os produtores, pois estes não têm qualquer despesa com a mão-de-obra, e as condições e organização do trabalho na feira, marcadas pelas extensas jornadas de trabalho e emprego do trabalho familiar, assim como a ausência ou redução de despesas também com as barracas, o transporte dos produtos etc., arcadas, muitas vezes, pelos(as) próprios(as) feirantes ou cedidos pelo Estado, permite que a extração da mais-valia⁷¹ dessa forma de trabalho ocorra em condições comerciais menos custosas para o capital (FIEL; TRINDADE, 2019). É nesse sentido que aponto que a ocupação na feira, embora seja uma forma tradicional de trabalho, reflete a condição de superexploração imposta aos(às) trabalhadores(as) negros(as) que predominantemente compõem esse território de trabalho.

Assim, a renda obtida pelo(a) feirante tem relação direta com a quantidade de produtos que consegue vender, porém fica comprometida tendo em vista que tem que arcar sozinho(a) com a maior parte dos custos para a realização do trabalho, como relata Gilson dos Santos (Seu Saci) em sua narrativa, tendo que se submeter a rotinas

⁷¹Para Marx (1971), na produção capitalista, o(a) trabalhador(a) deixa de produzir para si, para produzir para o capital, sendo a mais valia o valor não pago ao trabalhador(a) pelo tempo dedicado nessa produção.

extensas de trabalho para obter algum ganho.

Além disso, há uma parcela de ganho relacionada à transferência de excedentes econômicos dos(as) agricultores familiares que para conseguir vender as suas mercadorias, acabam cedendo uma parte de seus ganhos econômicos (FIEL; TRINDADE, 2019). Esses trabalhadores(as) rurais, que muitas vezes compõem a feira de Alagoinhas, também são afetados(as) pela superexploração, pois assim como os demais, estão inseridos em jornadas intensas de trabalho: no campo, plantando e colhendo os produtos agrícolas, e na feira, vendendo estes alimentos para os(as) clientes. A única diferença é que estes(as) têm um tipo de proteção especial na Previdência Social, tendo alguns direitos, como à aposentadoria destinada aos segurados especiais [a exemplo dos agricultores(as) familiares], a qual os(as) feirantes que não são agricultores(as) não têm acesso.

A respeito das narrativas orais de Luciana Maria, Gilson dos Santos e Sipriano José, observo que o trabalho é central nas histórias de vida destes(as) feirantes e um dos componentes mais marcantes de suas memórias, pois tudo se organiza em torno dele, os laços que estabelecem, as lutas que tomam para si, toda vida ganha sentido a partir do trabalho. A própria identidade cultural desses sujeitos se constrói no mundo trabalho: enquanto feirante(a) e/ou agricultor(a), e enquanto povo negro da roça, mas que também por não possuir terra de grandes extensões, se insere na dinâmica urbana de trabalho como trabalhadores(as) informais, vendedores(as) da feira de Alagoinhas.

A narrativa de Luciana conta a história das mulheres pretas da zona rural que tiveram que se submeter a relações de sujeição no trabalho desde muito cedo no serviço doméstico, sendo as maiores responsáveis pelo trabalho reprodutivo nas famílias brasileiras (GONZALEZ, 1979; GONZALEZ, 1984), e também dos(as) trabalhadores(as) rurais que, desprovidos(as) de terra, “ganhavam o dia” nas roças de outras pessoas. A narrativa de Gilson (Seu Saci) apresenta a história dos homens negros que tiveram as suas trajetórias de vidas determinadas pelo trabalho em diversas ocupações, se inserindo no ofício de feirante principalmente em razão do desemprego e pela necessidade de prover o sustento da família. E a narrativa de Seu Sipriano revela a história dos(as) pequenos(as) agricultores(as) rurais que lutaram durante toda vida contra a mercantilização das terras para produção agrícola predatória e pela manutenção da vida em suas comunidades.

Os elementos comuns dessas três histórias são as vivências na zona rural, a

relação com a terra, o trabalho na roça e na feira, realizados em movimento constante do campo para a cidade e da cidade para o campo, no qual desempenham a função importante de abastecer as cidades com os alimentos do campo, em uma condição de superexploração do trabalho que se expressa nas jornadas extenuantes de trabalho e na ausência de proteção social para uma parte destes(as). A característica comum desses sujeitos é a identidade negra. Todas essas condições perfazem a memória coletiva desses sujeitos.

A discriminação ocupacional que afeta o povo negro e indígena é o que melhor explica essa situação, e o negacionismo branco se expressa na ausência de qualquer política de proteção social dos(as) trabalhadores(as) informais por parte do Estado. Essas condições são reforçadas pelo mito da democracia racial enquanto discurso que distorce a percepção da realidade vivida pela povo negro no Brasil, pois na medida em que se propaga a ideia de que somos todos iguais “perante a lei” e de que o(a) negro(a) é “um cidadão igual aos outros”, em virtude da “lei áurea”, os(as) brancos(as), enquanto grupo dominante, permanecem indiferentes em relação à situação dos(as) negros(as) e indígenas (GONZALEZ, 1979).

É neste sentido que Souza (2019) destaca o racismo, a terra e o trabalho como elementos essenciais para a acumulação de riqueza dos países dominantes e que permitiram (e permitem) a manutenção do capitalismo enquanto sistema. O racismo porque fundamentou e continua sendo fundamento para a superexploração do trabalho, que nega aos(às) negros(as) e indígenas, que compõem o Brasil, os direitos sociais do trabalho, sendo excluídos da proteção social do Estado; o trabalho porque realizado em condições de superexploração; e a terra porque estando monopolizada nas mãos de empresas e latifundiários, desarticula a possibilidade de existência desses sujeitos por meio agricultura familiar.

Destaco, porém, que existem formas de resistências evidenciadas na trajetória de vida de Seu Sipriano, enquanto militante do SINTRAF, participante da associação da comunidade de Conceição e da União das Associações Comunitárias Rurais de Alagoinhas, que continua brigando pelo seu espaço político e pela não mercantilização da terra. Assim como na história de vida de Luciana, que ocupou os espaços a ela negados, concluindo um curso de graduação mesmo com todas as adversidades do trabalho na feira, e que recentemente ocupou um espaço de terras para praticar a agricultura, dando uma função social a uma terra improdutiva. E Seu Saci que apesar de ter sido descartado pelas empresas em razão da sua idade

avançada, se mantém ativo no trabalho na feira, denunciando o descaso do poder público em relação ao espaço da feira. Esses sujeitos, longe de serem passivos, são agentes transformadores(as) da realidade social em curso.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na concepção de Pollak (1992), a memória constitui a identidade dos sujeitos, pois manifesta o sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo. Neste trabalho, destaco as memórias como fontes da história, não só pelas particularidades de cada trajetória de vida que diferenciam um sujeito do outro, mas principalmente pelos elementos comuns dessas histórias, pelo que há de coletivo em cada uma das narrativas.

O que aqui chamo de coletivo é resultado das experiências que vinculam estes sujeitos uns aos outros, e a construção de identidades que são frutos de memórias expressadas em comunidade (HOLANDA; MEIHY, 2007). Nas narrativas apresentadas os elementos comuns, que une as trajetórias destes três feirantes e traça a memória coletiva desses sujeitos, são a relação com a terra e o trabalho na feira. Além disso, uma característica coletiva desses(as) trabalhadores(as) é a identidade negra, visto que todos(as) assim se identificaram no momento da entrevista.

Entendo por memória coletiva a forma como determinado grupo social articula e organiza as lembranças das vivências sociais comuns, a qual pode, muitas vezes, confrontar a racionalidade da história contada pelos(as) historiadores(as), mas também pode elucidar questões que não aparecem nessa história, pois toda história é contada a partir de uma perspectiva ideológica (HALBWACHS, 2003). Nesse sentido, a memória coletiva pode dar outras perspectivas às narrativas oficiais, dando ênfase aos momentos históricos e práticas culturais mais importantes para determinado coletivo de pessoas.

Assim, na tentativa de reconstruir a memória coletiva desses sujeitos enquanto trabalhadores(as) informais da feira de Alagoinhas/BA, e seguindo o raciocínio de Souza (2019), destaco três elementos essenciais que aparecem nas entrevistas e narrativas e que se articulam entre si, para a reprodução social das condições de vida desses trabalhadores(as): o primeiro deles é o racismo, porque é a principal explicação para a negação aos(as) negros(as) e indígenas da condição de sujeitos que possuem direito à terra e ao trabalho em condições dignas; o segundo é a terra, porque é concentrada em Alagoinhas principalmente com aqueles empreendimentos dos quais tratei no Capítulo 2, conforme mostra o alto índice (0,920) de desigualdade de acesso à propriedade rural, assim como mostra o Censo Agropecuário da cidade quando aponta que cerca de 30% das propriedades rurais são florestas plantadas com

espécies exóticas, desestrutando as relações tradicionais de subsistência com a terra do povo que compõe as comunidades rurais da cidade e impossibilitando que estes(as) vivam da agricultura familiar, prática cultural de pelos menos dois dos(as) feirantes entrevistados(as); e o terceiro é o trabalho, porque é imposto na condição de supexploração, marcado por jornadas extensas, reduzidos rendimentos e pouca ou nenhuma proteção social por parte do Estado.

Portanto, o tratamento dos problemas sociais que envolvem a terra e o trabalho, tais como a concentração fundiária e a ausência de proteção social dos(as) trabalhadores(as) informais, como elementos que estão historicamente interligados no Brasil, depende necessariamente do enfrentamento ao racismo, enquanto racionalidade que orienta a atuação estatal e que faz persistir a negação histórica de direitos ao povo negro e originário. Assim, considero imprescindível a redistribuição das terras como reparação histórica a estes sujeitos, por aparecer neste trabalho como elemento fundamental para a transformação das condições de vida dos trabalhadores(as) negros(as) e indígenas do Brasil, bem como o acesso à proteção social no trabalho o qual tem (há muito tempo) o povo branco e assalariado com direito à aposentadoria garantido, ao afastamento remunerado por motivo de saúde, salário mínimo, independente da renda obtida com o trabalho, entre outros direitos que estão destinados a todos(as) os(as) trabalhadores(as) no artigo 7º da Constituição Federal da 1988.

REFERÊNCIAS

ALAGOINHAS. **Decreto nº 2.517, de 18 de julho de 2007**. Institui o regimento interno da Central de Abastecimento do Município de Alagoinhas/BA - CEAB. Disponível em: <<https://www.alagoinhas.ba.gov.br>>. Acesso em 30 set. 2021.

_____. **Lei Orgânica do Município de Alagoinhas-BA**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/lei-organica-alagoinhas-ba> Acesso em: 10 out. 2020.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Agroestratégias e desterritorialização – os direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios**. In O Plano IIRSA na visão da Sociedade Civil Pan-Amazônica. 2009.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste**. 3. ed. São Paulo, Brasiliense, 1973.

ARAÚJO, Mayara Mychella Sena. **A cidade de Alagoinhas na dinâmica da espacialidade funcional urbana da região litoral norte da Bahia**. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda Negra, Medo Branco: O Negro no Imaginário das Elites - Século XIX**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, (267 p.).

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BOMBARDI, Fernanda; PRADO, Luma. **Ações de liberdade de índias e índios escravizados no Estado do Maranhão e Grão-Pará, primeira metade do século XVIII**. Brasiliense. São Paulo, vol. 3, n. 1, pp. 174-199, 2016.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil / Bahia / Alagoinhas**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/alagoinhas/>>. Acesso em 15 nov. 2021.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Portaria nº 407, de 21 de dezembro de 2010**. Dispõe sobre o estabelecimento dos parâmetros de valoração e procedimento de inscrição na Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário, visando à proteção da memória ferroviária, em conformidade com o art. 9º da Lei n.º 11.483/2007. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/portaria4072010alteradaportaria_1722016.pdf>. Acesso em 20 out. 2021.

_____. **Lei nº 8.812, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8212cons.htm>. Acesso em 6 dez. 2021.

_____. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm>. Acesso em 6 dez. 2021.

_____. **Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007**. Dispõe sobre a revitalização do setor ferroviário, altera dispositivos da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11483.htm>. Acesso em 6 dez. 2021.

_____. Ministério da Economia. **Secretaria Especial da Fazenda**. Panorama Macroeconômico: Maio de 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/boletim-macrofiscal/2021/panmacro_spe_mai2021.pdf/view>. Acesso em 15 de nov. 2021.

_____. Ministério do Trabalho e da Previdência. **CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS (NOVO CAGED)**. Estatísticas Mensais do Emprego Formal, Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET). Brasília, 2021. Disponível em:

<<http://pdet.mte.gov.br/novo-caged>>. Acesso em 15 nov. 2021.

ESTRUTURA FUNDIÁRIA. Grupo de Pesquisa Geografar – Universidade Federal da Bahia. Disponível em <<https://geografar.ufba.br/estrutura-fundiaria>>. Acesso em 15 nov. 2021.

FELIPE, Bárbara Raissa de Oliveira. **Quatro décadas de eucalipto em Alagoinhas/BA: ações e medidas de controle, monitoramento e fiscalização do poder público municipal frente à expansão da monocultura na região**. Monografia (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade Federal da Bahia. Bahia, 2021.

FERREIRA, André Luís Bezerra. **Mães das Liberdades: as ações de mulheres indígenas no tribunal da Junta das Missões da Capitania do Maranhão (1720-1757)**. In: V Encontro de Jovens Investigadores em História Moderna, 2017, Coimbra. Resumos das Comunicações dos Participantes. Coimbra: Universidade de Coimbra, v. 1. p. 10-11, 2017.

FIEL, Ewerton Uchoa; TRINDADE, José Raimundo. **Emprego, renda e informalidade: um estudo da feira da cidade em Ananindeua (PA)**. Revista de economia regional, urbana e do trabalho, Natal, vol. 8, n. 1, p. (108-130), 2019.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Galeno de Freitas. 39ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. 307p. Título original: Las venas abiertas de America Latina. (Coleção Estudos Latino-Americanos, v.12).

GOMES, T. E. D. **Racismo fundiário: a elevadíssima concentração de terras no Brasil tem cor**. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/artigos/4669-racismo-fundiario-a-elevadissima-concentracao-de-terras-no-brasil-tem-cor>>. Acesso em 4 out. 2021.

GONÇALVES, Aline Najara da Silva. **UMA CIDADE SEM ESCRAVOS(?): Memória, História e silêncio em Alagoinhas (BA)**. In: XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015, Florianópolis, SC. Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História; Florianópolis: Associação Nacional de História (ANPUH), 2015, (15 p.).

GONZALEZ, Lélia. **Cultura, Etnicidade e Trabalho: Efeitos Linguísticos e Políticos da Exploração da Mulher**. 8º Encontro Nacional da Latin American Studies Association. Pittsburg, 1979.

_____. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje. Anpocs. p.223-244. 1984.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

JULIÃO, Francisco. **Cambão: a face oculta do Brasil**. Recife: Bagaço, 2009.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1994.

LIMA, Keite Maria Santos do Nascimento. **Entre a ferrovia e o comércio: urbanização e vida urbana em Alagoinhas (1868-1929)**. Salvador, 2010. Dissertação [Mestrado] – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

LIMA, Ruy Cirne. **Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas**. 5. ed. Goiânia, GO: EdUFG, 2002.

LOPES, Juliana Araújo. **Quem pariu a América?: trabalho doméstico, constitucionalismo e memória em pretuguês**. Revista Brasileira de Políticas Públicas, Brasília, vol. 10, n. 2, p. (93-123), 2020.

MARINHO, Mônica Benfica; ROCHA, Luiz Carlos. **A feira da cidade de Alagoinhas - Bahia e os desafios da formação para a educação ambiental e lazer**. Revista Metáfora Educacional (ISSN

1809-2705) – versão on-line. Editora Dra. Valdeci dos Santos. Feira de Santana – Bahia (Brasil), n. 19 (jul. – dez. 2015), 2015, p. 119-137. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es>>. Acesso em: 5 out. 2021.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. 1973. Disponível em:<<https://www.marxists.org/>>. Acesso em: 2 nov. 2021.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro terceiro: O processo global da produção capitalista. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974.

_____. **O capital. Livro primeiro: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971. v.2.

MEIHY, José Carlos Sebe B. HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. 1. ed. São Paulo, SP, 2007.

MOTTA, Márcia. “**A grilagem como legado**”. In: Motta, Márcia & Pinheiro, Theo Lobarinhas (org.) *Voluntariado e Universo Rural*. Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 2001, pp. 75-99.

OLIVEIRA, Douglas Mota. **Intelectuais do racismo: A *intelligentsia* jurídica baiana e a construção social do conceito de raça no pós-abolição**. Monografia (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade Federal da Bahia. Bahia, 2019.

OLIVEIRA, Meire Lúcia Cardoso. **Os impactos ambientais e socioeconômicos decorrentes da implantação da cultura do eucalipto no Litoral Norte da Bahia**. Monografia (Graduação em Economia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social. Estudos históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PREFEITURA DE ALAGOINHAS. **Histórico**. Disponível em: <<https://www.alagoinhas.ba.gov.br/index.php/historico/>>. Acesso em: 10 de out. 2021.

QUEIROZ, Adriana Franco de. **Do Direito à Cidade para o Direito ao Trabalho: ocupação e expropriação de “territórios de trabalho” de vendedores ambulantes em espaços públicos da cidade de Salvador-Bahia.** 361 f. Tese de doutoramento. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2017.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005a. p. 107-30.

REIS, João José. **Ganhadores: a greve negra de 1857**. 1. ed. São Paulo, SP: Companhia de Letras, 2019.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São. Paulo: Atlas, 2007.

RUQUOY, Danielle. **Situação de entrevista e estratégia do entrevistador**. In: ALBARELLO, Luc et al. *Práticas e métodos de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva, 1997. p. 84-116.

SANTANA, A. H. G. **Conflitos pela propriedade e reordenamento do trabalho em Alagoinhas e Inhambupe (1860-1890)**. Dissertação (Mestrado em História) - Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

SANTOS, Hamilton Rodrigues dos. **Sementes do tempo, colheitas da vida: cultura e trabalho de feirantes no Recôncavo Baiano – Santo Antônio de Jesus (1950-1970)**. 361 f. Tese de doutoramento. de Pós- Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, 2018.

SANTOS, Jandira Dantas dos. **O trabalho do agricultor familiar frente ao avanço da eucaliptocultura no município de Alagoinhas-BA.** 146 f. Tese de doutoramento. Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais e Cidadania, Universidade Católica do Salvador, 2021.

SILVA, L. O. **Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de 1850.** 2. ed. Campinas, SP. Editora Unicamp, 2008.

SOUZA, Cristiane Luíza Sabino de. **Terra, trabalho e racismo: veias abertas de uma análise histórico-estrutural no Brasil.** 265 f. Tese de doutoramento. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, 2019.

SOUZA, Robério Santos. **Tudo pelo trabalho livre! Trabalhadores e conflitos no pós-abolição (Bahia 1892-1909).** Salvador; São Paulo: Ed. UFBA; Fapesp, 2011. (182 p.).

THEODORO, M. **As características do mercado de trabalho e as origens do trabalho informal no Brasil.** In: RAMALHO, J. P., ARROCHELLAS, M. H. (Orgs.). Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil. São Paulo: Cortez; Petrópolis, RJ: Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade, CAALL, 2004. p. 77-111.

THOMPSON, Edward. Palmer. **Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

APÊNDICES

APÊNDICE A - GUIA DE ENTREVISTA I



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
 FACULDADE DE DIREITO
 CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO
 DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II
 PROFESSORA ORIENTADORA: TATIANA EMILIA DIAS GOMES

GUIA DE ENTREVISTA SEMIDIRETIVA PESQUISA SOBRE A OCUPAÇÃO INFORMAL DO(A) TRABALHADOR(A) FEIRANTE DE ALAGOINHAS/BA

Nome do(a) entrevistador(a): Ariane Pereira Santos

Data: _____

Nome do entrevistado(a): _____

Idade: _____

Gênero: () feminino () masculino () outro

Povo com o qual se identifica: () preto/pardo () indígena () branco

Reside em: () zona rural de Alagoinhas/BA, comunidade de Conceição

() zona urbana de Alagoinhas/BA _____

() outro município: _____

Nível de escolaridade: _____

- I. Técnica de coleta de dados: entrevista semidiretiva⁷² de cunho exploratório
- II. Assunto da entrevista: A ocupação informal do(a) trabalhador(a) feirante de Alagoinhas/BA
- III. Entrevistados(as): mulheres e homens feirantes que trabalham vendendo frutas, verduras, legumes e outros produtos alimentícios na Feira de Abastecimento de Alagoinhas/BA
- IV. Objetivos:
 - a) Apresentar as narrativas dos(as) trabalhadores(as) feirantes e estabelecer as intersecções com a história da política de terras e formação do mercado de trabalho e da ocupação informal, na cidade de Alagoinhas/BA;

⁷² O papel do entrevistador, numa óptica semidirectiva, pode ser delimitado nestes termos: segue a linha de pensamento de seu interlocutor, ao mesmo tempo em que zela pela pertinência de afirmações relativamente ao objectivo da pesquisa, pela instauração de um clima de confiança e pelo controle do impacte das condições sociais de interacção sobre a entrevista. (RUQUOY, 1997, p. 95)

- b) Analisar as categorias raça, gênero e classe em relação ao acesso à terra e ao emprego em Alagoinhas/BA;
 - c) Identificar como o direito aparece nas narrativas dos(as) trabalhadores(as) feirantes;
 - d) Narrar as perspectivas dos(as) trabalhadores(as) acerca da ocupação informal e expectativas no que diz respeito à proteção social, acesso à terra e acesso ao emprego e/ou trabalho em condições dignas;
- V. Justificativa da seleção das pessoas entrevistadas⁷³:
- a) Os(as) feirantes que vendem frutas, verduras, legumes e outros produtos alimentícios, especialmente aqueles(as) que não exercem a função de agricultores(as), foram escolhidos(as) para serem entrevistados(as) devido à natureza informal de suas ocupações, pois não estão abrangidos por qualquer sistema de proteção social do trabalho ou previdenciário, mas cumprem o propósito importante de fazer circular os alimentos de origem do campo. Estes(as) trabalhadores(as), em suas narrativas orais, podem trazer detalhes importantes sobre a relação a ser estabelecida entre terra e trabalho, não captados pela história oficial da política de terras e organização do trabalho na cidade de Alagoinhas/BA.
- VI. Procedimento de seleção de amostragem: utilização de variável estratégica – a função ocupada pelo(a) entrevistado(a), especificamente ligadas ao objeto em investigação, em detrimento das variáveis clássicas (sexo, idade etc.)
- VII. Modo de intervenção
- 1. Condições metodológicas
 - a) relação direta verbal
 - b) entrevista provocada pelos(as) investigadores(as)
 - c) entrevista para fins de investigação acadêmica
 - d) entrevista baseada em um guia de entrevista fracamente elaborado, seguindo o curso do pensamento dos(as) entrevistado(as), que se exprime livremente
 - e) entrevista numa perspectiva intensiva
 - 2. Condições técnicas
 - a) Preferencialmente, usar um gravador de voz e depois realizar a transcrição da entrevista.

⁷³ Nos estudos qualitativos, interroga-se um número limitado de pessoas, pelo que a questão da representatividade, no sentido estatístico do termo, não se coloca. O critério que determina o valor da amostra passa a ser a sua adequação aos objectivos da investigação, tomando como princípio a diversificação das pessoas interrogadas e garantindo que nenhuma situação importante foi esquecida. [...] os indivíduos não são escolhidos em função da importância numérica da categoria que representam, mas antes devido ao seu caráter exemplar. (RUQUOY, 1997, p. 103)

- b) Se não houver gravador, esforço para registrar ao máximo todas as palavras ditas pelo(a) entrevistado, sem distorcer o sentido.

VIII. Guia de entrevista fracamente elaborado⁷⁴

1. Eixo temático preliminar: objetivos da investigação, o quadro institucional, o modo de seleção dos entrevistados, a duração, o papel do entrevistador, que não emite opiniões, mas escuta e questiona.
2. Início da entrevista
 - a) Questão indutora: Poderia me contar há quanto tempo trabalha como feirante? Como foi que se tornou feirante?
3. Corpo da entrevista
 - a) Questão indutora: Poderia me contar se em sua família existiram outras pessoas que trabalharam como feirantes? Se sim, pode contar como começaram a exercer essa função?
 - b) Questão indutora: Por favor, fale-me sobre os desafios e dificuldades encontradas em sua ocupação...
 - c) Questão indutora: Fale-me como é a sua rotina de trabalho...
 - d) Questão indutora: Quais são os produtos que vende na Feira? Como e onde os consegue?
 - e) Questão indutora: Pode contar se possui a própria barraca ou trabalha ajudando outra pessoa e/ou familiar? Existe divisão das atividades do trabalho e como acontece a divisão?
 - f) Questão indutora: Conte-me qual sua relação com a cidade de Alagoinhas/BA, se mora na zona rural ou urbana da cidade, ou em cidades próximas...
 - g) Questão indutora: Se mora no campo, por que não planta os alimentos para vender?
 - h) Questão indutora: Poderia me contar se em algum momento da vida teve acesso à terra, se trabalhou na terra ou morou no campo, e qual sua relação com a terra...
 - i) Questão indutora: Exerce outra função para complementar a renda?
 - j) Questão indutora: Poderia me falar se gostaria de atuar em outra função? Gostaria de parar de trabalhar como feirante algum dia/se aposentar? É contribuinte da Previdência Social?

⁷⁴ Seguindo as orientações de Danielle Ruquoy (1997), proporei questões indutoras e eixos temáticos, organizados a partir da identificação dos diversos componentes do problema de pesquisa.

- k) Questão indutora: Poderia me contar como ficou o trabalho como feirante no período da pandemia? Ocorreu alguma mudança na rotina de trabalho ou alteração na renda?
- l) Questão indutora: O que a feira significa para a(o) Sr.(a)?

4. Fim da entrevista

- a) Sentiu-se à vontade? Por que aceitou ser entrevistado(a)? É do seu interesse o assunto interpelado?
- b) Antes de me despedir, gostaria de completar os dados: nome, etc.

APÊNDICE B - GUIA DE ENTREVISTA II



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
 FACULDADE DE DIREITO
 CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO
 DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II
 PROFESSORA ORIENTADORA: TATIANA EMILIA DIAS GOMES

GUIA DE ENTREVISTA SEMIDIRETIVA
 PESQUISA SOBRE A OCUPAÇÃO INFORMAL DO(A) TRABALHADOR(A)
 FEIRANTE DE ALAGOINHAS/BA

Nome do(a) entrevistador(a): Ariane Pereira Santos

Data: 21/09/2021

Nome do entrevistado(a): Luciana Maria da Conceição Silva

Idade: 43 anos

Gênero: (X) feminino () masculino () outro

Povo com o qual se identifica: (X) preto/pardo () indígena () branco

Reside em: (X) zona rural de Alagoinhas/BA, comunidade de Riacho da Guia
 () zona urbana de Alagoinhas/BA _____

() outro município: _____

Nível de escolaridade: graduada em Pedagogia

- I. Técnica de coleta de dados: entrevista semidiretiva⁷⁵ de cunho exploratório
- II. Assunto da entrevista: A ocupação informal do(a) trabalhador(a) feirante de Alagoinhas/BA
- III. Entrevistados(as): mulheres e homens que trabalham vendendo frutas, verduras, legumes e outros produtos alimentícios na Feira de Abastecimento de Alagoinhas/BA
- IV. Objetivos:
 - a) Apresentar as histórias de vida⁷⁶ dos(as) trabalhadores(as) feirantes e estabelecer as intersecções com a história da política de terras e formação

⁷⁵ O papel do entrevistador, numa óptica semidirectiva, pode ser delimitado nestes termos: segue a linha de pensamento de seu interlocutor, ao mesmo tempo em que zela pela pertinência de afirmações relativamente ao objectivo da pesquisa, pela instauração de um clima de confiança e pelo controle do impacte das condições sociais de interacção sobre a entrevista. (RUQUOY, 1997, p. 95)

⁷⁶ A história oral de vida é uma das formas de história oral, método acadêmico que se baseia na utilização de fontes orais por meio de entrevistas gravadas com o intuito de promover a análise de processos sociais do presente dos sujeitos entrevistados (HOLANDA; MEIHY, 2007).

- do mercado de trabalho e da ocupação informal, na cidade de Alagoinhas/BA;
- b) Analisar as categorias raça, gênero e classe em relação ao acesso à terra e ao emprego em Alagoinhas/BA;
 - c) Identificar como o direito aparece nas narrativas dos(as) trabalhadores(as) feirantes;
 - d) Narrar as perspectivas dos(as) trabalhadores(as) acerca da ocupação informal e expectativas no que diz respeito à proteção social, acesso à terra e acesso ao emprego e/ou trabalho em condições dignas;
- V. Justificativa da seleção das pessoas entrevistadas⁷⁷: Decidi entrevistar novamente alguns(umas) feirantes que residem na zona rural de Alagoinhas/BA pela possibilidade de estabelecer, a partir das narrativas sobre suas histórias de vida, a relação entre o vínculo que estabelecem com a terra, seja em roça própria ou de outras pessoas, e a ocupação de feirante.
- VI. Procedimento de seleção de amostragem: utilização de variável estratégica – a função ocupada pelo(a) entrevistado(a), especificamente ligadas ao objeto em investigação, em detrimento das variáveis clássicas (sexo, idade etc.)
- VII. Modo de intervenção
1. Condições metodológicas
 - a) relação direta verbal
 - b) entrevista provocada pelos(as) investigadores(as)
 - c) entrevista para fins de investigação acadêmica
 - d) entrevista baseada em um guia de entrevista fracamente elaborado, seguindo o curso do pensamento dos(as) entrevistado(as), que se exprime livremente
 - e) entrevista numa perspectiva intensiva
 2. Condições técnicas
 - a) Preferencialmente, usar um gravador de voz e depois realizar a transcrição da entrevista.
 - b) Se não houver gravador, esforço para registrar ao máximo todas as palavras ditas pelo(a) entrevistado, sem distorcer o sentido.

⁷⁷ Nos estudos qualitativos, interroga-se um número limitado de pessoas, pelo que a questão da representatividade, no sentido estatístico do termo, não se coloca. O critério que determina o valor da amostra passa a ser a sua adequação aos objectivos da investigação, tomando como princípio a diversificação das pessoas interrogadas e garantindo que nenhuma situação importante foi esquecida. [...] os indivíduos não são escolhidos em função da importância numérica da categoria que representam, mas antes devido ao seu caráter exemplar. (RUQUOY, 1997, p. 103)

VIII. Guia de entrevista fracamente elaborado⁷⁸

1. Eixo temático preliminar: objetivos da investigação, o quadro institucional, o modo de seleção dos entrevistados, a duração, o papel do entrevistador, que não emite opiniões, mas escuta e questiona.
2. Início da entrevista
 - a) Questão indutora: Poderia me contar há quanto tempo trabalha como feirante? Como foi que se tornou feirante?
3. Corpo da entrevista
 - a) Questão indutora: Pode contar como foi sua infância, onde nasceu e cresceu?
 - b) Questão indutora: Poderia me contar como foi sua trajetória nos estudos?
 - c) Questão indutora: Como foi sua inserção no trabalho como agricultora e depois como feirante? Já trabalhou com carteira assinada em algum momento?
 - d) Questão indutora: Como foi para a Sra. fazer as duas coisas ao mesmo tempo: estudar e trabalhar na feira?
 - e) Questão indutora: A Sra. escolheu o curso de Pedagogia por qual motivo?
 - f) Questão indutora: Por que não quis seguir na área de Pedagogia?
4. Fim da entrevista
 - a) Sentiu-se à vontade? Por que aceitou ser entrevistado(a)? É do seu interesse o assunto interpelado?
 - b) Antes de me despedir, gostaria de completar os dados: nome, etc.

⁷⁸ Seguindo as orientações de Danielle Ruquoy (1997), proporei questões indutoras e eixos temáticos, organizados a partir da identificação dos diversos componentes do problema de pesquisa.

APÊNDICE C - GUIA DE ENTREVISTA III



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
 FACULDADE DE DIREITO
 CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO
 DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II
 PROFESSORA ORIENTADORA: TATIANA EMILIA DIAS GOMES

GUIA DE ENTREVISTA SEMIDIRETIVA
 PESQUISA SOBRE A OCUPAÇÃO INFORMAL DO(A) TRABALHADOR(A)
 FEIRANTE DE ALAGOINHAS/BA

Nome do(a) entrevistador(a): Ariane Pereira Santos

Data: 25/09/2021

Nome do entrevistado(a): Sipriano José dos Santos

Idade: 77 anos

Gênero: () feminino (X) masculino () outro

Povo com o qual se identifica: (X) preto/pardo () indígena () branco

Reside em: (X) zona rural de Alagoinhas/BA, comunidade Conceição de Cima,
 Riacho da Guia

() zona urbana de Alagoinhas/BA _____ ()
 outro município: _____

- I. Técnica de coleta de dados: entrevista semidiretiva⁷⁹ de cunho exploratório
- II. Assunto da entrevista: A ocupação informal do(a) trabalhador(a) feirante de Alagoinhas/BA
- III. Entrevistados(as): mulheres e homens que trabalham vendendo frutas, verduras, legumes e outros produtos alimentícios na Feira de Abastecimento de Alagoinhas/BA
- IV. Objetivos:
 - a) Apresentar as histórias de vida⁸⁰ dos(as) trabalhadores(as) feirantes e estabelecer as intersecções com a história da política de terras e formação

⁷⁹ O papel do entrevistador, numa óptica semidirectiva, pode ser delimitado nestes termos: segue a linha de pensamento de seu interlocutor, ao mesmo tempo em que zela pela pertinência de afirmações relativamente ao objectivo da pesquisa, pela instauração de um clima de confiança e pelo controle do impacte das condições sociais de interacção sobre a entrevista. (RUQUOY, 1997, p. 95)

⁸⁰ A história oral de vida é uma das formas de história oral, método acadêmico que se baseia na utilização de fontes orais por meio de entrevistas gravadas com o intuito de promover a análise de processos sociais do presente dos sujeitos entrevistados (HOLANDA; MEIHY, 2007).

- do mercado de trabalho e da ocupação informal, na cidade de Alagoinhas/BA;
- b) Analisar as categorias raça, gênero e classe em relação ao acesso à terra e ao emprego em Alagoinhas/BA;
 - c) Identificar como o direito aparece nas narrativas dos(as) trabalhadores(as) feirantes;
 - d) Narrar as perspectivas dos(as) trabalhadores(as) acerca da ocupação informal e expectativas no que diz respeito à proteção social, acesso à terra e acesso ao emprego e/ou trabalho em condições dignas;
- V. Justificativa da seleção das pessoas entrevistadas⁸¹: Decidi entrevistar novamente alguns(umas) feirantes que residem na zona rural de Alagoinhas/BA pela possibilidade de estabelecer, a partir das narrativas sobre suas histórias de vida, a relação entre o vínculo que estabelecem com a terra, seja em roça própria ou de outras pessoas, e a ocupação de feirante.
- VI. Procedimento de seleção de amostragem: utilização de variável estratégica – a função ocupada pelo(a) entrevistado(a), especificamente ligadas ao objeto em investigação, em detrimento das variáveis clássicas (sexo, idade etc.)
- VII. Modo de intervenção
1. Condições metodológicas
 - a) relação direta verbal
 - b) entrevista provocada pelos(as) investigadores(as)
 - c) entrevista para fins de investigação acadêmica
 - d) entrevista baseada em um guia de entrevista fracamente elaborado, seguindo o curso do pensamento dos(as) entrevistado(as), que se exprime livremente
 - e) entrevista numa perspectiva intensiva
 2. Condições técnicas
 - a) Preferencialmente, usar um gravador de voz e depois realizar a transcrição da entrevista.
 - b) Se não houver gravador, esforço para registrar ao máximo todas as palavras ditas pelo(a) entrevistado, sem distorcer o sentido.

⁸¹ Nos estudos qualitativos, interroga-se um número limitado de pessoas, pelo que a questão da representatividade, no sentido estatístico do termo, não se coloca. O critério que determina o valor da amostra passa a ser a sua adequação aos objectivos da investigação, tomando como princípio a diversificação das pessoas interrogadas e garantindo que nenhuma situação importante foi esquecida. [...] os indivíduos não são escolhidos em função da importância numérica da categoria que representam, mas antes devido ao seu caráter exemplar. (RUQUOY, 1997, p. 103)

VIII. Guia de entrevista fracamente elaborado⁸²

1. Eixo temático preliminar: objetivos da investigação, o quadro institucional, o modo de seleção dos entrevistados, a duração, o papel do entrevistador, que não emite opiniões, mas escuta e questiona.
2. Início da entrevista
 - a) Questão indutora: Poderia me contar há quanto tempo trabalha como feirante? Como foi que se tornou feirante?
3. Corpo da entrevista
 - a) Questão indutora: Poderia me contar onde nasceu, como foi sua infância e a inserção no trabalho?
 - b) Questão indutora: Por favor, fale-me sobre a sua relação com a terra, como e quando começou a trabalhar como agricultor.
 - c) Questão indutora: Fale-me como é a sua rotina de trabalho...
 - d) Questão indutora: Já trabalhou como agricultor(a) nas terras de outras pessoas? Pode me contar como foi a experiência?
 - e) Questão indutora: Poderia contar um pouco mais sua trajetória no Sindicato? Poderia mencionar os conflitos de terras que acompanhou nesse período?
 - f) Questão indutora: O que aconteceu às pessoas afetadas pelos conflitos de terras mencionados?
4. Fim da entrevista
 - a) Sentiu-se à vontade? Por que aceitou ser entrevistado(a)? É do seu interesse o assunto interpelado?
 - b) Antes de me despedir, gostaria de completar os dados: nome, etc.

⁸² Seguindo as orientações de Danielle Ruquoy (1997), proporei questões indutoras e eixos temáticos, organizados a partir da identificação dos diversos componentes do problema de pesquisa.

APÊNDICE D - GUIA DE ENTREVISTA IV



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
 FACULDADE DE DIREITO
 CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO
 DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II
 PROFESSORA ORIENTADORA: TATIANA EMILIA DIAS GOMES

GUIA DE ENTREVISTA SEMIDIRETIVA
 PESQUISA SOBRE A OCUPAÇÃO INFORMAL DO(A) TRABALHADOR(A)
 FEIRANTE DE ALAGOINHAS/BA

Nome do(a) entrevistador(a): Ariane Pereira Santos

Data: 03/10/2021

Nome do entrevistado(a): Gilson Paulo dos Santos

Apelido: Saci

Idade: 64 anos

Gênero: () feminino (X) masculino () outro

Povo com o qual se identifica: (X) preto/pardo () indígena () branco

Reside em: (X) zona rural, comunidade rural de Alagoinhas/BA chamada Quisambu

() zona urbana de Alagoinhas/BA _____ ()

outro município: _____

Nível de escolaridade: não estudou

- I. Técnica de coleta de dados: entrevista semidiretiva⁸³ de cunho exploratório
- II. Assunto da entrevista: A ocupação informal do(a) trabalhador(a) feirante de Alagoinhas/BA
- III. Entrevistados(as): mulheres e homens que trabalham vendendo frutas, verduras, legumes e outros produtos alimentícios na Feira de Abastecimento de Alagoinhas/BA
- IV. Objetivos:
 - a) Apresentar as histórias de vida⁸⁴ dos(as) trabalhadores(as) feirantes e estabelecer as intersecções com a história da política de terras e formação

⁸³ O papel do entrevistador, numa óptica semidirectiva, pode ser delimitado nestes termos: segue a linha de pensamento de seu interlocutor, ao mesmo tempo em que zela pela pertinência de afirmações relativamente ao objectivo da pesquisa, pela instauração de um clima de confiança e pelo controle do impacte das condições sociais de interacção sobre a entrevista. (RUQUOY, 1997, p. 95)

⁸⁴ A história oral de vida é uma das formas de história oral, método acadêmico que se baseia na utilização de fontes orais por meio de entrevistas gravadas com o intuito de promover a análise de processos sociais do presente dos sujeitos entrevistados (HOLANDA; MEIHY, 2007).

- do mercado de trabalho e da ocupação informal, na cidade de Alagoinhas/BA;
- b) Analisar as categorias raça, gênero e classe em relação ao acesso à terra e ao emprego em Alagoinhas/BA;
 - c) Identificar como o direito aparece nas narrativas dos(as) trabalhadores(as) feirantes;
 - d) Narrar as perspectivas dos(as) trabalhadores(as) acerca da ocupação informal e expectativas no que diz respeito à proteção social, acesso à terra e acesso ao emprego e/ou trabalho em condições dignas;
- V. Justificativa da seleção das pessoas entrevistadas⁸⁵: Decidi entrevistar novamente alguns(umas) feirantes que residem na zona rural de Alagoinhas/BA pela possibilidade de estabelecer, a partir das narrativas sobre suas histórias de vida, a relação entre o vínculo que estabelecem com a terra, seja em roça própria ou de outras pessoas, e a ocupação de feirante.
- VI. Procedimento de seleção de amostragem: utilização de variável estratégica – a função ocupada pelo(a) entrevistado(a), especificamente ligadas ao objeto em investigação, em detrimento das variáveis clássicas (sexo, idade etc.)
- VII. Modo de intervenção
1. Condições metodológicas
 - a) relação direta verbal
 - b) entrevista provocada pelos(as) investigadores(as)
 - c) entrevista para fins de investigação acadêmica
 - d) entrevista baseada em um guia de entrevista fracamente elaborado, seguindo o curso do pensamento dos(as) entrevistado(as), que se exprime livremente
 - e) entrevista numa perspectiva intensiva
 2. Condições técnicas
 - a) Preferencialmente, usar um gravador de voz e depois realizar a transcrição da entrevista.
 - b) Se não houver gravador, esforço para registrar ao máximo todas as palavras ditas pelo(a) entrevistado, sem distorcer o sentido.

⁸⁵ Nos estudos qualitativos, interroga-se um número limitado de pessoas, pelo que a questão da representatividade, no sentido estatístico do termo, não se coloca. O critério que determina o valor da amostra passa a ser a sua adequação aos objectivos da investigação, tomando como princípio a diversificação das pessoas interrogadas e garantindo que nenhuma situação importante foi esquecida. [...] os indivíduos não são escolhidos em função da importância numérica da categoria que representam, mas antes devido ao seu caráter exemplar. (RUQUOY, 1997, p. 103)

VIII. Guia de entrevista fracamente elaborado⁸⁶

1. Eixo temático preliminar: objetivos da investigação, o quadro institucional, o modo de seleção dos entrevistados, a duração, o papel do entrevistador, que não emite opiniões, mas escuta e questiona.
2. Início da entrevista
 - a) Questão indutora: Poderia me contar há quanto tempo trabalha como feirante? Como foi que se tornou feirante?
3. Corpo da entrevista
 - a) Questão indutora: Pode contar como foi sua infância, onde nasceu e cresceu?
 - b) Questão indutora: Na primeira entrevista, o Sr. contou que trabalhou durante 14 anos com carteira assinada. Poderia contar onde trabalhou e qual a função exercida?
 - c) Questão indutora: Como se inseriu no trabalho na feira?
 - d) Questão indutora: Além do trabalho na feira, trabalha em outras atividades, como a agricultura, por exemplo?
4. Fim da entrevista
 - a) Sentiu-se à vontade? Por que aceitou ser entrevistado(a)? É do seu interesse o assunto interpelado?
 - b) Antes de me despedir, gostaria de completar os dados: nome, etc.

⁸⁶ Seguindo as orientações de Danielle Ruquoy (1997), proporei questões indutoras e eixos temáticos, organizados a partir da identificação dos diversos componentes do problema de pesquisa.



ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA PARA CONCLUSÃO DO CURSO DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA

Ao(s) dez dia(s) de dezembro do ano de 2021, realizou-se, através de plataforma digital, a sessão de Defesa da Monografia Final da bacharelanda Ariane Pereira Santos, intitulada Terra, Trabalho e Memória: o trabalho informal na cidade de Alagoinhas/BA nas narrativas dos(as) trabalhadores(as) feirantes, estando presente a profa. orientadora Tatiana Emilia Dias Gomes e (os)as demais componentes da Banca Examinadora, Prof. Maurício Azevedo de Araújo e Profa. Mirna Silva Oliveira. Dando início aos trabalhos, o presidente da banca, seguindo as regras da Resolução nº. 01/2004- CCGD, estabeleceu o prazo de 15 (quinze) minutos, improrrogáveis para o examinado apresentar e fazer a defesa de sua monografia. Às 10h, a examinada iniciou a sua exposição concluindo às 10h15. Em seguida, a examinada foi submetida à arguição do trabalho apresentado, tendo a Banca se revezado no elenco de perguntas e considerações formuladas. Finalizados os trabalhos, a Banca Examinadora passou a atribuir individualmente notas, levando em consideração as finalidades descritas da Resolução nº. 01/2001-CCCD, considerando a examinada aprovada com nota 10 (dez), com indicação para publicação, observando o art. 26, da multicitada Resolução. E nada mais havendo a registrar, eu, Maurício Azevedo de Araújo, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme vai assinada pelos integrantes da Banca Examinadora.

Salvador, 10 de dezembro de 2021.

Assinaturas dos Membros da Banca